

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ELIANE BEZERRA LIMA

**ARQUIVOLOGIA NAS PÁGINAS DA *REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO* –
1960 - 1989**

Belo Horizonte

2019

ELIANE BEZERRA LIMA

**ARQUIVOLOGIA NAS PÁGINAS DA *REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO* –
1960 - 1989**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Políticas públicas e organização da informação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivana Denise Parrela

BELO HORIZONTE

2019

L732a

Lima, Eliane Bezerra.

Arquivologia nas páginas da Revista do Serviço Público – 1960-1989 [manuscrito] /
Eliane Bezerra Lima. – 2019.
130 f., enc. : il., color.

Orientadora: Ivana Denise Parrela.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da
Informação.

Referências: f. 107-120.

Anexos: f. 121-129.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Revista do serviço público – Teses. 3. Arquivologia
– Teses. 4. Serviço público – Teses. I. Título. II. Parrela, Ivana Denise. III. Universidade
Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 651.5



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"ARQUIVOLOGIA NAS PÁGINAS DA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO 1960 - 1989"

Eliane Bezerra Lima

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de **"mestre em Ciência da Informação"**, linha de pesquisa **"Políticas públicas e organização da informação"**.

Dissertação aprovada em: 17 de maio de 2019.

Por:

Profa. Dra. Ivana Denise Parrela - ECI/UFMG (Orientadora)

Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio - ECI/UFMG

Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Profa. Maria Guilomar da Cunha Frota
Coordenadora

Versão final aprovada em 06/06/19

Profa. Ivana Denise Parrela
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **ELIANE BEZERRA LIMA**, matrícula: 2017661591

Às 14:00 horas do dia 17 de maio de 2019, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 25/04/2019, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Arquivologia nas páginas da revista do serviço público 1960 - 1989**, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Informação, mediações e cultura, Linha de Pesquisa: Políticas públicas e organização da informação. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Ivana Denise Parrela, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Profa. Dra. Ivana Denise Parrela - Orientadora	APROVADA
Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio	APROVADA
Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

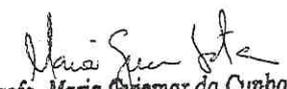

Profa. Dra. Ivana Denise Parrela
(ECI/UFMG)

Belo Horizonte, 17 de maio de 2019.

Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio
(ECI/UFMG)


Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento
(ECI/UFMG)

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Prof. Maria Guimar da Cunha Frota
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação



Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Dissertação intitulada “Arquivologia nas páginas da *Revista do Serviço Público* – 1960-1989”, de autoria de Eliane Bezerra Lima, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof.^a Dr.^a Ivana Denise Parrela
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Renato Pinto Venancio
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.^a Maria Guiomar da Cunha Frota
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)
ECI/UFMG

Data de aprovação: Belo Horizonte, 17 de maio de 2019.

À memória da minha amiga Gabi (Gabriela Corrêa da Silva Alves).

AGRADECIMENTOS

À minha amada família Lima e ao meu companheiro, Harley dos Anjos Bastos, pelo carinho.

À professora Ivana Denise Parrela, pessoa importantíssima nesta jornada, por me assitir no fazer acadêmico e por me animar nos momentos mais difíceis.

Aos professores da Escola de Ciência da Informação, em especial a Renato Pinto Venancio e Adalson de Oliveira Nascimento, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação e nas aulas da pós-graduação.

Aos diretores do Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais (DLO/UFMG), Altair Dias e Edna Costa, pelo apoio.

À minha amiga Fernanda Moreira, pelo incentivo cotidiano.

RESUMO

Este texto explora a institucionalização da Arquivologia no Brasil por meio da abordagem do campo arquivístico na *Revista do Serviço Público* no periódico entre 1960 e 1989. O refinamento da Administração Pública brasileira começou a ser estruturado no final da década de 1930, quando foi empreendida a reforma burocrática no País. Instrumento de apoio ao governo e às ações do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), a *Revista do Serviço Público* é a publicação mais antiga em circulação voltada à difusão de conhecimentos relacionados ao Estado, à Administração Pública e à gestão governamental. O periódico desempenhou importante papel na propagação de conhecimentos baseados na administração científica e acompanhou as transformações do Estado. Para entender a presença da Arquivologia na revista, o trabalho aborda a evolução do DASP; compreendendo influências, estruturação e enfraquecimento. Apresenta a introdução do conceito de documentação no Brasil; considera o percurso do Arquivo Nacional; a proposta de dois sistemas paralelos voltados à administração de documentos; e a contribuição de José Honório Rodrigues para a consolidação da graduação em Arquivologia nas universidades. Seleciona textos da *Revista do Serviço Público* para, mediante análise de conteúdo, verificar a presença de temas arquivísticos no periódico. As conclusões demonstram a validade das hipóteses propostas.

Palavras-chave: Arquivologia. Revista do Serviço Público. DASP. Administração Pública

ABSTRACT

The purpose of the work is to explore the institutionalization of Archives science in Brazil through the approach of the archival field in the Public Service Journal (Revista do Serviço Público) in the period between 1960 and 1989. The refinement of the Brazilian Public Administration structured in the late 1930s, when reform was undertaken bureaucratic service in the country. An instrument of support to the government and to the actions of the Administrative Department of Public Service (DASP), the Public Service Journal is the oldest circulation publication aimed at disseminating knowledge related to the State, Public Administration and government management. The journal played an important role in the propagation of knowledge based on scientific management and followed the transformations of the State. To understand the presence of the Archives in the journal, the work approach the evolution of the DASP; including influences, structuring and weakening. It presents the introduction of the concept of documentation in Brazil; considers the trajectory of the National Archives; the proposal of two parallel systems for the administration of documents; and the contribution of José Honório Rodrigues for the consolidation of the graduation in Archives science in the universities. Selects texts from the Public Service Journal to check the presence of archival topics in the newspaper through content analysis. The conclusions demonstrate the validity of the hypotheses proposed.

Keywords: Archives. Public Service Journal (Revista do Serviço Público). DASP. Public Administration

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Organograma do DASP, conforme decreto 11.101/1942.....	48
Ilustração 2 – Estrutura Organizacional do Arquivo Nacional em 1958.....	60
Ilustração 3 – Representação da proposta de banco de dados centralizado de cadastro de pessoal.....	88
Ilustração 4 – Gráfico de ocorrências do termo <i>arquivo</i> e derivações nos textos selecionados.....	98
Ilustração 5 – Gráfico da área de atuação do autor.....	99

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
ABL	Academia Brasileira de Letras
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CEPAD	Comissão Especial para Preservação do Acervo Documental
CFE	Conselho Federal de Educação
CFSPC	Conselho Federal do Serviço Público Civil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CTDA	Câmara Técnica de Avaliação de Documentos
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DEIP	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública
EIAP	Escola Interamericana de Administração Pública
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FEFIERJ	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
FID	Fédération Internationale de Documentation
FUNCEP	Fundação Centro de Formação do Servidor Público
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GSA	General Service of Administration
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICA	International Council on Archives
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IIB	Institut International de Bibliographie
IID	Institut International de Documentation
IDORT	Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho
INDA	Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego

NUP	Número Único de Protocolo
PBDCT	Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PEN	Processo Eletrônico Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RBU	Repertoire Bibliographique Universel
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RSP	Revista do Serviço Público
SAF	Secretaria de Administração Federal
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEDAP	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SENAPRO	Serviço Nacional de Protocolo
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Coordenação
SIARq	Sistema de Arquivos e Controle de Documentos
SIC	Serviço de Intercâmbio de Catalogação
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
SISG	Sistema de Serviços Gerais
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
USAID	United States Agency for International Development
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A CRIAÇÃO DA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO	18
1.1 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	20
1.1.1 INFLUÊNCIAS	20
1.1.2 ESTRUTURAÇÃO DO DASP	24
1.1.3 ESTRUTURAS POSTERIORES AO DASP	31
1.2 TRAJETÓRIA DA <i>REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO</i>	34
1.3 O CONCEITO DE DOCUMENTAÇÃO DE OTLET E O CASO BRASILEIRO	39
1.3.1 O SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DO DASP	47
2 ARQUIVO NACIONAL E O DESENVOLVIMENTO DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL	50
2.1 ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL	50
2.1.1 GESTÃO JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES	57
2.1.2 SISTEMA NACIONAL DE ARQUIVOS	65
2.1.3 MODERNIZAÇÃO DOS ANOS 1980	67
2.2 FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL	68
3 ARQUIVOLOGIA NA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO	77
3.1 ARQUIVOS NA <i>REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO</i>	80
3.1.1 ARTIGOS SELECIONADOS.....	81
3.1.2 RESULTADOS.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	107
FONTES	119
ANEXO 1	121
ANEXO 2	122
ANEXO 3	128

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a pesquisa em Arquivologia tem se preocupado, cada vez mais, em delimitar seu próprio percurso histórico-metodológico e em compreender os processos inerentes ao desenvolvimento do campo de conhecimento. Eliezer Pires da Silva (2013, p. 48-78) identificou que a institucionalização do campo foi objeto de estudo de diversos pesquisadores em programas de pós-graduação *stricto sensu*, como é caso de Crespo (2000); Fonseca (2005); Maia (2006); Marques (2007, 2011); Santos (2008); Silva MLR (2010); Souza (2011); e Gomes (2011). Além destes, Jardim (1995, 1999); Santos VB (2011); Schmidt (2012); o próprio Eliezer Silva (2013); Barros (2015); e Adão (2017) exploraram a temática.

Muitas dessas produções apontam uma relação entre o surgimento do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e o desenvolvimento da Arquivologia no País. A tese de Paulo Elian dos Santos (2008) e seus desdobramentos¹, por exemplo, têm estudado, em perspectiva histórica, a institucionalização da Arquivologia no Brasil, relacionando-a, de forma estreita, à modernização administrativa promovida pelo governo a partir dos anos 1930 e seus reflexos nos anos 1950.

O DASP introduziu padrões organizacionais e gerenciais na administração pública e, ao longo de seu percurso, desempenhou relevante papel na organização da questão informacional no Governo Federal, acentuadamente na área de bibliotecas e um pouco menos na área de arquivos (JARDIM, 1999, p. 99). Conforme Marques e Rodrigues (2017, p. 180), o departamento exerceu papel fundamental enquanto mediador da cooperação internacional voltada ao aperfeiçoamento de pessoal na área de arquivos.

Criado por meio do decreto-lei 579, de 30 de julho de 1938, o DASP propunha uma máquina administrativa nos moldes burocráticos de Max Weber. Diretamente subordinado ao presidente da República, tinha por competência equipar o Estado por intermédio do aperfeiçoamento de pessoal, da elaboração da proposta orçamentária e da introdução sistema de mérito, a fim de torná-lo mais eficiente.

Porta-voz do Governo Central, a *Revista do Serviço Público* (RSP), que surgiu em 1937, tornou-se a publicação periódica oficial do DASP. Os dois organismos tiveram existência simbiótica. Mesmo após a extinção do departamento, em 1986, a RSP permaneceu em atividade e é considerada a publicação voltada à difusão de conhecimentos relacionados ao Estado, à Administração Pública e à gestão governamental mais antiga em circulação no País.

Mesmo com algumas oscilações na linha editorial e duas interrupções ao longo do percurso, a RSP atuou de forma relevante na propagação de conhecimentos baseados em

¹ SANTOS (2014); SANTOS e LIMA (2016); SANTOS (2018).

administração científica². Devido ao seu âmbito de atuação e a sua longevidade, acompanhou importantes transformações do Estado, capacitando-se a fornecer diferentes enfoques para localizar a institucionalização da Arquivologia no País.

Com base em diversos artigos da revista é possível constatar a preocupação do Estado com a documentação de caráter administrativo. Como enfatiza Silva (2010, p. 69), já em 1944, o editorial da RSP intitulado *A documentação na administração moderna*, esclarece a importância dos documentos para o DASP.

A década de 1970 é considerada o grande eixo cronológico para a demarcação do quadro institucional do campo arquivístico no Brasil. Aliás, trata-se de quase um consenso na literatura da área, como se pode observar em Silva (2013); Marques (2007, 2011); Santos (2008); e Jardim (1995, 2010), entre outros.

Nessa década, congregam-se os grandes avanços, conforme destacado por Silva (2013, p. 71): criação, em 1972, da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB); autorização para o funcionamento do curso de graduação em Arquivologia, pelo Conselho Federal de Educação, em 1973; mandato universitário concedido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1977, ao Curso Permanente de Arquivos, em funcionamento no Arquivo Nacional desde 1960; incorporação da graduação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 1978; e regulamentação da profissão, também em 1978, marcando, de forma definitiva, conforme o supramencionado autor, o vínculo do campo de conhecimento com as instituições de ensino e as associações profissionais.

Se a institucionalização do campo de conhecimento se concretiza nos anos 1970, na década anterior já se percebem movimentos nesse sentido.

Define-se como objetivo geral deste trabalho: Discutir a inserção acadêmica e profissional da Arquivologia no Brasil, sob o enfoque da *Revista do Serviço Público*, a partir dos anos 1960, para investigar o lugar do tratamento documental, com base na premissa da eficácia administrativa.

Como objetivos específicos, apontam-se:

- a) Apresentar a proposta de modernização do Estado, a partir da década de 1930, na qual surge a *Revista do Serviço Público*;
- b) Identificar a conjuntura do desenvolvimento da graduação em Arquivologia, tentando compreender a interlocução, ou não, entre o Arquivo Nacional e o DASP; e
- c) Estudar as edições da *Revista de Serviço Público* entre 1960 e 1989, para entender como a Arquivologia era abordada no periódico.

As datas foram selecionadas como balizas em virtude de alguns fatores

² Administração científica é o modelo desenvolvido por Frederick Taylor, difundido a partir de 1903, cujo objetivo é garantir maior eficiência aos sistemas produtivos. Baseia-se na aplicação do método científico na administração, com ênfase na otimização das tarefas e na eliminação do desperdício.

específicos, como: o estudo de Fonseca e Bezerra (2017) *Arquivos e administração pública: a temática arquivística na Revista do Serviço Público (1938-1945)*; existência da coletânea *Diretrizes da Documentação e Administração*, contemplando a publicação de textos sobre *documentação* entre 1944 e 1961; até a década de 1960, discussão sobre Arquivologia no Brasil ainda de forma incipiente; interrupção da *Revista do Serviço Público* em 1989, ano em que três graduações em Arquivologia estavam estabelecidas em universidades públicas.

Entre os periódicos especializados em Administração Pública editados no País, a RSP foi selecionada em virtude não apenas de sua longevidade e de seu vínculo inicial com o Estado, como também de seu papel na disseminação de uma proposta moderna de burocracia e por abarcar esse debate em âmbito internacional.

Martins (2017, p. 155), que tem por objeto de estudo o Arquivo Público do Estado de São Paulo, avalia o impacto do Estado Novo na produção documental e nos arquivos públicos. Considera que o regime deixou marcas profundas na máquina pública. Por isso, a investigação de suas consequências conduz à questão do acesso à memória e do papel dos arquivos na sociedade. Conforme o autor, trata-se de uma questão ainda pouco estudada, que deveria animar arquivistas e historiadores.

Quando se trata do estudo das relações entre a História e o arquivo, percebe-se a carência de reflexões acerca da história dos arquivos e das técnicas de arquivamento, especialmente sobre períodos anteriores à década de 1970. O reconhecimento da importância dos fatos que ocorreram nesta década pelos profissionais que se dedicam ao estudo epistemológico da arquivística funciona como um argumento de fundamentação dos próprios princípios da disciplina que se formava naquele momento (BUZZATI, 2015, p. 14).

Franco e Bastos (1986, p. 9) ponderam que qualquer estudo sobre a formação histórica dos arquivos precisa levar em conta a teoria que fundamentou a origem do Estado, a criação dos arquivos como centros de documentos historicamente significativos e a influência dos modelos administrativos modernizadores como forma de harmonizar em uma única organização os arquivos permanentes, intermediários e correntes.

De acordo com Maria Odila Fonseca (2005, p. 67), a história dos arquivos poderia ser analisada desde muito antes da década de 1970, e esta é uma lacuna na historiografia da área no País.

Paulo Elian é ainda mais específico. Ao abordar a atuação do DASP enquanto agente promotor de ações que configuraram a gênese da fase moderna do conhecimento arquivístico no Brasil, considera que os marcos legais, normativos e regimentais são cruciais para a compreensão da reforma administrativa e que estes devem ser confrontados “com pesquisas documentais de arquivo e análise de outras fontes como a *Revista do Serviço Público*” (SANTOS, 2018, p. 131).

Em estudo sobre a produção brasileira em administração pública publicado na

Revista do Serviço Público, Keinert e Vaz (1994, p. 16) constatam que entre 1946 e 1964 houve um crescimento da temática *Documentação* de 0,9% para 2,9% do total dos artigos, chegando a existir uma seção com este título no periódico. Isso manifesta, segundo os autores, a preocupação em organizar e sistematizar o aumento da produção documental.

O editorial da revista *Arquivo & Administração* número zero, de 1972, expressa que o crescente interesse pelos arquivos é justificado, na medida em que se pretende alcançar um estágio adiantado de desenvolvimento nacional.

Esta pesquisa justifica-se pela ausência de respostas claras aos questionamentos propostos, podendo contribuir para o avanço da teoria arquivística. Em um aspecto mais pessoal, a pesquisa reflete a formação profissional da autora enquanto arquivista e servidora do Estado.

A Arquivologia hoje não é apenas um conjunto sistemático de técnicas empregadas para ordenar e controlar a produção intelectual e administrativa das organizações e das pessoas. Ela possui um viés tecnológico passível de melhorar a vida dos indivíduos e da comunidade, oferecendo suporte à memória coletiva (Hedstrom, 2016), à inclusão social, à defesa de direitos humanos e à justiça social (Harris, 2002; Jimerson, 2007; Punzalan e Caswell, 2016). Por isso, é importante estudar seu desenvolvimento e perspectivas.

As publicações periódicas de cunho científico estruturam, selecionam e divulgam resultados de pesquisas, com base em um processo de atualização constante do conhecimento. Schwartzman (1984, p. 25) manifesta que elas são um produto natural e indispensável da atividade científica e tecnológica e que, por seu intermédio, o pesquisador comunica o resultado de seus trabalhos, elege as prioridades das suas descobertas ou contribuições e firma sua reputação.

É nas revistas científicas que o pesquisador encontrará artigos que se relacionam aos estudos mais recentes, cuidadosamente selecionados por especialistas. Nelas, é possível perceber habitualmente os problemas de pesquisa considerados, as problemáticas adotadas, os métodos empregados e as conclusões operadas (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 122).

A utilização da RSP como fonte privilegiada de informação permitirá conduzir uma pesquisa exploratória, pois se trata de estudo empírico, cujo objetivo é aumentar a familiaridade da pesquisadora com o fenômeno, podendo conduzir, conforme Lakatos e Marconi (2003 p. 188), ao desenvolvimento de hipóteses para a realização de pesquisas futuras mais precisas.

Inserido na Ciência da Informação, mais especificamente no campo da Arquivologia, o objeto da pesquisa é essencialmente qualitativo. O método qualitativo é aplicado ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões. Em síntese, aos produtos das interpretações que os seres

humanos fazem a respeito da maneira como vivem, sentem, pensam e constroem seus artefatos e a si mesmos. As abordagens qualitativas se harmonizam melhor com as investigações de relações, de histórias sociais na ótica dos atores e de estudos que envolvam a análise de discurso e de documentos (MINAYO, 2014, p. 57).

Trata-se de pesquisa histórica e documental, que, quanto aos meios utilizados para a coleta de dados, elege a *Revista do Serviço Público* como fonte preferencial e primária, ou fonte de “primeira mão”, conforme expressão de Eco (1977, p. 39).

Para Laville e Dione, pouco importa a forma como a informação aporta nos documentos, pois os dados estão lá. Resta fazer sua triagem e criticá-los. Isto é, julgar sua qualidade em função das necessidades da pesquisa, codificá-los ou categorizá-los. Onde, nesse caso, traçar o limite entre a coleta e a análise? Pode-se concluir que a coleta da informação se resume em reunir os documentos, descrever ou transcrever eventualmente seu conteúdo e, talvez, efetuar uma primeira ordenação das informações, para selecionar aquelas que parecem pertinentes. A sequência dependerá da análise de conteúdo (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 167-168).

Técnica de investigação já bastante consolidada na pesquisa qualitativa enquanto procedimento metodológico, utiliza-se neste trabalho a análise de conteúdo, a qual tem por finalidade promover a descrição objetiva do conteúdo manifesto nas comunicações (BARDIN, 2011, p. 20).

O princípio da análise de conteúdo consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo, para esclarecer suas características e significação. Contudo, para extrair tendências claras e chegar a alguma conclusão, é preciso empreender um estudo minucioso dos documentos selecionados, observando as palavras e frases que o compõem, e nelas procurar sentido e intenções, comparar, avaliar e descartar o desnecessário e reconhecer o essencial, para, assim, articulá-lo com as ideias principais (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 167-168).

Para contextualizar a institucionalização da Arquivologia no Brasil, há importantes referências, algumas delas mencionadas acima. Envolvendo diretamente a *Revista do Serviço Público*, há poucos estudos, embora relevantes, dos quais destacamos a tese de Tania Keinert (1998), além de Keinert e Vaz (1994a, 1994b), Keinert (2000), Rabelo (2018) e Araújo (2017), sendo ela própria rica fonte para a compreensão de sua trajetória.

Ciente da problemática que envolve a terminologia no campo de estudo escolhido e com base nos apontamentos de Santos (2011, p. 96-119) e Schmidt (2012, p. 72-74), optou-se, nos limites deste trabalho, pelo uso do vocábulo *Arquivologia* para designar a área científica de estudo dos arquivos em detrimento do termo *Arquivística*, muitas vezes, utilizado como sinônimo na literatura especializada. O uso do qualificador “arquivístico” ou “arquivística” será aplicado quando for o caso de aproximar-se do conjunto de técnicas

empregadas no trabalho sobre os conjuntos documentais.

Uma limitação técnica identificada de pronto prende-se a incapacidade de explorar o periódico à exaustão, uma vez que o material de análise é vasto para o tempo de efetivação do estudo. Logo, inicialmente, atém-se ao exame dos sumários das edições circunscritas entre 1960 e 1989, para, a partir de critérios da análise de conteúdo, detalhados no terceiro capítulo, eleger os textos nos quais é possível identificar a Arquivologia no periódico.

Para alcançar os objetivos propostos o trabalho estrutura-se em três capítulos.

No primeiro, aborda-se a evolução do Departamento Administrativo do Serviço Público, compreendendo suas influências, estruturação e enfraquecimento. Apresentam-se, ainda, a introdução do conceito de documentação no Brasil e a trajetória da *Revista do Serviço Público*.

No segundo, consideram-se o percurso do Arquivo Nacional, a ineficiente proposta de dois sistemas paralelos voltados à administração de documentos (Sistema Nacional de Arquivos e Sistema de Serviços Gerais) e a contribuição de José Honório Rodrigues para a consolidação da graduação em Arquivologia nas universidades.

No terceiro, selecionam-se alguns textos da *Revista do Serviço Público*, a partir da análise de conteúdo, para verificar a presença de temas referentes à Arquivologia; e apresentam-se o método e os resultados. Por fim, formulam-se as considerações finais, retomando argumentos anteriores, a fim de evidenciar os êxitos, as adversidades e as limitações para alcançar os objetivos enunciados.

1 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A CRIAÇÃO DA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

O governo pelos cassetetes e pelotões de fuzilamento, pela carestia artificial, pelas prisões e deportações em massa, não é simplesmente desumano [...]; é, de maneira demonstrável, ineficiente – e numa época de tecnologia avançada a ineficiência é o pecado contra o Espírito Santo (Huxley, Admirável mundo novo, 2016, p.13).

O objetivo deste capítulo é abordar o surgimento da *Revista do Serviço Público* (RSP) enquanto veículo de comunicação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão promotor da modernização administrativa nos anos 1930, que possibilitaria o início da transição do modelo patrimonialista para o modelo burocrático. Trata das influências externas que contribuíram para o processo, considerando os desdobramentos do departamento nos anos posteriores e aborda a trajetória da RSP e a introdução do conceito de documentação no Brasil.

O conceito de patrimonialismo, conforme analisado nas Ciências Sociais, com base na obra de Max Weber (1864-1920) e discutido amplamente por autores brasileiros, como, Fernandes (1959), Holanda (1969), Faoro (1976) e Schwartzman (1982), caracteriza a forma de dominação social e política tradicional sustentada no patrimônio, na qual não há uma diferenciação clara entre a esfera pública e a esfera particular. Sobressai a administração baseada na concessão de privilégios e na troca de favores, em que cargos públicos são distribuídos com base nas relações pessoais de confiança, independente da habilitação ou do mérito. A isso podem-se acrescentar o afastamento do cidadão da vida pública e a ausência de transparência nas ações do Estado.

A concepção sociológica de Weber (1982, p. 98-99) define o Estado moderno como uma instituição provida do direito legítimo e exclusivo de uso da força física (violência) em determinado território, embora este não seja seu meio normal ou único de atuação. A autoridade e a hegemonia do Estado são legitimadas pela sociedade em razão de três motivos: orientação habitual para o conformismo, em que o domínio “tradicional” exercido prevalece; confiança na revelação, no heroísmo ou em outras qualidades da liderança “carismática” individual dos governantes; e domínio em virtude da “legalidade”, da validade do estatuto legal e da “competência” funcional, com base em regras racionalmente criadas.

A legalidade marca a burocracia moderna, também denominada “modelo burocrático weberiano”. Conforme este modelo, o Estado é regido por leis e normas administrativas que regulam, de forma fixa e oficial, as atividades necessárias à consecução dos objetivos da estrutura. A “autoridade burocrática” hierárquica, com qualificações previstas em regulamento, direciona a execução dos deveres, por meio de medidas metódicas, para a

realização regular das atividades e dos direitos correspondentes. Por isso, a administração moderna “se baseia em documentos escritos (“os arquivos”), preservados em sua forma original ou em esboço” (WEBER, 1982, p. 230).

Ao abordar as mudanças ocorridas na Arquivologia moderna, o canadense Terry Cook (2001, p. 18) pontua que os arquivos foram fundados pelo Estado, para servir a ele como parte de sua estrutura hierárquica e cultura organizacional. Logo, à medida que se amplia o processo de burocratização do Estado, os documentos são entendidos, cada vez mais, como elementos dotados de valor informativo e de prova legal dos atos administrativos.

Além de separar o domicílio privado da esfera da vida pública, a administração burocrática weberiana pressupõe a profissionalização da burocracia, com base em treinamento especializado e na execução de um plano de carreiras. Os negócios oficiais também deixam de ser uma atividade secundária e passam a exigir plena capacidade de trabalho e tempo de dedicação dos funcionários. Estes seguem regras gerais, mais ou menos estáveis e exaustivas, que podem ser aprendidas.

A centralização (concentração, para Max Weber) e a racionalização dos meios materiais e das decisões políticas e econômicas marcam o modelo burocrático moderno, o qual é incentivado pela prevalência da economia mercantil capitalista, já que esta passa a exigir uma administração cada vez mais rápida, precisa e constante.

Precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, discricção, unidade, subordinação rigorosa, redução do atrito e dos custos de material e pessoal – são levados ao ponto ótimo na administração rigorosamente burocrática, especialmente em sua forma monocrática (WEBER, 1982, p. 249).

No campo informacional, a atitude patrimonialista é identificada por Souza (1995, p. 61) como aquela em que o Estado compreende e utiliza os documentos públicos e a informação como propriedade de uso exclusivo dos agentes públicos. O acesso coletivo é condicionado ao bel-prazer do Estado, que determina os graus de disponibilidade da informação³.

Paiva (2009, p. 791) considera a burocracia um fenômeno bastante difuso, que pode ser compreendido de diferentes maneiras, não podendo ser reduzido à dimensão dos assuntos políticos, embora também pertença a essa arena de decisões. Por concordar com tal apontamento, apresenta-se aqui a modernização promovida pelo DASP em perspectiva ampliada, buscando contextualizar a presença constante daquilo que mais tarde viria caracterizar a Arquivologia no Brasil.

³ A Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) desestimulou a postura patrimonialista sobre a informação no Brasil. A partir deste marco, a transparência torna-se regra e o sigilo, exceção.

1.1 Modernização Administrativa

No Brasil dos anos 1920, o crescimento da industrialização e a formação da classe média urbana possibilitaram a emergência de grupos de pressão para a reformulação da administração do Estado. De acordo com Paiva (2009, p. 786), a crise daquela década marcou a percepção por parte de alguns segmentos intelectuais do atraso do País. Neste sentido, a classe média assimilou que a desorganização político-administrativa em relação às nações mais desenvolvidas poderia ser superada por meio da técnica.

Jardim afirma que o fascínio pelo sistema, inclusive de arquivos, encontra acolhida no projeto de uma administração pública fundamentalmente técnica⁴ e condicionada a leis científicas. Nesta perspectiva, a soma de conhecimentos práticos para responder a problemas administrativos corresponderia a uma “ciência administrativa”, que, além de justificar a criação do DASP, teria sustentado nas últimas décadas o discurso da desqualificação da função pública pela política (JARDIM, 1995, p. 69).

1.1.1 Influências

Para tornar a administração pública mais técnica e burocratizada, o Brasil se inspiraria em teorias, legislação e instituições norte-americanas. Rabelo (2012, p. 83-84) afirma que a *Civil Service Commission* (1871-1883) foi a referência mais próxima para a implementação de uma reforma no Brasil e que, apesar da diferença entre as realidades econômica e social, os técnicos brasileiros acreditavam que as regras e as teorias científicas estadunidenses poderiam funcionar para a realidade local⁵.

De acordo com Tácito (1977, p. 23), diversos autores americanos influenciaram a escola renovadora da administração pública brasileira das décadas de 1930 e 1940, tais como, Leonard D. White e William F. Willoughby⁶. Para ele, a filiação do DASP ao modelo norte-americano é inquestionável e notória. Seus técnicos mais influentes foram treinados nos Estados Unidos e absorveram a doutrina da ciência da administração dos livros e da prática ianque que alcançou extremos de dogmatismo na formulação legislativa e oficial brasileira (TÁCITO, 1977, p. 29).

Para o supracitado autor, o primeiro símbolo objetivo dessa presença estrangeira

⁴ Schwartzman (1987) critica a ideia da administração pública enquanto atividade eminentemente técnica.

⁵ Graham (1968) se posiciona sobre a tentativa brasileira de reformar a administração com inspiração no estilo norte-americano. Para o autor, isso levou à construção de um sistema caracterizado por um alto grau de formalismo e pela discrepância entre as normas e a realidade.

⁶ Conforme Tácito (1977) Willoughby, White, Goodnow, Cooley e Freund, Dimock, influenciaram profundamente a escola renovadora da Administração Pública brasileira.

pode ser encontrado no artigo 67 da Constituição de 1937. Ela teve como fonte direta as seções 207 e 209 da lei norte-americana que instituiu o *Bureau of the Budget* (Bureau de Orçamento)⁷, em 1921. É possível constatar a partir de tais dispositivos que a redação constitucional reproduziu o conteúdo da lei americana. Do mesmo modo, a competência do DASP para fiscalizar a execução orçamentária inspirar-se-ia na mesma legislação (TÁCITO, 1977, p. 29-30).

William Willoughby foi um dos autores que contribuiu decisivamente para a doutrina do serviço público no Brasil. Tácito (1977, p. 31) afirma que seus dois livros básicos (*Principles of Public Administration* e *The National Budget System*) foram a “bíblia” dos reformadores da Administração Pública federal brasileira.

Da mesma maneira que outros modernizadores americanos, como John Pfiffner, Willoughby defendia a criação de um órgão administrativo central, vinculado à chefia do Executivo. Ramos (2009, p. 93)⁸ reitera que, sendo os problemas técnicos relativos às atividades administrativas básicas semelhantes, independente da função do órgão, Willoughby preconizava a integração das atividades institucionais em um serviço de administração geral ligado ao chefe do Poder Executivo. Segundo Ramos (2009), a *Teoria do departamento de administração geral*⁹, da qual a proposição de Willoughby é uma variante, representa a mais decisiva forma que assumiu a questão da racionalização administrativa nos Estados Unidos.

Willoughby classificou as atividades governamentais em dois tipos essenciais: atividades-meio – institucionais, gerais ou domésticas (*institutional or housekeeping activities*); e atividades-fim – específicas ou funcionais (*primary or functional activities*). As primeiras dizem respeito aos meios de que o Estado se serve para atingir seus propósitos, como, gestão documental, seleção de pessoal e contabilidade. Já as atividades-fim referem-se aos objetivos últimos do Estado, isto é, fornecer serviços de educação, saúde etc.

A classificação dessas atividades foi tão bem absorvida pela terminologia do serviço público brasileiro que, passado quase um século, ainda é questão pacífica. No âmbito dos documentos arquivísticos, é vislumbrada na formulação do plano de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos, operacionalizada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), realizada tendo no horizonte tais atividades.

⁷ O “*Bureau of the Budget*” foi criado pela Lei do Orçamento e Contabilidade, em 1921, para auxiliar o presidente na elaboração e execução do orçamento e realizar estudos destinados a possibilitar maior economia e eficiência no funcionamento dos serviços públicos (WAHRLICH, 1957).

⁸ RAMOS (2009) é a reedição da tese do autor, apresentada ao concurso de seleção de técnico de administração do quadro permanente do DASP, em 1949.

⁹ O *Departamento* previsto por Willoughby como órgão de apoio direto do chefe do Executivo, teria a seu cargo funções normativas, de coordenação e controle, e atuaria em conjunto com outras unidades de administração, sob sua orientação. Ver FURTADO (1946) e WAHRLICH (1979).

O contato com as proposições de Willoughby ajuda a perceber a presença marcante dos arquivos como instrumentos de apoio à administração pública. Na obra *Principles of Public Administration* (1927), ao tratar da classificação e da padronização do quadro de pessoal, Willoughby promove uma lista dos serviços essenciais à Administração, entre os quais figura o Serviço de Arquivo (WILLOUGHBY, 1927, p. 248).

O autor evidencia em diversas partes da obra que os documentos e os arquivos constituem importantes instrumentos de controle na administração pública, embora reconheça a inobservância de cuidados com estes, tendo em vista mencionar que a manutenção apropriada dos arquivos recebe menos atenção do que merece (WILLOUGHBY, 1927, p. 343).

Os arquivos financeiros constituem, a um só tempo, o mais importante instrumento de controle sobre a fidelidade e eficiência com que as repartições públicas desempenham suas funções, os meios de prestar informações sobre suas operações e a base para determinar as necessidades futuras do governo (WILLOUGHBY, 1927, p. 427, tradução nossa).

Ao destacar os procedimentos da contabilidade, Willoughby assente que os documentos constituem as bases indispensáveis a qualquer sistema contábil por fornecerem informações essenciais às operações, constituírem prova autêntica das transações a que se referem e, fornecerem as informações necessárias para garantir que todos os requisitos legais foram cumpridos (WILLOUGHBY, 1927, p. 609-611).

John Pfiffner e Robert Presthus, no livro *Public Administration*, publicado originalmente em 1935, vão além. Eles elencam a gestão de documentos nas atividades-meio como parte integrante dos Serviços Gerais da Administração Pública e explicam que a forma tradicional de medir a qualidade da administração consiste em avaliar a maneira como as atividades-meio são prestadas, na forma da gestão de documentos, compras e suprimentos, administração de pessoal etc. (PFIFFNER; PRESTHUS, 1953, p. 429).

Os autores também pontuam:

Em gestão de documentos, dois objetivos estão envolvidos: economizar e preservar. As agências tendem a ser possessivas com seus arquivos. No entanto, quando acumulados, muitas vezes, são negligenciados, o que incide em custos desnecessários com espaço e acomodações de armazenamento. Muitos poderiam ser destruídos e, outras vezes, eliminados após um razoável período de depósito. Outros, claramente, precisam ser mantidos permanentemente como arquivos históricos (PFIFFNER; PRESTHUS, 1953, p. 431, tradução nossa).

Embora não sejam literais, os autores já consideram as fases corrente, intermediária e permanente. Segundo eles, as agências¹⁰ são encorajadas a desenvolver planos de eliminação de documentos para aqueles que são usados nas rotinas do dia a dia e

¹⁰ Nos Estados Unidos, o vocábulo *agência* tem sentido amplo e abrange: qualquer autoridade do governo, conforme consta expressamente na Lei de Procedimento Administrativo (*Administrative Procedure Act*) (DI PIETRO, 2012, p. 183).

mantidos no nível operacional. Há aqueles cujo uso não é tão frequente, e por isso são enviados para depósitos regionais em pontos convenientes. De outro lado, há documentos dotados de valor histórico, os quais são enviados para o *National Archives*¹¹ (PFIFFNER; PRESTHUS, 1953, p. 431-432).

Como se pode perceber pelas leituras acima e com apoio em Indolfo (2013, p. 44), tais autores já sinalizam a formação de uma escola norte-americana voltada à gestão de documentos (*records management*), cujo caráter era mais administrativo e econômico que propriamente arquivístico.

Autores como Indolfo (2013, p. 44), Santos (2011, p. 186), Venancio (2011, p. 174), Schmidt, (2012, p. 152), Duranti (1994, p. 64), Dollar (1993, p. 37) e Evans (1967, p. 46), entre outros, apontam Phillip Coolidge Brooks, arquivista americano do *National Archives*, como o primeiro profissional a mencionar a ideia de ciclo vital¹² de documentos (*life history of the documents*), no final dos anos 1930.

O conceito se tornaria público por meio do artigo *The selection of records for preservation*¹³, de autoria de Brooks, publicado em outubro de 1940, na revista *American Archivist*. Ernst Posner e Theodore R. Schellenberg são considerados os responsáveis pela sistematização e difusão do conceito, por meio da aplicação prática, nas décadas de 1950 e 1960.

O aumento do volume de documentos produzidos após a Segunda Guerra Mundial alterou a dinâmica da preservação dos documentos e, nos Estados Unidos, potencializou a introdução da racionalidade administrativa nos arquivos.

A partir dos trabalhos da Comissão *Hoover*¹⁴, que visava modernizar a administração americana, firmaram-se os conceitos de gestão de documentos (*records management*) e de ciclo vital de documentos (*records lifecycle*), como ratificam Evans (1967, p. 49-52), Schellenberg (2006, p. 75-76), Santos (2011, p. 194), Indolfo (2013, p. 45) e Costa Filho e Sousa (2016, p. 190).

As Comissões Hoover [1947 e 1953] estabeleceram as práticas para a

¹¹ O Arquivo Nacional dos Estados Unidos foi fundado, em 1934, como *National Archives and Records Administration*.

¹² O ciclo vital de documentos, ou teoria das três idades, divide a existência dos documentos em três fases, ou idades, distintas: corrente, intermediária e permanente. Isso conforme a frequência de uso pelas entidades produtoras e a identificação de valor primário (ou administrativo) e secundário (ou valor de pesquisa). Alguns autores (ARQUIVO NACIONAL, 2005; SCHMIDT, 2012) percebem os dois conceitos como sinônimos, mas outros (SANTOS, 2011) visualizam distinções ente ambos.

¹³ Brooks (2012) foi traduzido e publicado pela *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ver também: COSTA FILHO; SOUSA (2016).

¹⁴ *Commission on Organization of the Executive Branch of the Government* ou *Hoover Commission*. Para aprofundar, consulte: PINTO (1953). Schellenberg (2006, p. 75-76) e Evans (1967, p. 49-52) também abordam a temática.

consolidação de gestão de documentos, no período de 1950-1960, ao introduzirem ações voltadas para o controle da produção documental, para a racionalização das eliminações e a conservação econômica e concentrada dos documentos de guarda intermediária, bem como promoveram a difusão de manuais de procedimentos (INDOLFO, 2013, p. 45).

Apontam-se como resultados da reforma provocada pela Comissão: criação do sistema federal de arquivos intermediários (*Federal Records Centers*); introdução do *National Archives*, em 1949, na estrutura do recém-formado *General Service of Administration (GSA)*¹⁵, órgão que realizava pesquisas sobre gestão de documentos nas agências, a fim otimizar o desempenho das unidades da administração pública; e sanção da *Federal Records Act*, em 1950, lei que fornecia estrutura legal para a gestão de documentos federais, desde a produção até a destinação final.

O modelo sistêmico de organização dos arquivos norte-americanos representa a primeira tentativa de ruptura da tradição arquivística europeia, caracterizada pela ênfase nos arquivos permanentes ou históricos.

Essa ação do Governo dos EUA acabou por romper a tradição europeia de valorização dos arquivos permanentes, fazendo com que os documentos, ainda nas fases junto ao produtor, fossem considerados importantes. Coube à prática cotidiana reinterpretar o que deveria ser uma visão de continuidade do tratamento documental desde sua produção, traduzindo-a na separação profissional e, em alguns países, acadêmica, ao promover a distinção entre gestores de documentos e arquivistas (SANTOS, 2011, p. 194).

O *records management* se apresenta nos Estados Unidos, concentrando suas atenções no tratamento dos arquivos ativos (*records*). A publicação, em 1956, da obra *Moderns archives: principles and techniques*, por Theodore Schellenberg, colaboraria para a consolidação de tais conceitos naquele país. No Brasil, estes só seriam difundidos décadas depois, por intermédio, entre outros agentes, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

1.1.2 Estruturação do DASP

Sob tais influências o movimento de modernização administrativa no Brasil foi comandado por Getúlio Vargas, principalmente após a introdução do regime autoritário do Estado Novo. Conforme Wahrlich (1984, p. 49), no início deste governo nenhuma teoria seria explicitamente adotada. Contudo, ao longo do período, planos de reestruturação administrativa foram ampliados e ganharam contornos formais.

As primeiras estruturas de centralização e de padronização dos serviços do

¹⁵ Criado, em 1949, para simplificar o trabalho administrativo do governo, o GSA combinava serviços preexistentes, como: gestão de documentos e arquivo; obras; compras e suprimentos; administração de contratos; e administração de ativos de guerra. Disponível em: <<https://www.gsa.gov/about-us>>. Acesso em: 27 set. 2018.

Estado são: Comissão Central de Compras¹⁶, em 1931, subordinada ao Ministério da Fazenda; e Comissão Permanente de Padronização¹⁷, em 1935, subordinada à Presidência da República. A própria Constituição de 1934 inovaria ao propor, em seu artigo 169, o concurso público como regra geral de acesso aos cargos públicos e avançava em favor da burocracia meritocrática.

O conceito de meritocracia está associado ao Estado burocrático e a organismos que selecionam seus associados com base em critérios de competência ou esforço, independente de classe social, gênero, ou outros atributos subjetivos. No entanto, é um conceito controverso, na medida em que, de um lado, torna o processo seletivo mais impessoal, mas, de outro, a ausência de medidas objetivas nas avaliações pode incorrer em seleções arbitrárias.¹⁸

Em 1935, conforme enfatiza Lima Jr. (1998, p. 6), a Comissão Especial do Legislativo e do Executivo¹⁹ propunha medidas para reorganizar a administração pública, padronizar os vencimentos e definir normas para a ascensão nos cargos públicos. Os estudos desta comissão subsidiaram a constituição do Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC)²⁰.

O CFSPC antecede o DASP no objetivo de aprimorar os processos públicos. Conforme Araújo (2017, p. 139), é possível considerá-lo o marco legal da reforma administrativa brasileira. O dispositivo legal que o criava, a lei 284/1936 (Lei do Reajustamento), definia normas básicas e o sistema de classificação de cargos, além de prever o reajuste de vencimentos do funcionalismo público civil da União.

A lei estabelecia em suas tabelas anexas, o cargo de arquivista no Ministério da Fazenda²¹. Conforme Marques (2011, p. 206) a carreira de arquivista, existente desde 1936 em alguns quadros, desdobrar-se-ia, em 1941, nos cargos de *arquivista*, profissional de nível operacional, e de *arquivologista*, profissional de nível de planejamento.

Previsto na Carta Magna de 1937, que implantaria o regime ditatorial do Estado Novo, para atuar na Presidência da República, nos moldes da administração norte-americana

¹⁶ Decreto 19.587, de 14 de janeiro de 1931, centraliza as compras e os fornecimentos de artigos destinados à execução dos serviços federais.

¹⁷ Decreto 562, de 31 de dezembro de 1935, institui a Comissão Permanente de Padronização, aprova instruções e dá outras providências.

¹⁸ Sobre o tema, ver BARBOSA (2014).

¹⁹ Constituída pela lei 51, de 14 de maio de 1935, que dispõe sobre reajustamento de vencimentos dos militares. A comissão era presidida por Maurício Nabuco.

²⁰ Criado pela lei 284, de 28 de outubro de 1936, que reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União e estabelece diversas providências.

²¹ Condição alterada pelo decreto 2.206, de 24 de dezembro de 1937 e pelo decreto-lei 258, de 9 de fevereiro de 1938.

de Willoughby, o DASP²² foi organizado para aperfeiçoar os serviços públicos, com base na economia de recursos e na eficiência nas ações. A ele competia o estudo das repartições públicas, a organização e fiscalização da proposta orçamentária, a seleção de candidatos aos cargos públicos federais e a promoção da readaptação e do aperfeiçoamento dos funcionários civis da União. Adicionalmente, cabia-lhe ainda, estudar e fixar padrões de materiais, auxiliar o presidente da República no exame dos projetos de lei, inspecionar os serviços públicos e apresentar anualmente ao presidente relatório dos trabalhos realizados e em andamento.

Em razão de sua influência, atuação e longa trajetória na administração pública, o DASP se tornou sinônimo do primeiro movimento de modernização administrativa do País. Para Abrucio, Pedroti e Pó (2010, p. 35-36), o modelo daspiano inaugurou uma nova era administrativa, por três razões: expansão da intervenção do Estado nos domínios econômico e social; criação em parte do aparelho estatal de uma estrutura institucional profissional baseada em meritocracia; e capacidade de produzir políticas públicas em larga escala, por meio da burocracia, que atuou como motor da expansão desenvolvimentista.

A inspiração nas experiências do serviço civil norte-americano viu-se formalizada no decreto-lei 776, de 7 de outubro de 1938, que definia o envio anual de funcionários públicos ao exterior para fins de especialização e aperfeiçoamento, por meio de cursos ou estágios, em assuntos concernentes ao serviço público federal.

Rabelo (2011, p. 135) ratifica que a busca por um modelo administrativo fez com que o governo promovesse o intercâmbio com modelos estrangeiros. Por meio do dispositivo legal, de autoria de Luís Simões Lopes²³, o governo instituiu o intercâmbio de técnicos e de funcionários administrativos para aperfeiçoamento no exterior, após seleção feita pelo próprio DASP.

A partir deste decreto, o governo enviou funcionários técnicos administrativos, principalmente, para universidades estrangeiras, através do pagamento integral de salários pela Embaixada em Washington, acrescidos de uma ajuda de custo para moradia e passagem. Tal intercâmbio ocorreu, principalmente, entre técnicos do próprio DASP, que eram enviados aos Estados Unidos, majoritariamente, de duas formas: com o auxílio do Decreto-lei *Missão de Estudos no Estrangeiro*, com afastamento e viagem financiados pelo governo brasileiro, e por uma instituição privada para estudos em universidades norte-americanas, o *Institute of International Education* (IIE), de Nova York, que distribuía bolsas em parceria com o governo brasileiro, e seleção do DASP (RABELO, 2011, p. 135-136, grifo da autora).

O DASP, a partir de 1940, ficaria responsável também por elaborar a proposta

²² O decreto-lei 579, de 30 de julho de 1938, organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios, e dá outras providências. Análise recente da formação do DASP e da atuação deste na reforma administrativa estatal pode ser encontrada na tese de Araújo (2017).

²³ No DASP, destacam-se o trabalho de Maurício Nabuco, da diplomacia do Itamaraty e de Luís Simões Lopes, principal empreendedor da reforma. Lopes ficaria à frente do Departamento até a saída de Vargas (1945) e dirigiria a Fundação Getúlio Vargas (FGV) após sua fundação, em 1944.

orçamentária²⁴. Em 1942, consolidou-se por meio do regimento interno²⁵. Afirmava-se, portanto, conforme Lima Jr. (1998, p. 6), como órgão central e tripé material-pessoal-recursos financeiros da modernização da administração pública brasileira, nos moldes weberianos.

A modernização era fundamental para garantir o sucesso do intervencionismo estatal, pois, além de estruturar a burocracia, o DASP adquiriu forte influência política. Graham (1968, p. 28, 36) ressalta que, em teoria, ele, que havia sido criado para ser uma organização geral de caráter técnico ao qual os demais órgãos da administração se subordinariam, tornou-se um superministério. Para Santos (2008, p. 97), o alargamento de seus objetivos iniciais tornou-o mais abrangente que seu modelo original, o Bureau de Orçamento estadunidense, situando-o mais próximo do Departamento de Administração Geral (*General Service of Administration*).

Regionalmente, o controle político e administrativo do Executivo era capilarizado por meio dos departamentos administrativos estaduais, ou “daspinhos”, que, segundo Lima Jr. (1998, p. 7), detinham poderes excepcionais, inclusive para revisar e bloquear as decisões dos interventores²⁶.

Rabelo (2011, p. 135) reitera que a burocracia no DASP era um elemento organizador de uma cultura científica assegurada por uma elite técnica especializada, que visava à normatização no campo de trabalho e da vida social, por meio da adoção da meritocracia e da padronização

Essa elite técnica também se apropriava de teorias científicas norte-americanas, o chamado *scientific management* ou administração científica, teorias recentes à época de implantação no Brasil, o que conferia uma identidade específica ao grupo, associada à conjugação de novas técnicas, estudos e aplicações de teorias presentes em modelos estrangeiros, tornando este grupo detentor de um saber científico altamente especializado e, portanto, diferenciado no funcionalismo federal (RABELO, 2011, p. 135).

Para dar prosseguimento a essa cultura de formação científica, o DASP criou, em 1944²⁷, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), cujo objetivo era atuar na formação dos quadros técnicos profissionais da alta administração para as agências de governo, sobretudo para o

²⁴ O decreto-lei 2.026, de 21 de fevereiro de 1940, cria no Ministério da Fazenda a Comissão de Orçamento, que, de acordo com Abrucio, Pedroti e Pó (2010, p. 39), era subordinada tecnicamente ao Departamento Administrativo do Serviço Público.

²⁵ Decreto 11.101, de 12 de dezembro de 1942, aprova o Regimento do Departamento Administrativo do Serviço Público.

²⁶ O decreto 20.348, de agosto de 1931, conhecido como “Código dos Interventores”, regulamentou o controle exercido por Getúlio Vargas sobre as intervenções federais nos estados. O interventor era a autoridade estadual nomeada por Vargas após a deposição dos governadores.

²⁷ O decreto-lei 6.693, de 14 de julho de 1944, dispõe sobre a criação de uma entidade que se ocupará do estudo da organização racional do trabalho e do preparo de pessoal para as administrações pública e privada.

próprio Departamento. Conforme Silva (2010, p. 55-56), a FGV também se inspiraria no modelo organizacional norte-americano.

A influência americana refletiu a penetração desse modelo em nossa sociedade e, em particular, em nossa cultura. Na FGV, se deu mediante a adoção de seus métodos de ensino, a ação de professores, ao aperfeiçoamento de professores brasileiros nos Estados Unidos e através de ajuda financeira do Ponto IV e da United States Agency for International Development (Usaid) (SILVA, 2010, p. 62).

Entidade híbrida, paraestatal, configurada como instituição privada fundada por decisão federal, a FGV detinha recursos de origem federal e de seus sócios. Conforme Silva (2010, p. 57-59), em 1945 foram organizados seus primeiros setores: Biblioteca, Seção de Publicações, Serviço Médico e Núcleos Técnico-Científicos.

A fundação investiu, no final dos anos 1950, na implementação de um sistema de arquivos. O qual na década de 1970 se tornou referência para outras instituições. O Arquivo Central da FGV serviu de modelo para a organização dos documentos administrativos em diversas instituições no território nacional, refletindo o descaso com que eram tratados os arquivos no Brasil, até a importação do modelo norte-americano, que privilegiaria a gestão de documentos (SILVA, 2010, p. 67).

Sobre esse aspecto, Santos (2018, p. 138) concorda que houve uma combinação de influências sobre os profissionais brasileiros, com a prevalência da matriz anglo-saxônica sobre determinados indivíduos e instituições que lideraram processos de institucionalização da Arquivologia, com uma marca inegável na gestão dos arquivos institucionais ainda sob a esfera da administração.

A influência norte-americana foi notadamente expressa no uso da obra *Arquivos Modernos* de T. Schellenberg, amplamente disseminada a partir da década de 1960. Nos anos 1950, a tarefa de modernizar a burocracia do Estado permanecia. A bibliotecária e arquivista Nilza Teixeira Soares, que, como tantos outros profissionais recrutados pelo Dasp frequentou os cursos na American University, é um exemplo da política de formação de quadros técnicos no exterior (SANTOS, 2018, p. 138).

Embora o Arquivo Central da FGV tenha avançado em discussões do campo arquivístico, a metodologia proposta pela instituição não se generalizou, possivelmente, em virtude de tais discussões terem ocorrido entre um grupo intelectual reduzido e desprovido de poder político.

O reformismo varguista foi permeado por ambiguidades, apontadas por muitos estudiosos do período, como, Graham (1968), Nunes (1997), Resende (2004), Torres (2004) e Abrucio, Pedroti e Pó (2010). Estes autores concordam que a modernização aconteceu de forma dual. Isto é, alguns órgãos passaram a ser estruturados de acordo os paradigmas do modelo weberiano, com formação profissional, adoção de práticas internacionais, bons salários e garantias legais, enquanto áreas como saúde, educação e segurança pública ficaram à própria sorte, marcando um desenvolvimento desigual da administração.

Realizada sob o poder autoritário centralizador do Estado Novo, a modernização não envolveu negociação com a classe política ou com setores sociais, optando por blindar as agências daspianas, naquilo que Nunes (1997) chamou de “insulamento burocrático”. Isto é, de um lado, o Estado criou “ilhas de excelência” protegidas do jogo político; de outro, partes da administração ficaram expostas à manutenção de práticas patrimonialistas.

Nem toda a máquina pública federal foi dominada por um princípio universalista de mérito, o que na verdade significou que o Presidente da República fez um pacto com as antigas oligarquias para montar seu projeto de modernização (ABRUCIO, PEDROTI, PO, 2010, p. 42).

Após o fim da ditadura varguista, em 1945, o DASP redefiniu completamente seu papel²⁸, sendo, inclusive, conforme Rezende (2004, p. 52), proposto seu desmonte. A partir de então, foi administrativamente esvaziado. Suas funções assumiram um caráter de assessoria, exceto no tocante à seleção de funcionários por meio de concurso público, ao aperfeiçoamento de pessoal e à publicação da *Revista do Serviço Público*.

De 1946 até o golpe militar de 1964, houve algum esforço no sentido de promover mudanças na administração pública, como o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), que tinha por objetivo aprofundar o modelo industrializante, pela substituição de importações. No entanto, Torres (2004, p. 150) afirma que, embora o Plano de Metas tenha expandido sensivelmente o papel do Estado em questões sociais e econômicas, não significou avanço expressivo para aumentar os níveis de eficácia, eficiência e profissionalismo no serviço público.

Sob a presidência de João Goulart, Lima Jr. (1998, p. 11) destaca a importância dos estudos e projetos realizados pela Comissão Amaral Peixoto, nomeada em 1963. Tais estudos produziram expressivos diagnósticos, propostas e anteprojetos de lei que, embora não implantados, passaram a compor o acervo científico-administrativo, utilizado com frequência pelos governantes e, em parte, incorporado ao decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967²⁹.

Após a ascensão dos militares ao poder, em 1964, o grande marco administrativo do período foi o supramencionado decreto-lei 200/1967, que propunha a modernização de procedimentos em áreas consideradas estratégicas ao governo (pessoal, compras e obras, segurança nacional e execução orçamentária e financeira), por meio da adoção de instrumentos gerenciais nos moldes da iniciativa privada. O dispositivo, que privilegiava a

²⁸O decreto-lei 8.323-a, de 7 de dezembro de 1945, reorganiza o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), e dá outras providências.

²⁹ Decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências. O dispositivo definia cinco princípios fundamentais que passariam a demarcar o Estado brasileiro: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle.

descentralização, classificou as instituições do setor público em dois grandes grupos: administração direta; e administração indireta. Diferenciados, fundamentalmente, em virtude da natureza jurídica, da autonomia decisória e da fonte de recursos.

A administração direta, ou centralizada, consiste nos serviços integrados na estrutura administrativa e nas políticas públicas do próprio Estado, que, por meio de determinados órgãos, executa as funções que lhe são pertinentes. Tais órgãos não possuem personalidade jurídica, autonomia administrativa ou patrimônio próprio e atuam, por exemplo, em áreas como: defesa, saúde e educação. No âmbito federal, é representada pela Presidência da República e pelos ministérios.

A administração indireta, ou descentralizada compreende entidades dotadas de personalidade jurídica, patrimônio, autonomia administrativa e orçamento próprio para a execução de seus fins, os quais são delegados ou outorgados pelo Estado. É categorizada em: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, e fundações públicas³⁰.

Enquanto as fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista (administração indireta) tinham por objetivo tornar mais ágeis e flexíveis as ações do governo, a administração direta permanecia submetida aos marcos do modelo burocrático.

O decreto-lei 200/1967 previa a estreita cooperação do DASP³¹, nomeado pelo dispositivo reformista como “órgão central do sistema de pessoal”³², ao qual caberia atuação restrita ao estudo, formulação de diretrizes, orientação, coordenação, supervisão e controle dos assuntos concernentes à administração do Pessoal Civil da União, além de continuar responsável pela *Revista do Serviço Público*. Além disso, o instrumento legal alterava o nome do *Departamento Administrativo do Serviço Público* para *Departamento Administrativo do Pessoal Civil*³³, embora mantivesse a sigla DASP. Em 1975, o departamento voltaria à sua antiga denominação³⁴.

Tendo em vista o insucesso da cooperação de forma ampla do DASP com a modernização do período, a parceria foi desfeita cinco anos depois³⁵. De acordo com Tácito (1977, p. 31), em uma linha ampliada da concepção de Willoughby, a competência do DASP

³⁰ As fundações públicas só foram incluídas na administração indireta por meio da lei 7.596, de 1987, que altera dispositivos do decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967.

³¹ Artigo 151 do decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967.

³² Artigo 116 do decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967.

³³ Artigo 212 do decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967.

³⁴ Lei 6.228, de 15 de julho de 1975, altera a denominação e a competência do DASP, cria cargos em comissão, e dá outras providências.

³⁵ Condição revogada pela lei 5.843, de 6 de dezembro de 1972, que fixava os valores de vencimento dos cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dava outras providências.

como centro dominante das atividades-fim da Administração Pública federal declinaria definitivamente a partir de 1967, com a segregação das funções de planejamento, orçamento e organização administrativa, que passariam ao âmbito do Ministério do Planejamento.

Torres (2004, p. 151-152) esclarece que o padrão da reforma de 1936 se repetiu em 1967 em três pontos: papel crescente atribuído ao Estado quanto ao desenvolvimento econômico; natureza autoritária do regime político, que facilitaria a implantação da reforma; e aprofundamento da divisão da administração pública em dois segmentos distintos e desiguais, administração direta e indireta. Conforme o autor, neste caso, a falta de interação entre a esfera burocrática e um regime político democrático em ambas as reformas contribuiu para retirar a legitimidade e a efetividade do esforço de modernização, implicando processos tecnocráticos, inconclusos e parciais.

1.1.3 Estruturas posteriores ao DASP

A partir dos anos 1980, o Brasil passou a viver grave crise fiscal e financeira, reflexo da crise internacional do petróleo e do esgotamento do modelo desenvolvimentista exportador. O crescimento econômico recuou e a ideia do Estado interventor enfraqueceu. O País transitou da ditadura para a democracia, passando por grandes manifestações sindicais e sociais.

A partir de 1981, a criação da Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP)³⁶, órgão vinculado ao DASP, que tinha por finalidade promover, elaborar e executar programas de formação, treinamento, aperfeiçoamento e profissionalização, absorveu as atividades de aperfeiçoamento e a publicação da *Revista do Serviço Público*.

Em 1985, o DASP ficou vinculado ao ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Administração³⁷, e no ano seguinte foi extinto. Suas funções foram absorvidas pela Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP)³⁸. De acordo com Lima Jr. (1998, p. 15-16), a SEDAP foi estabelecida em 1986, no governo Sarney (1985-1990), para, entre outros objetivos, ser o órgão central de suporte ao programa de reformas na área administrativa, com fins de modernizar, reformar e desburocratizar a administração federal. Todavia, não obteve êxito em seus propósitos.

Terminado o período militar, a Constituição de 1988 introduziu as mudanças mais

³⁶ A FUNCEP foi autorizada pela lei 6.871, de 3 de dezembro de 1980. Seu estatuto foi aprovado por meio do decreto 85.524, de 16 de dezembro de 1980.

³⁷ Decreto 91.147, de 15 de março de 1985, dispõe sobre a vinculação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

³⁸ O Decreto 93.211, de 3 de setembro de 1986, cria a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP) e extingue o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

profundas na gestão pública, reservando, em uma ação inédita na história constitucional, um capítulo específico à Administração Pública. Destacam-se na Carta três pontos principais: democratização de Estado, por meio do fortalecimento do controle externo e da transparência governamental (princípio da publicidade como imperativo do poder público e criação do *habeas data*); descentralização das políticas públicas; e profissionalização meritocrática do serviço civil, pela universalização do concurso público (ABRUCIO; PEDROTI; PÓ, 2010, p. 55-57).

A transparência apontada por esses autores apresenta-se na *Revista do Serviço Público* na seleção do fragmento abaixo.

Não se pode buscar a democracia sem considerar que o reencontro da via democrática se dá através da democratização da informação. A proposta da Reforma Administrativa é aumentar o grau de participação do cidadão na vida nacional e isto equivale a desenvolver meios que permitam o livre acesso à informação, para transmitir o conhecimento produzido, o que levará o indivíduo a conscientizar-se de seu papel na sociedade e identificar-se com os seus valores mais autênticos (RSP, 1986, v.114, n.3, p. 32).

Em 1989, a SEDAP foi incorporada à Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN)³⁹, a qual, em 1990, se tornaria a Secretaria da Administração Federal (SAF)⁴⁰. A FUNCEP, que passaria a denominar-se “Fundação Escola Nacional de Administração Pública” (ENAP)⁴¹, se alojava nessa efêmera macroestrutura ligada à Presidência da República. Última estrutura descendente do DASP nas funções ligadas à capacitação de pessoal, a ENAP tem por missão promover a profissionalização da burocracia e desenvolver a competência dos servidores, além de continuar responsável por publicar trimestralmente a RSP.

Os avanços constitucionais não conseguiram sanar muitos dos problemas da administração pública. Por isso, em 1990, a supramencionada Secretaria de Administração Federal herdou a finalidade de gerenciar, entre outros assuntos, a modernização e a organização administrativa. Em 1995, ela seria transformada no Ministério da Administração

³⁹ O decreto 94.159, de 31 de março de 1987, altera a denominação, a estrutura básica e a competência da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que passa a denominar-se “Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República” (SEPLAN), mantidas suas finalidades, estrutura organizacional básica e competência. A lei 7.739, de 16 de março de 1989, por sua vez, incorpora os assuntos antes atribuídos à SEDAP à SEPLAN.

⁴⁰ Lei 8.028, de 12 de abril de 1990, dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Em 1992, esta Secretaria passaria a fazer parte da estrutura do Ministério do Trabalho e da Administração (Lei 8.422/1992), mas no mesmo ano a estrutura é convertida em Ministério do Trabalho e a SAF volta a ser órgão de assessoramento imediato do Presidente da República (Lei 8.490/1992).

⁴¹ Lei 8.140, de 28 de dezembro de 1990, altera a denominação da Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP), e dá outras providências.

Federal e Reforma do Estado (MARE)⁴².

Provavelmente, o impacto mais significativo das ações do MARE na gestão pública foi o governo eletrônico, cujos resultados são tidos como excelentes em termos de organização das informações, refletindo na redução de custos e no aumento da transparência nas compras governamentais e reduzindo o potencial de corrupção em prol de maior *accountability* (ABRUCIO; PEDROTI; PÓ, 2010, p. 67).

Matias-Pereira (2010) considera *accountability* o conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os agentes governamentais a prestar contas dos resultados de suas ações, garantindo maior transparência e exposição pública das políticas públicas. Um governo é *accountable* quando os cidadãos podem discernir se os governantes estão agindo em função dos interesses da coletividade e conseguindo solucioná-los apropriadamente. Para Jardim (1999, p. 57), trata-se de um conceito fortemente relacionado ao universo político administrativo anglo-saxão.

Oliveira e Flores (2016, p. 264), assim como Jardim (1999, p. 57), chamam atenção para a associação entre a gestão adequada dos dados governamentais, o grau de acesso dos cidadãos aos meios de informação na administração pública e o aumento da governança, da transparência, da *accountability* e da prestação de contas.

Livia Iacovino (2016, p. 261) considera que “os arquivos não são capazes de evitar fraudes ou corrupção mas podem ajudar a detectá-las”.

No entanto, Jimerson (2008, p. 39) adverte que os arquivistas e os historiadores, trabalham em um cenário público inevitavelmente político e que os arquivos expressam e guardam inúmeras oposições:

memória e esquecimento, sofrimento e esperança, poder e *accountability*, confinamento e liberação, opressão e justiça, conformidade e diversidade, silêncio e fala. Com frequência, arquivos servem aos interesses do poder estabelecido, mas eles também podem dar poderes aos grupos marginalizados da sociedade (JIMERSON, 2008, p. 39, grifo do autor).

Com a extinção do MARE, em 1999⁴³, as competências da pasta foram transferidas para o Ministério de Orçamento e Gestão, mais tarde, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, cujas áreas de competência abrangem a administração de recursos de informação e informática e a coordenação e gestão dos sistemas de organização e modernização administrativa.

Nos primeiros quatro anos do governo Fernando Henrique Cardoso, a implementação da reforma dependia apenas da persuasão; essa tarefa podia

⁴² O MARE foi criado pela medida provisória 931/1995, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. A respeito da reforma gerencial deste período, ver: BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995).

⁴³ O MARE foi extinto por meio da medida provisória 1.795, de 1 de janeiro de 1999, que altera dispositivos da lei 9.649, de 27 de maio de 1998. O Ministério do Orçamento e Gestão absorveu as competências do MARE por meio do decreto 2.923, de 1 de janeiro de 1999.

ser realizada pelo pequeno MARE. Nos outros quatro anos, a persuasão deverá ser acompanhada de autoridade executiva, da qual só o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão dispõe (BRESSER PEREIRA, 1999, p. 25).

No campo da normatização de procedimentos voltados à gestão de documentos arquivísticos, o Ministério do Planejamento vem definindo procedimentos relativos às políticas nacionais de: processo eletrônico⁴⁴, dados abertos⁴⁵, sistema de protocolo integrado⁴⁶ e padrões de interoperabilidade de governo eletrônico⁴⁷. Isso significa que as estruturas descendentes do DASP continuaram atuando sobre a gestão de documentos.

1.2 Trajetória da *Revista do Serviço Público*

O ano de 1937 assinala a concepção da *Revista do Serviço Público*, ainda na estrutura do Conselho do Serviço Público Civil. A primeira tiragem foi publicada em novembro daquele ano. Quando o DASP incorporou o conselho, a revista também foi assumida.

De acordo com Wahrlich (1983, p.156), a RSP se converteu em repositório da doutrina oficial da reforma administrativa em marcha, além de servir como veículo de notícias administrativas de interesse dos funcionários públicos. Quando o CFSPC foi anexado pelo DASP, os cinco primeiros números já se encontravam em circulação.

Visando difundir ideias burocráticas firmadas na administração científica e na profissionalização dos servidores em temas práticos e teóricos, o editorial da primeira edição ratificava a orientação da revista para uma dupla finalidade: “levar ao conhecimento dos servidores do Estado as notícias administrativas que lhes digam respeito, e contribuir para a formação de uma cultura especial de natureza também administrativa” (RSP, 1937, vol. 1, nº 1).

O regimento interno do DASP, de 1942, afirmava que competia à RSP “divulgar matéria doutrinária, informativa e noticiosa e de qualquer outro gênero que contribua para a maior difusão de conhecimentos relativos à administração pública” (BRASIL, Decreto 11.101/1942).

⁴⁴ O decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015, dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

⁴⁵ A instrução normativa 4, de 13 de abril de 2012, institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA).

⁴⁶ A portaria interministerial MJ/MP 2.321, de 30 de dezembro de 2014, define os procedimentos relativos à utilização do Número Único de Protocolo (NUP) no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública federal e dá outras providências.

⁴⁷ A portaria 92, de 24 de dezembro de 2014, institui a arquitetura ePING, que define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico.

A valorização da experiência administrativa norte-americana se confirmava no periódico pela constante presença de autores basilares das doutrinas e dos princípios da administração científica e de temas voltados a estudos da questão naquele país⁴⁸. Os mencionados William Willoughby e John Pfiffner; L. D. White, além de muitos outros, eram acionados por meio de citações em artigos nacionais ou de tradução de textos.

Keinert e Vaz (1994a, p. 11) subdividem a existência da RSP em quatro períodos: a) de estruturação (1937-1945); b) de consolidação (1946-1964); c) de ruptura (1965-1979); e d) de redemocratização (1980-1989).

Tais autores apontam, em artigo do mesmo ano, que durante os períodos mencionados quatro grandes eixos temáticos sobressaem na abordagem do periódico: a própria revista; o DASP; a reforma administrativa; e os recursos humanos (KEINERT; VAZ, 1994b, p. 10).

Durante a existência da RSP, mesmo após a extinção do DASP, em 1986, há uma constante que a marca: a preocupação com a modernização do serviço público, seja “a reforma profissionalizante de Vargas, seja o desenvolvimentismo estatal do período militar, a desburocratização nos anos 80 ou a reforma gerencial do período Bresser em meados da década de 90” (ENAP, 2006, p. 57).

Durante todo o Estado Novo, a revista mostrou-se comprometida com a racionalização, recorrendo ao direito administrativo para divulgar as atividades e opiniões do departamento. Para Keinert e Vaz (1994b, p. 15-19), há no período uma pretensa postura neutra, sendo o DASP apresentado como órgão defensor da supremacia e da neutralidade técnica, podendo, assim, guiar-se unicamente pelos interesses da nação.

Neste período, a identidade da RSP se confunde com o próprio DASP. A indissociabilidade inicial entre ambos era tanta que em 1939 o decreto-lei 1.870 a reconhecia como órgão de interesse da Administração e fixava sua sede nas dependências do DASP. O instrumento legal previa que o corpo de redatores seria constituído por funcionários do Estado e que tanto a orientação da revista quanto a designação da sua diretoria seriam de competência do presidente do DASP.

O decreto também manifestava que as despesas com as edições do periódico, assim como a renda obtida da venda dos exemplares, ficariam vinculados ao orçamento da União e que parte da tiragem deveria ser distribuída gratuitamente.

Rabelo (2013, p. 80) afirma que as reformas estatais buscavam criar uma nova identidade entre Estado e sociedade e que a busca dessa identidade permeava a revista também pelas ações do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que a utilizou como

⁴⁸ Exemplo são os artigos: Introdução ao conceito americano de Administração Pública, de Keith M. Henderson. RSP, 1965, v.97, n.2, p. 82; e A Burocracia Federal Americana como Grupo de Poder Político, de Mark W. Cannon, R. Joseph Monsen e Peter Prina. RSP, 1966, v.98, n.2, p. 58.

instrumento de controle político e de educação cívica. O DIP, criado em 1939⁴⁹, tinha por principal objetivo regular as atividades de imprensa e propaganda e disseminar o ideal nacionalista de Vargas, por meio do controle e da censura aos meios de comunicação e arte.

Ao término do regime ditatorial varguista, o periódico estabeleceu um discurso mais democrático. No entanto, conforme Keinert e Vaz (1994b, p. 18), não assumiu nenhuma crítica contundente à gestão anterior, seja do DASP ou do regime autoritário. A postura de neutralidade abria espaço para divergências. A revista comunicou a mudança de orientação, dizendo-se, agora, espelho do Poder Executivo:

Antes éramos o órgão do funcionalismo público, vivendo exclusivamente dele e para ele. Daqui além, graças a recomposição de nossos quadros governamentais, procuraremos alargar o antigo âmbito da Revista do Serviço Público, dirigindo-nos conscientemente para três grandes grupos: uma clientela geral, o público; uma clientela específica, o funcionalismo; e uma clientela especial, o Parlamento” (RSP, 1946, vol. II, n. 1).

Observa-se um processo de sofisticação dos temas abordados, com o favorecimento de artigos de caráter teórico-conceitual em detrimento de textos técnicos, tendo em vista que a administração pública já havia alcançado certo desenvolvimento. Assim, o periódico passou a acolher a produção emergente de jovens autores, grande parte ligada ao serviço público e alguns formados no exterior. A presença de traduções da produção estrangeira também era marcante neste período de consolidação (KEINERT; VAZ, 1994a, p. 14-15).

Nesse momento, a Revista fecha suas portas à publicação de artigos de caráter mais pragmático produzidos pelo funcionalismo público e as abre para escritos da elite intelectual emergente na área de administração. Inspirada em revistas como a *Public Administration*, da Inglaterra, e a *Public Administration Review*, dos Estados Unidos, a Revista do Serviço Público coloca-se como um espaço catalisador do campo de conhecimento em administração (KEINERT; VAZ, 1994a, p.15, grifo dos autores).

É importante mencionar que, embora o DASP tenha se deteriorado enquanto estrutura de apoio ao Executivo após o fim do Estrado Novo, a *Revista do Serviço Público* permaneceu como importante veículo de difusão dos conceitos da administração científica.

A crescente complexidade da administração pública conduziu, em 1963, a uma transformação da linha editorial da RSP, que passou de circulação mensal para trimestral, ampliando o nível de exigência dos artigos publicados. Comunicou a mudança por meio de editorial sugestivamente intitulado “Menos Volume, Mais Qualidade” (RSP, 1963, vol. 91, n° 1, 2, 3).

É interessante notar que é justamente nesse momento de aprofundamento, no qual a revista fechava as portas aos artigos pragmáticos, que a temática “documentação”

⁴⁹ O decreto-lei 1.949, de 30 de dezembro de 1939, dispõe sobre o exercício da atividade de imprensa e propaganda no território nacional, e dá outras providências. Além do DIP, havia o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) nos estados.

sofreu vertiginoso aumento, inaugurando, inclusive, uma seção com a nomenclatura. Isso expressa, conforme Keinert e Vaz (1994a, p. 16), a preocupação em sistematizar a produção documental crescente do pós-guerra.

O crescimento da produção documental trouxe consigo o desenvolvimento da Ciência da Informação, considerada tacitamente no periódico a partir da temática “documentação”. O discurso de posse da diretora do Serviço de Documentação do DASP, por exemplo, reforçava que a documentação tomava tal impulso que transpunha as fronteiras da biblioteca e do arquivo, passando a utilizar a imprensa, o cinema, o rádio, o museu, a exposição, a estatística e a publicidade (RSP, 1965, v. 97, n. 1, p. 96-97).

Entre 1965 e 1979, a RSP tornou-se instrumento do discurso militar, destinado a legitimar a nova ordem. Artigos de caráter oficial e mais rígido do Executivo, do Judiciário e de membros do alto escalão tornam-se comuns no período, no qual a revista não possui linha editorial nem público-alvo claro, ocorrendo, inclusive, sua interrupção (KEINERT; VAZ, 1994a, 16-17).

Novamente, o periódico se alinha com as posições do governo, sem timidez e sem mencionar qualquer forma de oposição externa. No entanto, a RSP, nem o DASP dispunham do prestígio anterior, embora a publicação ainda fosse percebida como instrumento moderno de orientação e de treinamento voltado ao serviço público, requerendo mais tiragens para abranger o território nacional.

A classe burocrática poderia lucrar com a leitura da "Revista do Serviço Público", do DASP, mas sua tiragem parece insuficiente para todo o país. Há capitais onde o último número encontrado data de 1967 (RSP, 1973, v.108, n.2, p. 218).

No ano da primeira interrupção do periódico, 1974, um editorial autocensurado assinalava o divórcio político institucional entre o DASP e o regime militar. Em seu lugar, constava a justificativa de que “foi retirado por não refletir a orientação da direção-geral do DASP” (RSP, 1974, vol. 109, n° 2).

Souza (1995, p. 63) reitera que o autoritarismo vigente também foi assumido pela equipe editorial da RSP que, isenta da participação da sociedade, não propôs alternativas para a descontinuação da revista nem explicou ao público leitor o que levou à interrupção da impressão do periódico.

Após essa primeira interrupção, a RSP ficou fora de circulação até 1981, quando foi retomada, sob a responsabilidade da Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP). No relançamento a RSP ressalta que

[...] ressurgiu inspirada pela consciência da crescente necessidade de manter a função pública em contato regular com análises objetivas, em linguagem acessível, dos grandes temas político-administrativos de nossa época. Trata-se, numa palavra, de contribuir para que o funcionalismo se beneficie de toda uma atividade intelectual, e notadamente universitária, voltada para a compreensão em profundidade da ação do governo e dos problemas por ela

enfrentados. (RSP, 1981, v. 109, nº 4, p. 3).

Em consonância com os objetivos pedagógicos e culturais da FUNCEP, a RSP buscava divulgar estudos políticos e sociais do Brasil moderno, por meio da produção nacional e da publicação de textos estrangeiros. De acordo com Keinert e Vaz (1994a, p. 18-20), a revista manteve a publicação de artigos acadêmicos e de textos técnicos, propondo somente nas últimas edições de 1989 um viés mais acadêmico.

Neste período, a RSP recebeu diagramação parecida com a de jornais, com grandes manchetes e temáticas imprecisas, distribuídas em seções genéricas, como, “Opinião” e “Debates”. Alguns textos eram publicados sem autoria declarada.

Após nova descontinuidade, entre 1990 e 1993, a RSP voltou a ser editada em 1994, pela sucessora da FUNCEP, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), retomando suas características originais. No primeiro volume daquele ano, o editorial explicava que, ao promover a retomada da publicação, a revista não estava, anacronicamente, procurando reproduzir um modelo exaurido, mas eram justamente as lições aprendidas com o passado que a motivavam a ocupar um novo espaço, como veículo de difusão e de debates de ideias sobre administração pública. (RSP, 1994, v.118, n.1, p. 5-7)

A periodicidade da RSP durante seus mais de oitenta anos de existência foi bem diversificada. Surgiu com intervalo mensal, foi publicada trimestralmente entre 1962 e 1965, mas com grande irregularidade entre 1966 e 1969. Entre 1970 e 1973, passou a ser quadrimestral e voltou a ter tiragem trimestral antes de ser interrompida ao final de 1974. Desde a retomada em 1981, permaneceu predominantemente trimestral (ENAP, 2006, p. 57).

Atualmente, a edição da RSP faz parte das atividades estratégicas da ENAP. Visa à discussão dos temas: “Estado e Sociedade”, “Políticas Públicas” e “Gestão Pública”. É uma revista científica classificada no Qualis⁵⁰ como B1 na área de Ciência Política e Relações Internacionais e em Sociologia e como B2 na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, considerando o quadriênio 2013-2016.

Embora uma constatação anacrônica para os fins deste trabalho, verificamos na avaliação Qualis Capes do triênio 2010/2012 a presença da área “Comunicação e Informação”, classificada como B5. Na mencionada área compreende-se que se depositariam eventuais artigos sobre Arquivologia. No entanto, na avaliação do quadriênio seguinte a área nem aparece. Significa dizer que a tradição em publicar matérias dos campos afins das Ciências da Informação não se manteve ao longo da existência da *Revista do Serviço Público*, o que é justificado, entre outros fatores, pela presença de diferentes periódicos que se

⁵⁰ O Qualis-Periódicos é um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação. A classificação é realizada por área. Os periódicos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade: A1 (o mais elevado), A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Disponível em <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em 19 jun. 2018.

apropriaram da temática.

O periódico é indexado por bancos de dados nacionais e internacionais como Qualis/CAPES, Diadorin/IBICT, Latindex e AcademicKeys, entre outros, o que indica seu reconhecimento acadêmico.

No presente, a RSP tem por missão disseminar conhecimentos e estimular a reflexão e o debate, visando apoiar o desenvolvimento de servidores públicos, praticantes, especialistas e interessados em políticas públicas e gestão governamental⁵¹. São objetivos da revista: promover a pesquisa e a divulgação de trabalhos sobre temas relevantes para a administração pública e a gestão das políticas governamentais; incentivar a produção de conhecimento voltado à ampliação da capacidade de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, governança e gestão em todas as esferas da administração pública; e disseminar conceitos, metodologias e boas práticas no âmbito da esfera pública.

1.3 O conceito de documentação de Otlet e o caso brasileiro

O surgimento da documentação enquanto proposta de campo de estudo científico ganhou notoriedade por meio dos juristas belgas apaixonados por bibliografia Paul Otlet e Henri La Fontaine, os quais se dedicaram ao desenvolvimento de métodos orientados para o tratamento documental, independentemente do tipo ou do suporte a que o documento estivesse vinculado.

A partir de seu contato com o sistema de Classificação Decimal de Dewey (CDD), em 1895, Otlet e La Fontaine adaptaram o instrumento, visando criar um esquema de cooperação bibliográfica internacional capaz de abarcar todo o conhecimento humano. Em 1904, publicaram o sistema de Classificação Decimal Universal (CDU), largamente utilizado nos países europeus até os dias atuais.

A ideia de bibliografias universais já era vislumbrada desde o século XV. Todavia, somente a partir do Iluminismo é que se difundiu a crença de que todo o conhecimento existente poderia ser apreendido, classificado e controlado por meio das enciclopédias e da bibliografia.

No mesmo ano em que a CDU foi publicada, seus autores criaram o *Institut International de Bibliographie* (IIB), mais tarde, *Fédération Internationale de Documentation* (FID), órgão que abrigaria o *Repertoire Bibliographique Universel* (RBU), arrojado projeto que tinha por finalidade reunir em pequenas fichas a representação de toda produção intelectual,

⁵¹ Portaria ENAP 214, de 20 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www.bsgestaopublica.com.br/portariaenap214>>. Acesso em 20 dez. 2018.

com a perspectiva de tornar os registros da humanidade acessíveis, com base nos preceitos da cooperação internacional e da livre troca de informações (JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2016, p. 275).

De acordo com Silva e Ribeiro (2002, p. 46), o sistema de informação concebido por Otlet e La Fontaine funcionava não como uma biblioteca tradicional, na qual se reuniam fisicamente documentos, livros e periódicas, mas, sim, como um centro difusor de informação, no qual os aspectos do acesso e da divulgação predominavam de forma absoluta.

Tal sistema de informação, conforme Ortega (2009, p. 61), chegou a ter 16 milhões de fichas catalogadas em 1934. Fonseca (1973, p. 41-42), por seu turno, afirma que a Primeira Guerra Mundial contribuiu para o fracasso da experiência de estabelecer o primeiro catálogo coletivo universal.

Paul Otlet se destacou nos estudos dos métodos documentais. Ele divulgou a obra *Traité de documentation* (1934), no primeiro Congresso Mundial de Documentação, realizado em Paris, em 1937. Isso significou, conforme Rayward (2018, p. 25), a ampliação da difusão das ideias de Otlet, já bem aceitas em diversos países, de que seria preciso reunir e inter-relacionar todos os documentos em seus diversos formatos, de modo a universalizar o conhecimento. Assim, o arquivo, a biblioteca e o museu deveriam ser vistos como aspectos de uma única organização documentária.

O *Traité de documentation*, traduzido para o português em 2018 pela editora Briquet de Lemos (*Tratado de Documentação*), foi organizado na forma de uma tabela de assuntos, na qual o conteúdo se desdobrava em seções temáticas. Aborda, especificamente, os arquivos em dois tópicos: a) ao se referir a documentos gráficos; e b) em item específico, para tratar de arquivos antigos (1934) ou históricos (na tradução de 2018).

Paul Otlet (1934, p. 6) argumenta que a documentação tinha por objetivo fornecer informações corretas, confiáveis, completas, atualizadas e de forma rápida ao maior número possível de pessoas. Para isso, subdividiu o campo nos seguintes segmentos, que, segundo ele, se misturavam e se combinavam: 1) documentos particulares; 2) biblioteca; 3) bibliografia; 4) arquivo documentário; 5) arquivo administrativo; 6) arquivo antigo; 7) documentos diferentes dos textuais (documentos sonoros, audiovisuais etc.); 8) coleções museográficas; e 9) enciclopédia.

Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação, em seus primórdios, eram campos que detinham grandes confluências no que diz respeito à compreensão dos documentos. No entanto, desenvolveram-se cientificamente, consolidando métodos e princípios próprios atinentes às necessidades do trabalho de cada campo.

Shera e Egan (1961, p. 15-16) salientam que até fins do século XIX o crescimento dos arquivos e a ausência de tratamento dos documentos apresentavam um problema sem solução, pois não haviam sido aperfeiçoadas técnicas adequadas à análise desse material, o

peçoal não estava preparado e não havia recursos para financiar operações reconhecidamente caras. Por isso, os autores acreditavam que no início a Arquivologia e a Documentação eram entendidas como um único campo.

Marques (2011, p. 163) assinala que até as últimas décadas do século XIX a Arquivologia e a Biblioteconomia, cada uma com suas especificidades, comportavam-se como campos complementares. Entretanto, conforme a autora, em 1892 surgiu, formalmente, uma nova disciplina, com preocupações acadêmicas e científicas: a Documentação, que, apesar de interdisciplinar, apresentava-se como diferente da Biblioteconomia.

No tocante às definições dos arquivos enquanto partes da documentação, é importante elucidar a compreensão na obra de Otlet do “arquivo documentário” enquanto conjunto de dossiês composto por documentos originais, na íntegra ou fragmentados, selecionados a partir de recorte de publicações ou de outros documentos, a fim de formar conjuntos que tratem das mesmas questões. Trazendo para a nossa realidade, o arquivo documentário se aproximaria da definição de centros de documentação, que, às vezes, significam o desmantelamento dos fundos, ao apontar como possibilidade de tratamento a seleção de documentos “na íntegra” ou “fragmentados”.

O Centro de Documentação, conforme Tessitore (2003, p. 13-14) representa a mescla das entidades arquivo, biblioteca e museu, sem, no entanto, se identificar com nenhuma delas nem possuir teoria ou metodologia específica para o tratamento do acervo, reunindo, por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas sobre uma área específica da atividade humana. Apesar de trabalhar nessas instituições ao longo de toda sua carreira, Tessitore (2011, p. 171) preconizava o uso da teoria e da metodologia da Arquivologia para o tratamento dos documentos de arquivo presentes nos centros de documentação, respeitando a *organicidade* dos conjuntos documentais.

De volta ao Tratado, o “arquivo administrativo”, quinta subdivisão da documentação, compreende ofícios, cartas, relatórios, estatísticas e contas relativos a uma instituição, os quais podem formar dossiês de pessoas, entidades ou assuntos, sempre voltados a municiar a administração de informação estratégica. Nesta concepção, este arquivo se relaciona aos documentos de uso corrente.

O “arquivo antigo”, por sua vez, é constituído por documentos do passado, comumente manuscritos e originais, relativos a administrações anteriores. Compreende, principalmente, títulos legais de organismos públicos e documentos privados de famílias ou de estabelecimentos comerciais. Assemelha-se aos documentos de guarda permanente.

Tendo em vista tais abordagens de arquivo, passa-se a destacar o grau de sofisticação da publicação otletiana, ao contemplar documentos arquivísticos de forma bastante complexa. A afirmativa se baseia na presença em *Traité de documentation* de diversos estudos voltados ao campo dos arquivos, tais como: *De re diplomatica* (1681), de

Jean Mabillon; *Elements de paléographie* (1838), de Natalis de Wailly; e a tradução adaptada aos arquivos da Bélgica de *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven – Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos –* (1898), da Associação dos Arquivistas Holandeses.

Na primeira seção, em que se abordam os arquivos, Otlet admite a tripla compreensão do que seja “arquivo”: a) coleção dos documentos públicos e privados recebidos ou formalmente elaborados por uma instituição; b) local onde essa coleção é conservada; e c) órgão da administração que preserva e administra o material.

O *Tratado* belga considera abordagens epistemológicas próprias da Arquivologia, por exemplo, a definição de fundo de arquivo constante do manual holandês.

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (ARQUIVO NACIONAL, 1973, p. 13).

Quando colocada lado a lado com a definição de Paul Otlet, é possível constatar que o autor apenas utilizou o termo *fundo* (fond) no lugar de *arquivo* (archieff), sem, no entanto, referenciar os estudiosos holandeses.

Um fundo de arquivo é o conjunto dos documentos escritos, desenhados ou impressos, recebidos ex officio por uma instituição ou por seus funcionários, ou emanado deles, desde que esses documentos se destinem a ser mantidos por essa instituição ou esses empregados (OTLET, 2018, p. 321-322).

O *Tratado* avança em questões arquivísticas. Diferencia, por exemplo, documentos históricos de documentos administrativos, considerando as relações entre eles em suas diferentes idades. Para isso, propõe duas denominações distintas: “arquivo”, para designar o fundo de documentos antigos; e “documentação administrativa”, para caracterizar os documentos necessários ao funcionamento de qualquer instituição. Admite, com isso, que, na realidade, existem laços muito estreitos entre ambos, uma vez que os “arquivos” foram no passado documentação administrativa e que, simultaneamente, a reorganização dos documentos administrativos impactará o futuro dos arquivos históricos.

Otlet considera as diferentes entidades mantenedoras e os diferentes tipos de acesso às informações com base na idade dos documentos. Compreende que os “arquivos antigos” são acessíveis ao público, ao passo que os “arquivos administrativos” visam atender exclusivamente às necessidades da administração e não podem dispor da mesma publicidade que os primeiros.

O autor registra a preocupação com a conservação de longo prazo e com as relações estruturais inerentes aos documentos. Afirma que o propósito da implantação de arquivos é, principalmente, zelar pela preservação dos atos legais e pela manutenção dos registros da história e das informações científicas de natureza social. Ele aponta que relações

orgânicas devem ser estabelecidas entre o arquivo administrativo e o arquivo antigo.

Seguindo, novamente, o manual dos arquivistas holandeses, o *Tratado* considera a transferência de documentos, inclusive, mencionando o prazo médio de vinte e cinco anos para fazê-lo, e determina que a eliminação de documentos não deve ocorrer de forma isolada.

Segundo Otlet, diversos países adotaram disposições muito específicas para o descarte e a eliminação de documentos de arquivo. Ao tratar do descarte, aborda, também, a necessidade da transferência de documentos. Isto é, os órgãos da administração devem ter a faculdade de transferir, “a qualquer tempo”, para o arquivo do Estado os documentos que não são mais utilizados. Para isso, orienta que uma pessoa deveria ser designada como responsável pela guarda e eventual transferência ao Arquivo Nacional e que, sob o direcionamento desta entidade, jamais de modo isolado, as administrações teriam o direito de ordenar a destruição dos documentos.

O Tratado de Documentação considera parte da nascente produção intelectual ocidental referente à prática em arquivos, que atingiria a maturidade profissional a partir do trabalho dos arquivistas holandeses Samuel Muller (1848-1922), Johan Feith (1858-1913) e Robert Fruin (1857-1935). Pode ser compreendido como uma tentativa enciclopédica de reunir conhecimentos sobre a gestão dos suportes documentais da produção intelectual e administrativa humana.

A complexidade da abordagem de arquivo presente no Tratado de Otlet se desenvolveu a partir das influências epistemológicas do campo da Arquivologia, nem sempre claramente referenciadas por Otlet. Embora o autor belga considere autores chaves do campo de estudo dos arquivos, faltam algumas referências (diretas) importantes, como é o caso de Hilary Jenkinson (1882-1961), ausente no *Traité de Documentation*, quando já havia publicado o *Manual of Archive Administration* (1922), e do italiano Eugenio Casanova (1867-1951), cuja publicação *Archivistica* (1928) também não é contemplada.

O *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* dos arquivistas holandeses, mesmo sendo mencionado em notas no Tratado otletiano, não é chamado para a constituição de definições que já reunia em 1898.

A inserção do conceito de documentação no Brasil se deu, notadamente pelo DASP, por intermédio de seu veículo de comunicação, a *Revista do Serviço Público*, e foi mais tarde inserido nas grades curriculares dos primeiros cursos de graduação em Arquivologia, como se verá no capítulo seguinte.

Fonseca (1961, p. 270) enfatiza que Manuel Cícero Peregrino Silva, diretor da Biblioteca Nacional de 1900 a 1921, foi seduzido pela CDU e pelos trabalhos do *Institut International de Bibliographie*, fundando, inclusive, o Serviço de Bibliografia e Documentação, em correspondência com o IIB, de Otlet, embora sua iniciativa não tenha avançado, somente sendo efetivada em 1954, como se verá adiante.

Juvêncio e Rodrigues (2016) destacam a adoção das ideias de Paul Otlet nos primeiros anos do século XX também por Victor da Silva Freire, vinculado à Escola Polytechnica de São Paulo; José Augusto dos Santos Porto, à frente da Biblioteca da Marinha; e Benjamin Franklin Ramiz Galvão, dirigente do Real Gabinete Português de Leitura. Isso significa que, a partir de 1901, Otlet já era apreciado intelectualmente pelos brasileiros.

Ramiz Galvão teve importante papel na difusão de metodologias da Biblioteconomia no período em que esteve à frente da Biblioteca Nacional (1870-1882). Na mesma época, foi importante interlocutor nas discussões sobre o moderno tratamento dos documentos de arquivo, de Machado Portela, então dirigente do Arquivo Nacional (1873-1898). No entanto, na abordagem de Juvêncio e Rodrigues (2016), ele se destaca como entusiasta dos estudos sobre documentação no período em que esteve à frente do Real Gabinete.

Sobre a aplicação do conceito no Brasil, a tese de Nanci Oddone (2004, p. 102) enfatiza que, no contexto das duas primeiras décadas do século XX, tal concepção, embora conhecida dos intelectuais, não possuía representatividade no País. De acordo com a autora, foi por meio do DASP e do seu Serviço de Documentação que a “documentação administrativa” foi difundida, apropriando-se do conceito de documentação, tal como proposto por Paul Otlet na década de 1930.

Fonseca (1973, p. 42) explica que após a instauração da ditadura Vargas, em novembro de 1937, velhos Serviços de Publicidade se transformaram em Serviços de Documentação, tanto o serviço do DASP quanto o do Ministério da Educação e Saúde e o do Ministério da Agricultura, entre outros. Serviços de Documentação foram igualmente criados em locais que não dispunham de Serviço de Publicidade, como no Ministério das Relações Exteriores e no Ministério da Marinha, embora alguns desses se limitassem a publicar livros e revistas de propaganda governamental.

Sobre tal aspecto o decreto 17.578, de 2 de dezembro de 1926 que aprovava o regulamento da biblioteca e do arquivo da Marinha apresenta uma singularidade na sua estruturação ao vincular suas ações ao Arquivo Nacional. O dispositivo definia por finalidade do arquivo conservar os documentos de qualquer espécie, na forma de leis regulamentos e disposições oficiais, a ele cabendo remeter ao Arquivo Nacional, passado o tempo fixado na lei, documentos que devessem ter esse destino. O arquivo da Marinha era responsável também por incinerar os documentos que não possuíssem mais valor, sendo este avaliado por uma comissão especialmente nomeada pelo ministro da Marinha, a pedido do arquivista.

Em consonância com Marques (2011, p. 163), Santos (2018, p. 139) reitera que nos anos 1940 não havia no Brasil uma caracterização precisa que demarcasse as diferenças entre Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação. Segundo o autor, a temática e o lugar dos arquivos na “reforma daspeana” refletem um quadro fragmentado e com baixa

consistência conceitual, no qual os arquivos conviviam com a documentação, a publicação de documentos oficiais, a estatística e a elaboração de relatórios, além de outras atividades inerentes à gestão de documentos, como, o protocolo e o controle dos processos e dos documentos.

Parte da estrutura organizacional do Serviço de Documentação do DASP, a *Revista do Serviço Público* utilizou o termo *documentação*, muitas vezes, para se referir a todo tipo de produção intelectual, como compreendia Paul Otlet. Além de referenciá-lo em diversos artigos, em 1946 o periódico publicaria a tradução de fragmentos do *Traité de Documentation*, na forma do artigo “Documentos e Documentação”.

A temática era tão recorrente no periódico que o DASP lançou *Diretrizes da Documentação* (1964), uma antologia que reunia 29 textos sobre o tema, entre artigos, traduções e editoriais publicados na *Revista do Serviço Público*, entre 1944 e 1961.

A revista também utilizou o termo *documentação*, ou *documentação administrativa*, para aludir ao tratamento técnico e à gestão de documentos. Nesse sentido, “documentação administrativa” é definida como o conjunto de operações documentárias e dos documentos que informam ou instruem os agentes da Administração Pública, permitindo-lhes, em qualquer circunstância, tomar decisões com conhecimento de causa, além de constituir um meio pelo qual a administração presta conta de seus serviços à coletividade (BRASIL, 1964, p. 44).

Para o Serviço Público, documentação é a junção de documentos, tais como, portarias, decretos, exposições de motivos, relatórios, discos, filmes e livros; enfim, tudo o que se refere a planejamento, elaboração e histórico dos atos governamentais, teorias e técnicas de seu interesse, para colecionamento ou arquivamento, com o intuito de informar, divulgar e, sobretudo, servir de repositório para a ação futura da administração. (BRASIL, 1964, p. 29). O mesmo artigo identifica o Arquivo Nacional como instituição responsável pela guarda e exibição de documentos históricos, assim como os museus (BRASIL, 1964, p. 33).

Para Fonseca (1973, p. 43), o Serviço de Documentação do DASP não entendeu documentação no sentido técnico da palavra, nem esse era seu objetivo. No entanto, procurou debater o problema em cursos especializados, editoriais e artigos da *Revista do Serviço Público*.

O DASP também promovia capacitação em documentação, por exemplo, por meio da promoção, em 1950, de curso com carga horária de 80 aulas e 20 dias de estágio prático, que mesclava conteúdo programático de técnicas de arquivamento e de Biblioteconomia (BRASIL, 1964, p. 28).

Documentação administrativa era compreendida pelo DASP como instrumento apto a atingir dois objetivos: constituir-se em sustentáculo para a eficácia e a eficiência da administração; e satisfazer as necessidades coletivas do acesso à ciência, à técnica e à

cultura (BRASIL, 1964, p. 339). Em ambas as hipóteses, a documentação estava associada ao desenvolvimento e ao progresso do País.

Exceto pela iniciativa do DASP em adotar o termo *documentação*, inclusive em sua estrutura organizacional, o conceito só tornaria a aparecer na segunda metade da década de 1950, por força das demandas originadas no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) (ODDONE, 2004, p. 105), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que, conforme Jardim (1995, p. 23), em termos macroestruturais, forma com o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional os três órgãos referenciais no campo documental-informacional da Administração Pública federal.

Para Gomes (1973, p. 19-21), no entanto, o IBBB considerava a Arquivologia parte integrante da Documentação, entendendo “documento” com o sentido amplo do pensamento de Otlet, muito embora a própria FID ignorasse os problemas típicos dos arquivos e não operacionalizasse corretamente os conceitos de fundo e de ciclo de vida dos documentos. Segundo a autora, muito embora o Arquivo Nacional demonstrasse preocupação com a formação de pessoal e a Biblioteconomia tivesse incluído disciplinas de arquivos em alguns currículos, nenhum desses cursos conseguiu formar pessoal para suas maiores demandas, isto é, para arquivos e serviço de informação de empresas, escritórios e indústrias.

Monteiro (1988, p. 79) avalia que, ao contrário da tradição hispano-portuguesa, em que o ensino arquivístico manteve estreito laço com o biblioteconômico, no Brasil este se estruturou de modo independente como curso superior em nível de graduação, afastando-se dos três sistemas de organização até então consagrados: a) escola vinculada a um grande arquivo; b) curso sob a responsabilidade de departamentos de História das universidades; e c) centros arquivísticos associados a uma escola de biblioteconomia (MONTEIRO, 1988, p. 79).

As referências teóricas da área indicam que a Biblioteconomia absorveu os princípios da documentação (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 50-51) e que a evolução deste campo se vincula claramente ao que hoje se denomina “Ciência da Informação” (SILVA; RIBEIRO, 2002; FONSECA, 2005; ORTEGA, 2009).

A Arquivologia no Brasil, no entanto, constituiu-se apartada da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Embora, a temática do tratamento de arquivos tenha estado presente em eventos científicos da Biblioteconomia, especialmente antes da criação dos cursos universitários no País⁵².

Para Fonseca (2005, p. 9) embora às teses e dissertações com temáticas arquivísticas encontrem acolhida em programas de pós-graduação de Ciência da Informação no Brasil, a

⁵² A presença do tema pode ser mais bem identificada no levantamento das publicações nos eventos feito por Lindaura Corujeira (1977).

autora identifica uma exclusão mútua entre os campos epistemológicos, em que tanto a Arquivologia quanto a Ciência da Informação têm desconsiderado suas relações interdisciplinares.

1.3.1 O Serviço de Documentação do DASP

Podemos pressupor que o Serviço de Documentação do DASP constituiu, paralelamente ao Arquivo Nacional, a formalização de uma autoridade arquivística voltada aos documentos correntes do Poder Executivo.

Por isso, para entender a presença dos arquivos (ou da documentação administrativa) no DASP, é necessário retomar o dispositivo que o criou, o decreto-lei 579/1938, que previa o Serviço de Publicidade como entidade auxiliar do Departamento. Em 1940, o Serviço de Publicidade se transformaria em Serviço de Documentação⁵³.

Conforme o Regimento Interno do DASP, o Serviço de Documentação compreendia: Secção de Documentação, Biblioteca, *Revista do Serviço Público* e Seção de Estatística Administrativa.

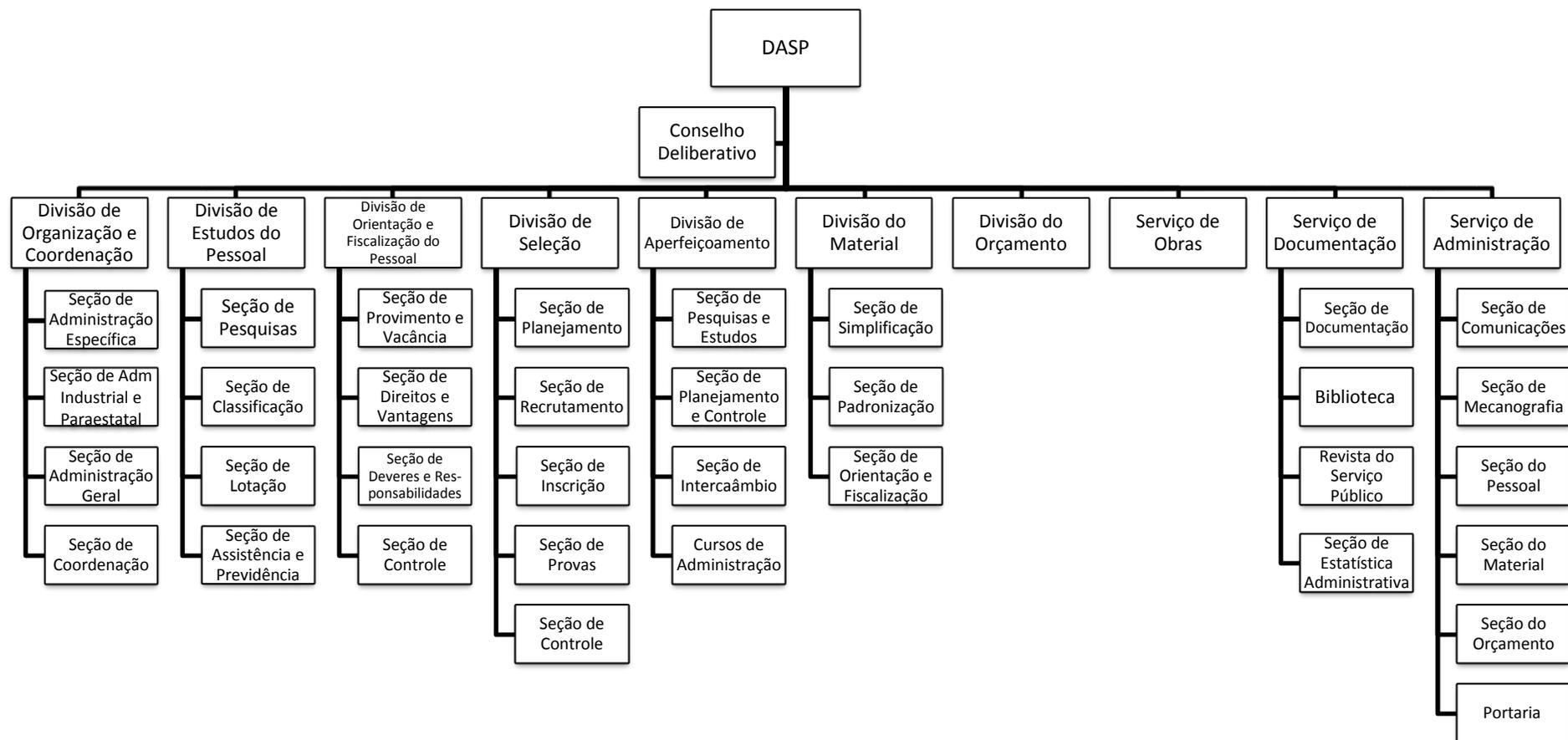
De acordo com Luís Simões Lopes (1943, p. 7), ao Serviço de Documentação competia, essencialmente

[...]coligir, ordenar, classificar, guardar, conservar e publicar os textos documentários, elementos estatísticos e dados discriminativos referentes às atividades do D.A.S.P.; fornecer ao D.I.P., mediante solicitação, os elementos de que necessitasse para o desempenho de suas atribuições, bem assim encaminhar ao mesmo noticiário de suas atividades, cuja divulgação fosse de interesse; reunir dados para o relatório anual do Presidente do Departamento e promover a divulgação de trabalhos de interesse da administração pública (RSP, 1943, v.3, n. 3, p. 7).

Além dessas competências o Serviço de Documentação tinha por atribuição, segundo o decreto 11.101/1942, “adquirir, registrar, classificar, guardar, conservar e permutar obras de interesse para o serviço público; editar a *Revista do Serviço Público*; e planejar, coordenar e sistematizar os levantamentos de estatística administrativa”.

⁵³ Decreto-lei 2.039, de 27 de fevereiro 1940, transforma o Serviço de Publicidade do Departamento Administrativo do Serviço Público em Serviço de Documentação.

Ilustração 1 – Organograma do DASP, conforme decreto 11.101/1942



Fonte: Elaboração própria, com base no decreto 11.101, de 12 de dezembro de 1942.

O Regimento do DASP oferece pistas para esclarecer a importância admitida aos documentos na modernização administrativa empreendida. Em sua estrutura, além do Serviço de Documentação, destacava-se o Serviço de Administração, ao qual se subordinava a Seção de Comunicações, a esta cabendo:

I, receber, registrar, distribuir, expedir e guardar a correspondência oficial e papéis relativos às atividades do D. A. S. P.;

II, atender ao público em seus pedidos de informações, bem como orientá-lo no modo de apresentar suas solicitações, sugestões ou reclamações.

Além disso, constavam do quadro profissional da Seção de Comunicações: Turma de Entrada, Turmas de Movimento e Informações, Turma de Saída e Expedição e Turma de Arquivo. Isso evidenciava que tal seção funcionava, como já constatado por Santos (2018, p. 131), como uma seção de protocolo. Isto é, como um “Serviço encarregado do recebimento, registro, classificação, distribuição, controle da tramitação e expedição de documentos” (BRASIL, 2005, p. 140).

Consta no regimento:

Art. 62. Só a S. C. pode dar número ao expediente entrado ou saído e expedir a correspondência do D. A. S. P., bem como prestar informações sobre o andamento e decisão de papéis.

Parágrafo único. Nenhum papel pode ter curso oficial, no D. A. S. P., sem o registro prévio da S. C., ressalvadas as inscrições de candidatos a concursos, provas de habilitação e cursos, na D. S. e na D. A.⁵⁴.

Ao traduzir *Moderns archives: principles and techniques*, a daspeana Nilza Teixeira Soares assume que o *serviço de registro* abordado por Schellenberg corresponde, no serviço público federal brasileiro, ao serviço de comunicação, órgão incumbido de receber, registrar, distribuir, expedir, arquivar e prestar informações da correspondência oficial e de outros papéis (SCHELLENBERG, 2006, p. 99).

A partir de tais elementos e considerando os estudos mencionados neste tópico, pode-se afirmar que o DASP representou a primeira iniciativa legítima de profissionalização da gestão de documentos de caráter administrativo do Poder Executivo, marcando a perspectiva weberiana também no âmbito da administração da produção documental.

Santos (2018, p. 137) evidencia a criação do DASP como um marco na concepção de uma carreira dedicada ao tratamento dos arquivos na Administração Pública e, sobretudo, no surgimento de uma elite técnica formada pelo departamento que desempenharia nas décadas seguintes um papel central nos rumos da Arquivologia brasileira.

Para dar seguimento a tais discussões, busca-se no capítulo seguinte identificar as ações que contribuíram para a institucionalização da formação em Arquivologia no Brasil, partindo da constituição do Arquivo Nacional.

⁵⁴ Seção de Comunicações (S. C.); Divisão de Seleção (D.S.); Serviço de Administração (S.A.).

2 ARQUIVO NACIONAL E O DESENVOLVIMENTO DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Ouso dizer que precisamente esta mesma necessidade de higiene física e de sanidade mental deverá determinar que nós os da Conservatória Geral do Registro Civil, nós os que escrevemos e movemos os papéis da vida e da morte, reunamos em um só arquivo, a que passaremos a chamar simplesmente histórico, os mortos e os vivos, tornando-os inseparáveis neste lugar, já que lá fora a lei, o costume e o medo não o consentem (Saramago, Todos os nomes, 1997, p. 209).

Este capítulo está estruturado a partir da constituição do percurso do Arquivo Nacional, para esclarecer o estabelecimento, ou não, da interlocução entre a instituição e o DASP. Abarca a contribuição de José Honório Rodrigues para a consolidação da graduação em Arquivologia na universidade e considera os conflitos entre o Sistema de Serviços Gerais (SISG) e o Sistema Nacional de Arquivo (SINAR).

A partir dos estudos dos conceitos de hegemonia, de Nicos Poulantzas, e de capital informacional, de Pierre Bourdieu, Jardim (1999, p. 46) sustenta que aquilo que tem sido legitimado internacionalmente como Arquivologia permite ser abordado como um saber de Estado. A literatura da área aponta para um conhecimento com forte caráter de saber em função da burocracia, podendo, inclusive, ser interpretada como uma das narrativas do Estado europeu e norte-americano.

Ao analisar o Estado como campo informacional, Jardim considera que, além de grande produtor de documentos, este significa a estrutura burocrática na qual as instituições arquivísticas estão inseridas. Também, assume que a Arquivologia e a formação do profissional, historicamente, são produzidas e reproduzidas no Estado. Por fim, ressalta que “órgãos como o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) e o Arquivo Nacional desempenharam ações significativas neste sentido” (JARDIM, 1999, p. 47).

2.1 Arquivo Nacional do Brasil

Historicamente, a formação dos arquivos nacionais acompanha, com relativa precisão, a formação dos Estados Nacionais. Compreendê-los, portanto, é compreender a história da formação nacional, identificando seus fluxos e dissonâncias (FRANCO; BASTOS, 1986, p. 7).

Os arquivos nacionais, conforme o modelo moderno, começaram a se formar em diversos países no final do século XVIII. Silva *et al.* (1999, p. 80) confirmam que, embora não se possa dizer que os arquivos do Estado sejam uma criação moderna, foi na Modernidade que as instituições de guarda de documentos generalizam-se e, sobretudo, foram

regulamentadas.

A partir do século XVI, as rotinas da profissão começam a ser frequentemente disciplinadas por normas regulamentares, algumas inclusive de caráter oficial. Não obstante o conteúdo pragmático das mesmas, verifica-se que elas têm já iminentes princípios gerais de natureza arquivística, os quais irão adquirir depois a forma de postulados, levando ao nascimento de uma nova disciplina – a Arquivística – como construção conceptual e sistemática do saber adquirido por uma prática milenar da gestão de arquivos (SILVA *et al.*, 1999, p. 93).

Um dos marcos mais significativos nesse aspecto foi a criação do *Archives Nationales* francês, que, em 1790, alterou o foco instrumental dos documentos: antes voltados ao Estado e às classes dominantes, passaram a atender também as demandas dos cidadãos.

Posner (1959, p. 62) reitera que a *Revolução Francesa*, além de estabelecer a administração dos arquivos como ramo especializado do serviço público, promoveu: a centralização dos arquivos do Estado, ao qual foram subordinados os depósitos provinciais; o reconhecimento da responsabilidade do Estado em relação ao cuidado com a herança documental; e o estabelecimento do princípio da acessibilidade dos arquivos ao público, tornando possível o exame erudito dos documentos, e não mais apenas para fins judiciais ou legais.

A tendência científica iluminista, a concepção do método positivista e a renovação da historiografia alçaram os documentos à condição de prova empírica, tornando-os fundamentais para a construção da história nacional e a legitimação do Estado. Silva *et al.* (2009, p. 108) destacam que o desenvolvimento do Positivismo preconizava a verificação documental como método a serviço da análise histórica, contribuindo para que os documentos adquirissem uma posição instrumental de valorização enquanto fontes históricas, o que permitiu o crescimento da pesquisa nos arquivos.

Rousseau e Couture (1998, p. 45) enfatizam:

Com o advento dos movimentos romântico e nacionalista, bem como com o desenvolvimento de novos métodos históricos, o arquivista abandona o seu papel de colaborador da administração. Volta-se para a interpretação dos documentos que já possui. Esta nova especialização será aliás acentuada pela vinda, para o mercado de trabalho, de arquivistas formados nas grandes escolas tanto em França como na Áustria, em Espanha ou em Itália (ROUSSEAU; COULTURE, 1998, p. 45)

Aqui, salienta-se a desconexão do debate entre documentalistas e historiadores, vistos como usuários preferenciais dos arquivos no século XIX e início do século XX. Paralelamente ao fervilhar da documentação, abordada no capítulo anterior, historiadores influenciados pela *École des Annales*, ampliaram a compreensão do que seja documento histórico, reconhecendo que todo documento possui historicidade⁵⁵.

⁵⁵ Sobre a carga subjetiva que os documentos carregam, Le Goff (2003) refletiria mais tarde.

Inserido neste contexto e inspirado no *Archives Nationales*, o Brasil fundou, em 1838, o Arquivo Público do Império, que, assim como outras instituições emergentes à época⁵⁶, fundamentou à construção da identidade nacional. Célia Costa (1997, p. 83), que discorreu em sua tese sobre o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro, afirma que a criação do Arquivo significou a ruptura com o passado colonial, a busca da consolidação do Estado Nacional e a garantia de acesso à civilização, ao progresso e à modernização.

Sob tais desígnios, o Arquivo Público do Império⁵⁷, já mencionado na Constituição de 1824⁵⁸, surge vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, (após 1891, Ministério da Justiça e Negócios Interiores⁵⁹). Para Costa (1997, p. 27), o órgão ao qual o Arquivo foi vinculado era o maior e mais importante do Império. Ainda assim, conforme a autora, o Arquivo Público surgira frágil politicamente.

De certo modo, o Arquivo apresentou limitações desde sua constituição, como, falta de orçamento próprio nos primeiros anos (SOUSA, 2015, p. 116), precariedade das instalações e herança da estrutura administrativa patrimonialista portuguesa, que envolvia, conforme Costa (2000, p. 221), o conservadorismo católico, a forte cultura jurídica e a política do “sigilo oficial”.

Quanto ao Arquivo Público, ao contrário dos arquivos nacionais europeus, restringia o acesso aos seus documentos à burocracia do Estado, perpetuando a política de “sigilo oficial” dos tempos coloniais. Essa concepção de sigilo, indicativa de um determinado modelo de Estado, explica a natureza do arquivo que foi criado no Brasil- um arquivo a serviço do Estado (COSTA, 1997, p. 186).

Nesses moldes, o regulamento 2 de 1838⁶⁰ criou o Arquivo Público do Império, cujo objetivo principal era guardar e preservar documentação administrativa, legislativa e histórica do Estado. Buzzatti (2015), que defendeu tese sobre o tema, considera que o Arquivo Público do Império trazia em seu ato fundador entendimento implícito do que era seu objetivo,

⁵⁶ Também datam do século XIX, segundo Costa (2000, p. 222), a criação de diversas instituições científicas e culturais, como, IHGB, Biblioteca Nacional, Colégio Pedro II, Academia de Belas Artes, Conservatório Nacional de Música, Jardim Botânico e Museu Real, mais tarde, Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, cujo acervo teve fim trágico em incêndio ocorrido em 2018.

⁵⁷ Após a Proclamação da República o Arquivo Público do Império seria denominado “Arquivo Público Nacional” (Decreto 10, de 21 de novembro de 1889) e, em 1911, “Arquivo Nacional” (Decreto 9.197, de 9 de dezembro de 1911).

⁵⁸ O Arquivo Público foi mencionado ligeiramente na Carta de 1824, no artigo 70: “Assignada a Lei pelo Imperador, referendada pelo Secretario de Estado competente, e sellada com o Sello do Imperio, se guardará o original no Archivo Publico, e se remetterão os Exemplares della impressos a todas as Camaras do Imperio, Tribunaes, e mais Logares, aonde convenha fazer-se publica”.

⁵⁹ Lei 23, de 30 de outubro de 1891, reorganiza os serviços da Administração Federal.

⁶⁰ Regulamento 02 de 2 de janeiro de 1838, dá instruções sobre o Arquivo Público provisoriamente estabelecido na Secretaria de Estado dos Negócios do Império. O documento pode ser consultado em COSTA (1997).

uma vez que os primeiros artigos versavam não sobre a finalidade, mas sobre a constituição física do Arquivo e a localização na estrutura de governo. O "texto do artigo terceiro é evidência de um tratamento indistinto entre espaço físico, estrutura institucional e ordem documental", já que misturava "armários e gavetas" com estrutura organizacional das seções Legislativa, Administrativa e Histórica (BUZZATTI, 2015, p. 43-44).

Costa (1997, p. 85) observa que a instituição assumia caráter essencialmente instrumental de dimensão administrativa, voltando-se para o Estado.

[...] o papel do Arquivo será, portanto, não prioritariamente o de construtor da memória nacional, mas o de instrumentalizador do novo Estado, recolhendo, preservando e fornecendo ao governo, sempre que necessário, as provas jurídicas de sua existência e ação. Ao instrumentalizar o Estado e ao lhe dar identidade pela escrita legal, o Arquivo torna-se uma dimensão do próprio Estado, na medida em que espelha, através da documentação que recolhe e guarda, sua própria organização (COSTA, 1997, p. 52-53).

Quanto à atuação exclusivamente administrativa do Arquivo Público apontada por Costa (1997), Lourenço (2014) enfatiza que, embora o Império tenha utilizado o Arquivo e seus documentos para solucionar problemas políticos ou diplomáticos, a existência da *Seção Histórica* no Arquivo contribuiu para a valorização do papel da instituição para a historiografia desde os anos 1840. Assim, a autora sugere que havia um equilíbrio entre as dimensões administrativa e cartorária, de um lado, e, simultaneamente, cultural e histórica, de outro (LOURENÇO, 2014, p. 159).

Criado no mesmo ano que o Arquivo Público e amplamente influenciado pelo *L'Institut Historique*, de Paris, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) assumiu de imediato o papel, também reivindicado pelo congênere francês, de ser o guardião da história nacional (GUIMARÃES, 2011, p. 61)⁶¹.

O Instituto assumiu antes do Arquivo Público do Império a tarefa de publicar documentos necessários à escrita da história, discutindo, desde sua criação, a seleção e a transcrição dos acervos como função fundamental de seu trabalho (PARRELA, 2012, p. 93). Assim, diferente do Arquivo, o IHGB definiria, desde a fundação, sua finalidade.

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro tem por fim colligir, methodisar, publicar ou archiivar os documentos necessarios para a historia e geographia do Imperio do Brazil: e assim tambem promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos por meio do ensino publico logo que o seu cofre proporcione esta despeza (Revista do IHGB, tomo I, 1839, p.18).

As funções do Arquivo do Império, parcialmente implícitas em 1838, seriam manifestadas em 1860, por meio do decreto 2.541/1860⁶², e passavam a concorrer

⁶¹ Para estudo aprofundado sobre a constituição do IHGB e o lugar ocupado pelo pensamento histórico durante o Império, ver GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

⁶² Decreto 2.541, de 3 de março de 1860, reorganiza o Arquivo Público.

formalmente com as funções do IHGB. O texto se repetiria nas reorganizações posteriores do Arquivo, sendo modificado em essência somente após 1958.

Art. 1º. O Archivo Publico he a Repartição destinada a receber e a conservar debaixo de classificação systematica todos os documentos concernentes ao direito publico; á legislação, á administração, e á historia e geographia do Brasil.

Além do IHGB, outras instituições de memória competiam pela preservação dos documentos. Conforme Costa (1997, p. 185), o Arquivo guardaria apenas parte dos documentos administrativos, já que, além do IHGB, o Museu Nacional e o Arquivo do Itamaraty o coadjuvaram em atividades que deveriam ser de sua exclusiva competência. Essa "divisão de tarefas" entre agências culturais implicou a superposição de funções e a fragilização do Arquivo Público enquanto principal instituição de guarda dos documentos da Administração Pública.

Um elemento em comum aos decretos que reorganizaram o Arquivo Nacional a partir de 1860 foi a definição do quadro de pessoal na estrutura organizacional da instituição. Assim, está presente nos fundamentos legais de 1860⁶³ e de 1876⁶⁴ o cargo de amanuense. Já em 1893⁶⁵, o dispositivo manifestava os cargos de arquivista e de subarquivista. Nos decretos de 1911⁶⁶ e de 1923⁶⁷, apresentam-se, novamente, os cargos de arquivistas e de subarquivistas, mais os amanuenses. Essa condição seria alterada a partir do regimento de 1958⁶⁸, que aludiria apenas as funções, isentando-se de mencionar cargos.

A norma que reorganizava o Arquivo Público em 1876, conforme exposto por Marques (2011, p. 201), decretava que as nomeações de amanuenses deveriam ser precedidas de concurso. Este deveria avaliar a habilitação do candidato em caligrafia e redação, gramática, leitura de manuscritos antigos, elementos de cronologia, geografia e história, aritmética, e tradução do francês e do inglês.

Conforme Costa (2000, p. 229), no longo prazo a fragilidade do Arquivo Nacional acarretou dois problemas graves: ausência de uma política nacional para os arquivos até 1990 no que diz respeito tanto ao recolhimento da documentação quanto a sua liberação à consulta pública; e fragmentação ou destruição de diversos conjuntos documentais.

⁶³ Decreto 2.541, de 3 de março de 1860, reorganiza o Archivo Público.

⁶⁴ Decreto 6.164, de 24 de março de 1876, reorganiza o Arquivo Público do Império.

⁶⁵ Decreto 1.580, de 31 de outubro de 1893, reforma o Archivo Publico Nacional.

⁶⁶ Decreto 9.197, de 9 de dezembro de 1911, aprova o regulamento do Archivo Nacional.

⁶⁷ Decreto 16.036, de 14 de maio de 1923, aprova o regulamento para o Archivo Nacional.

⁶⁸ Decreto 44.862, de 21 de novembro de 1958, aprova o Regimento do Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O surgimento do Arquivo Público em um momento em que as fontes documentais ganhavam maior valorização para a escrita da História favoreceu o caráter historicista da instituição e o afastamento entre Arquivo e Administração Pública.

Esclarece Silva:

A segunda metade do século XIX, em que se desenvolve o Historicismo, agora sob a influência do gosto romântico e das paixões nacionalistas, é o período em que os arquivos se tornam autênticos laboratórios do saber histórico e a actividade dos arquivistas se converte numa verdadeira disciplina auxiliar da História, com a designação de “Arquivologia” (SILVA et al., 2009, p. 114).

José Maria Jardim (1999, p. 22-24) explicita que até hoje as instituições arquivísticas públicas brasileiras, de forma geral, são voltadas à guarda e ao acesso de documentos considerados de “valor histórico”, ignorando a gestão dos documentos correntes e intermediários produzidos pela administração pública. Para o autor, há um profundo desconhecimento sobre o ciclo da informação arquivística por parte da Administração Pública, das instituições arquivísticas e da universidade.

Em estudo sobre a trajetória do Arquivo Nacional e as alterações na Administração Pública federal, Venancio (2013) detectou no perfil dos diretores da instituição até 1917 a ocorrência de prévia experiência administrativa. No entanto, a partir de então, “os novos gestores do Arquivo Nacional tendem a ver o IHGB como um modelo a ser seguido” (VENANCIO, 2013, 74).

Outra consideração relevante de Venancio é que a legislação refletiu a dicotomia entre “arquivos administrativos” e “arquivos históricos”.

[...]o foco da legislação ora se volta à questão dos arquivos como um elemento de aumento da eficiência administrativa, ora como um repositório dos vestígios documentais da memória nacional. Contudo, esses dois universos arquivísticos raramente estabelecem diálogos (VENANCIO, 2011, p. 177).

De acordo com Buzzatti (2015, p. 48), até o regulamento de 1923, que esteve em vigor até 1958, a componente histórica prevaleceu diante da administração e da legislação da instituição, apesar dos esforços pela sistematização do recolhimento da documentação administrativa de repartições públicas ao Arquivo Nacional.

Com base em Schellenberg (2006), Le Goff (1990), Fonseca (2005) e Silva (2009), Buzzatti (2015, p. 51) afirma que o período de contestação da hegemonia da disciplina histórica sobre o funcionamento das instituições arquivísticas coincide com o crescimento da relevância da documentação na Administração Pública e com o aumento da produção e da acumulação de documentos nas primeiras décadas do século XX.

No Arquivo Nacional, a vertente historicista seria questionada formalmente quando o influente historiador José Honório Rodrigues (1913-1987)⁶⁹ esteve à frente da instituição, entre 1958 e 1964.

A atividade histórica aí, no momento, deve ser apenas marginal e assessorar a administração do Arquivo. Só depois da solução dos problemas administrativos e arquivísticos é que o Arquivo Nacional deverá cuidar de História (RODRIGUES, 1959, p. 66).

No que tange à cooperação institucional e ao diálogo entre arquivos públicos e o DASP, Martins (2017, p. 152), ao avaliar o impacto do Estado Novo na produção de documentos e nos arquivos públicos, constatou que a produção documental do Estado não conversava com os arquivos públicos, uma vez que o DASP esvaziou parte das atribuições dos arquivos, instituindo normas e procedimentos para a produção e guarda de documentos. Essas normas valorizavam o acúmulo de material administrativo, mantido em centros de documentação, em oposição àquele depositado nos arquivos públicos, considerado de interesse remoto.

Embora o auge do DASP tenha ocorrido até 1945, a interação entre este órgão e o Arquivo Nacional no período foi pequena e, até, conflituosa. Santos (2014, p. 24-25) revela que a firme atuação do departamento na condução da reforma das carreiras encontrou entre seus desafios o conflito com o Arquivo Nacional, que reivindicava, em 1944, por meio de ofício do seu diretor, Eugênio Vilhena de Moraes, ser a “única repartição” para a qual deveriam ser criados os cargos de arquivologista, por ser a única, “por força da lei”, responsável pelo arquivamento dos documentos oficiais e originais, “monumentos da legislação e administração”.

A polêmica identificada entre as instituições, segundo o supramencionado autor, ocorreria em virtude do poder político e técnico acumulado pelo DASP, em contraste com a fragilidade e a resistência de algumas instituições diante das mudanças em curso (SANTOS, 2014, p. 24-25).

Se por um lado, o Arquivo Nacional procura se afirmar como a “única repartição” destinada a abrigar arquivologistas, portanto, detentora da tarefa de centralizar e conduzir os processos de decisão sobre a gestão dos arquivos, por outro lado, o Dasp, ao abrir concurso para a referida carreira em diferentes ministérios, parece apostar em uma estrutura ‘sistêmica’ que fortaleça toda a administração pública (SANTOS, 2014, p. 25).

Neste caso, ao invés de cooperação entre ambas as instituições, houve certo embaraço, no qual o diálogo não foi estabelecido. José Honório Rodrigues, ao tratar sobre as

⁶⁹ Formou-se em Direito, pela Universidade do Brasil, em 1937. Aos 24 anos, ganhou prêmio da Academia Brasileira de Letras (ABL) com o livro *Civilização holandesa no Brasil*. A partir de 1969, foi ocupante da Cadeira 35 da ABL. Disponível em <<http://www.academia.org.br/academicos/jose-honorio-rodrigues/biografia>>. Acesso em: 24 mar. 2019. A relação do historiador com o Arquivo Nacional pode ser aprofundada em BUZZATTI (2015) e MARQUES; RODRIGUES (2017).

exigências do DASP para o provimento de cargos⁷⁰, comenta que as instruções baixadas pelo departamento em fevereiro de 1944⁷¹ constituíam um atestado de desconhecimento e de incompetência da Divisão de Seleção do DASP, inteiramente alheia às exigências da carreira. Pontua, ainda, que o órgão máximo do executivo “Inventou-se um neologismo de mau gosto, ao querer forçar uma distinção inexistente entre arquivista e arquivologista” (RODRIGUES, 1952, p. 241).

A gestão de José Honório impactaria positivamente não apenas o Arquivo Nacional, mas também o próprio desenvolvimento da Arquivologia no Brasil e a política nacional de gestão de documentos, como veremos a seguir.

2.1.1 Gestão José Honório Rodrigues

A gestão do historiador José Honório Rodrigues (1958-1964) efetivou profundas alterações no Arquivo Nacional, as quais se refletem em três pontos principais: alteração da estrutura organizacional; incentivo a formação de pessoal, inclusive com a vinda de especialistas estrangeiros; e proposição da criação de um sistema nacional de arquivos. Todos estes elementos contribuíram para o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil.

José Honório tornou-se historiador na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, entre 1943 e 1944, enquanto foi bolsista da *Rockefeller Foundation* em acordo de cooperação internacional, mediado pelo DASP, por meio do decreto-lei 776, de 7 de outubro de 1938 (MARQUES; RODRIGUES, 2017, p.179-181). Santos (2018, p. 138) considera que a política do DASP de promover um programa de aperfeiçoamento no exterior aproximou o País dos princípios teóricos, conceitos, métodos e práticas norte-americanos na administração dos arquivos e das bibliotecas.

Se, de um lado, os Estados Unidos lideravam o desenvolvimento dos *records management* no pós-guerra, de outro, França (e Europa, em geral) se destacava no tratamento aos arquivos históricos, tanto que em 1948 foi criado o Conselho Internacional de Arquivos, com sede em Paris, ligado a UNESCO. Marques, salienta: “Quanto às influências externas do pensamento arquivístico, de um lado estavam os Estados Unidos, vitoriosos da Guerra e com investimento na área, e de outro a França, com seus antigos laços com o Brasil” (MARQUES, 2007, p. 88).

José Honório Rodrigues, um intelectual influente no pensamento social brasileiro, visitou arquivos de diversos países. O historiador se espelharia no modelo norte-americano

⁷⁰ Aos candidatos ao cargo de arquivologista exigiam-se: técnicas de arquivo, noções de paleografia e notariado, português, língua estrangeira, história, geografia e noções de direito administrativo.

⁷¹ Por meio da portaria 576 de 16 fevereiro de 1944.

enquanto referência para a formulação de ações voltadas ao problema da gestão de documentos brasileiros, como se pode constatar em diversas partes do seu relatório *A Situação do Arquivo Nacional*, e em outras publicações do autor

Nos Estados Unidos, depois de se considerarem os valores legais, administrativos, fiscais, de proteção dos direitos individuais e de pesquisa histórica, preparam-se listas [*disposal lists*] e os planos de eliminação [*disposal schedules*] (RODRIGUES, 1959, p. 29).

Em *Pesquisa histórica no Brasil* (1952), Honório Rodrigues entende que a organização da pesquisa histórica perpassa a questão dos arquivos, seja enquanto conjuntos documentais, seja como instituições custodiadoras. Ele define documentos e arquivos e salienta a importância de ambos. Também, propõe o Registro Nacional de Arquivos, uma espécie de cadastro voltado ao agrupamento extensivo do conhecimento do material de arquivo existente no Brasil.

O historiador defende a introdução de curso de aperfeiçoamento voltado a atender arquivistas, historiadores e pesquisadores. Ao tratar da formação dos arquivistas, esclarece que é necessário estudar os métodos de organização de arquivos, simultaneamente ao estudo da história dos acervos nacionais e estrangeiros e de trabalhos práticos sobre arquivamento, organização de inventários, classificação e catalogação de documentos, sem negligenciar o ensino intensivo da História do Brasil (RODRIGUES, 1952, p. 241).

Rodrigues aponta os conjuntos documentais como a fonte mais fiel, universal e inexaurível para o aumento do conhecimento:

[...] fiel, porque são não meramente testemunho, mas parte contemporânea dos acontecimentos, contendo documentos escritos por pessoas ocupadas em fins práticos, que na maioria das vezes não participam dos preconceitos dos cronistas; universal, porque não existe forma de atividade humana que não contribua para eles; inexaurível, porque não é exagero dizer-se que as peças manuscritas sobrevivem aos milhões. Finalmente, eles são insubstituíveis. A destruição de um papel aparentemente desinteressante pode resultar na perda de uma chave para a compreensão de um fato, de um problema, de uma questão (RODRIGUES, 1952, p. 199-200)

Dirigindo o arquivo no fluxo desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek até último ano do período democrático, o intelectual procurou superar o que considerava a “longa estagnação da instituição”, incólume às grandes reformas administrativas do Estado Novo. No período, o Arquivo Nacional sofria com sede inadequada, um corpo de funcionários sem formação apropriada e uma série de deficiências no tratamento técnico da documentação (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p. 32).

Significa dizer que ao dirigir a instituição o historiador não encontrou uma base social ou intelectual que orientasse as operações técnicas de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos.

Ao relatar a situação do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues (1959, p. 9) afirma que até sua gestão a instituição funcionava como simples depósito de documentos para os quais não havia controle técnico.

Nada se dizia sobre a política de recolhimento, sobre a seleção e eliminação de documentos, sobre a organização do acervo e seu arranjo e sobre a elaboração dos instrumentos mais indispensáveis, o registro, o inventário, as listas (RODRIGUES, 1959, p.9).

José Honório (1959, p. 10) expressa que o regulamento de 1923 resistiu aos melhores anos de grande impulso no País, por meio da reforma administrativa promovida pelo DASP.

Sobre esse aspecto Jardim (1995) complementa:

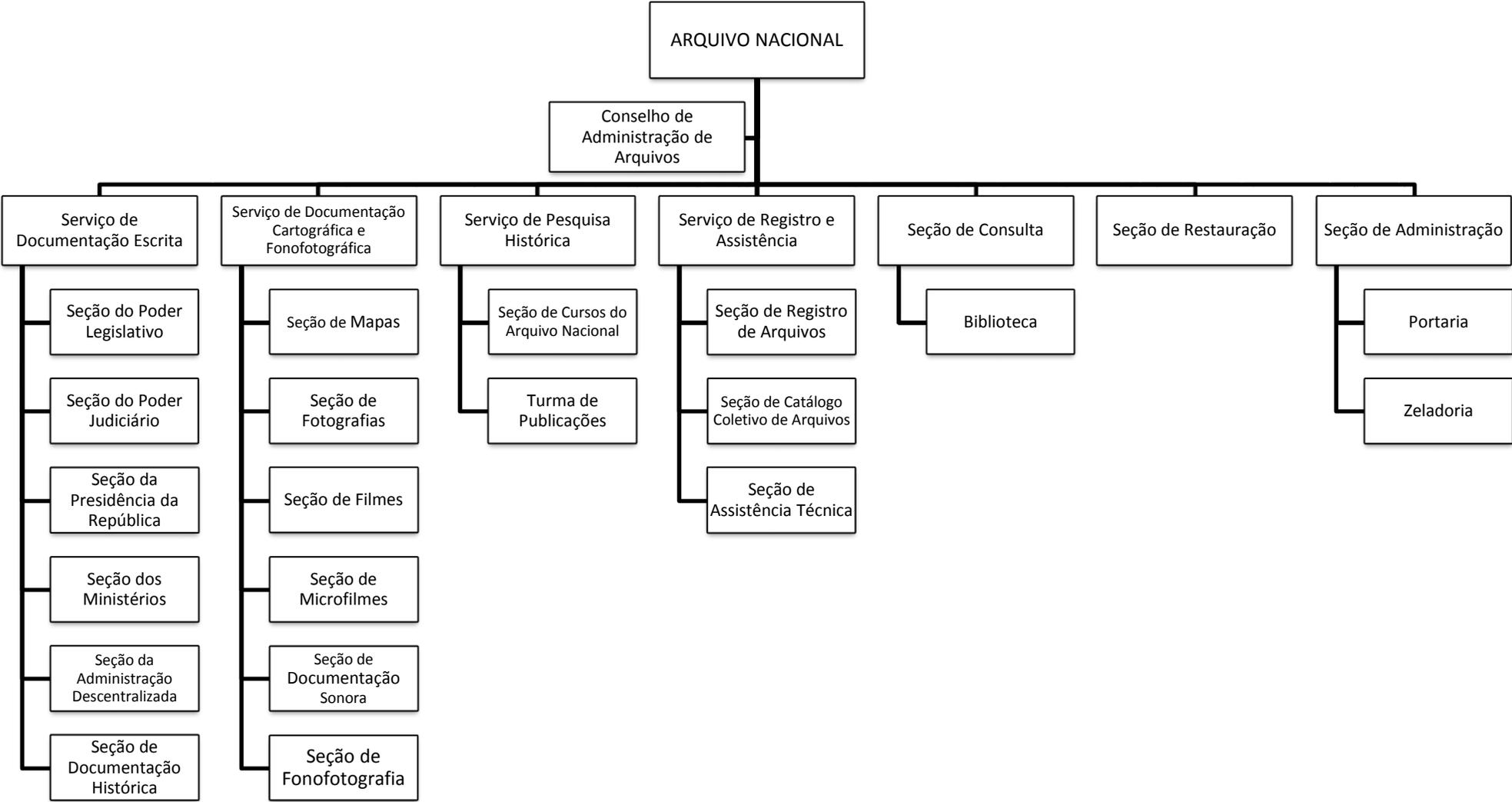
No caso específico dos serviços e instituições arquivísticas governamentais, a sua trajetória tem-se dado na periferia do Estado, excluídos da sua própria vocação. (...). A opacidade dos arquivos públicos tem resistido aos diversos projetos de reforma do Estado, quando a sua exclusão é sempre mantida. A invisibilidade social daí decorrente acentua ainda mais a sua sobrevivência (JARDIM, 1995, p. 75-76).

Uma das primeiras ações de Honório Rodrigues enquanto diretor do Arquivo Nacional foi aprovar novo regimento para a instituição, por meio do decreto 44.862, de 21 de novembro de 1958. O fundamento legal definia que o Arquivo Nacional tinha por finalidade: preservar os documentos de valor legal, administrativo ou histórico oriundos dos órgãos integrantes dos poderes da União e das entidades de direito privado por ela instituídas e os de valor histórico provenientes de outras entidades públicas ou de origem particular; possibilitar o uso de tais documentos pelos órgãos governamentais e particulares; e promover a pesquisa histórica e divulgar a história da pátria visando à educação cívica.

O novo Regimento [...] define o Arquivo como uma repartição nacional, fixa a política de arquivos, estabelece suas atribuições e objetivos, defende e amplia a coleta selecionada em todo território nacional e em todas as fontes de documentação federal; estende essa defesa pela preservação do documentário em filmes, discos, fotografias; cria serviços de pesquisa e informação históricas, relacionando-os com os serviços iguais nas Forças Armadas e em instituições pública se privadas (RODRIGUES, 1959, p. 10).

Com o regimento de 1958, o Arquivo Nacional saiu de uma estrutura mínima de três seções (Administrativa, Histórica e Legislativa e Judiciária) para a organização em oito seções (Ilustração 2).

Ilustração 2 – Estrutura Organizacional do Arquivo Nacional de 1958



Fonte: Elaboração própria, com base no decreto 44.862, de 21 de novembro de 1958.

Conforme salienta Santos (2008, p. 91), o relevo dado à documentação como um novo setor, paralelo ao das bibliotecas tradicionais, ganhou forte impulso a partir de 1945. Daí a presença do *Serviço de Documentação Escrita* e do *Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica*, em similaridade com a nomenclatura adotada na estrutura organizacional do DASP.

O próprio José Honório Rodrigues (1952, p. 198) assinala que da conservação dos papéis dos Serviços de Documentação depende a riqueza do acervo oficial dos arquivos históricos e particulares. Por isso, sua conservação é uma necessidade e qualquer ideia de eliminação ou seleção deve ser precedida da consulta de historiadores, arquivistas, advogados e estudiosos.

O Serviço de Documentação representa um papel importante na solução dos problemas contemporâneos e na administração dos negócios do Estado. Dêle se origina grande parte do Arquivo Histórico. O cuidado por esses papéis é um dever do Estado (RODRIGUES, 1952, p. 200).

Com a reestruturação administrativa realizada por Honório Rodrigues, ainda que tenha sido conservada a ideia de “documentação histórica”, com o funcionamento do Serviço de Pesquisa Histórica, o diretor avaliava mais de perto o “problema administrativo”, que incidia sobre os arquivos, entendendo que o recolhimento e o controle sobre o fluxo documental davam aos documentos um caráter eminentemente administrativo (HEYNEMANN, 2009, p. 212).

José Honório Rodrigues reconhece que o problema fundamental dos arquivos é administrativo, embora considere que isso não implica a exclusão das atividades históricas. No entanto, agora estas deveriam ser subsidiárias à função administrativa e auxiliares dela.

A função própria dos Arquivos não era a pesquisa histórica, nem o elemento administrativo é acidental ou marginal, como fazem crêr, ainda hoje, os Arquivos de países subdesenvolvidos na Europa e especialmente os da América Latina. Ao contrário, as principais potências mundiais, tendo os Estados Unidos e a União Soviética à frente, reconheceram as funções administrativas capitais dos seus arquivos, e deram-lhes os recursos indispensáveis e o realce que ostentam, em organizações excelentíssimas (RODRIGUES, 1959, p. 13).

O historiador identifica a falta de política de recolhimento como o principal problema a ser solucionado, visto que até então o recolhimento era determinado por regimento interno, e por isso não era seguido pelos ministérios. Para o diretor do Arquivo, somente uma lei do Congresso poderia determinar a obrigatoriedade de recolhimento e, por consequência, a defesa e a preservação de documentos dos órgãos integrantes dos poderes da União, bem como aqueles de entidades de direito privado com significativo valor histórico (RODRIGUES, 1959, p. 65).

Essa lei deveria fixar como princípio fundamental a indivisibilidade documental federal e estadual, independente da forma constitucional adotada.

A unidade e indivisibilidade documental federal e a unidade e indivisibilidade estadual é o princípio fundamental que a Lei deve fixar. Não existem arquivos dos Poderes, do Executivo, do Senado, da Câmara e dos vários Tribunais. É preciso que se reconheça a unidade e indivisibilidade dos Arquivos Nacionais, como o reconhecem todas as grandes nações do mundo, qualquer que seja a forma constitucional adotada. Os arquivos constituem uma unidade indivisível do patrimônio documental da Nação (RODRIGUES, 1959, p. 65).

Se o decreto 6.164/1876, que reorganizava o Arquivo Público do Império na gestão de Machado Portela, ratificava desde então o disposto na Constituição de 1924 de que o original das leis e outros papéis deveriam ser recolhidos ao Arquivo Público, para Rodrigues (1952, p. 208) algumas instituições obedeciam ao dispositivo, mas outras desconheciam as determinações legais do decreto imperial.

As Secretarias de Estado, depois de preenchidas as formalidades exigidas pelo art. 70 da Constituição para a publicação das leis, remetterão para o Archivo Publico, como determina o mesmo artigo, o original de toda lei que se publicar, o mais tardar até seis mezes depois.

Os outros papeis que em virtude deste Regulamento devem as Secretarias de Estado e outras Repartições recolher ao Archivo Publico do Imperio, e cujo prazo de remessa não estiver resalvado, não se demorarão nellas mais de cinco annos, depois de findos os negocios de que tratarem (BRASIL, Decreto nº 6.164 de 24 de março de 1876).

Outro aspecto relevante na gestão de Rodrigues foi o ato de trazer especialistas para auxiliarem na formação de pessoal e no planejamento da reforma institucional (BRANCHE, 1975, p. 5). A vinda ao Brasil de pesquisadores estrangeiros⁷² do campo da Arquivologia intensificou-se em 1959. Eles produziram diagnósticos, desenvolveram consultorias, publicaram artigos e ministraram cursos.

Dentre estes profissionais, Lopes (2014, p. 56) destaca a presença de: Theodore Roosevelt Schellenberg, Henri Boullier de Branche, Charles Kecskeméti e Michel Duchein. Os dois primeiros vieram ao País por meio de acordo de cooperação estabelecido entre o Arquivo Nacional e as embaixadas americana e francesa. Fundamentado no conhecimento do intercâmbio internacional, Rodrigues promoveu o Primeiro Curso de Arquivos, em 1958, com o apoio da Divisão de Cursos do DASP (RODRIGUES, 1959, p. 53).

Boullier de Branche e Schellenberg produziram importantes relatórios⁷³ sobre o Arquivo Nacional. O arquivista francês promoveu diversos cursos de preparação de pessoal para trabalhar em arquivos e atuou no planejamento, revisão e organização de fundos, coleções e instrumentos de pesquisa, além de intermediar a tradução de obras francesas no Brasil. Conforme Marques (2011, p. 209-210), as contribuições de Schellenberg se

⁷² Marques (2011, p. 209) identificou as visitas de professores e pesquisadores estrangeiros no Brasil entre 1944-1987.

⁷³ BRANCHE, Henri Boullier de. Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975; e SCHELLENBERG, Theodor Roosevelt. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. Acervo, v. 28, n. 2 jul-dez, p. 287-300, nov. 2015.

destacaram por orientar o estabelecimento de uma política de arquivos e a definição da posição do Arquivo Nacional na estrutura governamental.

Na ocasião, Schellenberg cedeu os direitos autorais de diversos trabalhos, para que fossem traduzidos sob a responsabilidade do Arquivo Nacional (LOPES, 2014, p. 58). Muitos deles constam do livro *Administração de Arquivos e Documentação*, antologia reunida por Samuel Haig Jameson, da Universidade da Califórnia, e publicada pela FGV, em 1964, em cooperação com a USAID, missão norte-americana para desenvolvimento internacional. O livro intercala textos publicados pela *Revista do Serviço Público* com outros produzidos ou traduzidos pelo Arquivo Nacional cuja abordagem se refere à administração de documentos.

Outro grande estímulo para as discussões sobre a gestão documental nos anos 1960 foi a transferência da Capital do Rio de Janeiro para Brasília.

A transferência de órgãos para a Capital Federal obrigou a mudar a toque de caixa suas unidades informacionais, de modo total ou parcial, provocando perda e desagregação de acervos e descontinuidade de produtos e serviços. Ao mesmo tempo, são afetados processos de transferência de informação com as comunidades especializadas que não se reduziam ao pessoal técnico e político da administração governamental direta (SOUZA, 1995, p. 66)

Em um dos artigos da antologia de Jameson, José Honório Rodrigues registra a seguinte preocupação.

No Brasil a produção documental vem crescendo com o aumento da população, a expansão das atividades governamentais e o desenvolvimento econômico, infelizmente sem que o Arquivo Nacional, voltado durante anos exclusivamente para o passado, assistisse o Governo no processo de seleção, avaliação e destinação dos seus documentos. A consequência é o acúmulo fantástico agravado neste momento com a transferência do Governo para Brasília. Como não se estabeleceu nenhuma norma, pode acontecer que muitos arquivos ministeriais, obrigados a se transferir às pressas, destruam o permitam o extravio de documentos importantes e conservem outros insignificantes (JAMESON, 1964, p. 22).

Alinhado ao pensamento de Schellenberg, Honório Rodrigues estava preocupado em capacitar pessoas para que pudessem estabelecer critérios de avaliação capazes de definir, principalmente, o que iria para o Arquivo Nacional, o que deveria permanecer em depósito temporário, o que seria destruído e o que seguiria para a nova capital.

Devido às articulações do diretor do Arquivo, inclusive com o DASP, publicou-se o decreto 48.936, de 14 de setembro de 1960, que criava um grupo de trabalho para estudar os problemas de arquivo no Brasil e sua transferência para Brasília. O relatório final, acompanhado dos planos necessários à efetivação das recomendações propostas, deveria ser apresentado em até sessenta dias ao presidente da República, por meio do DASP.

A falta de regulamentação e a demora em designar membros atrasaram a instalação do grupo de trabalho em um ano. Antes da oficialização, o Arquivo Nacional e o DASP constituíram, informalmente, uma comissão para visitar os arquivos dos ministérios e

avaliar seu volume e estado de conservação. A iniciativa contava com a colaboração do projeto Ponto IV⁷⁴ (BUZZATTI, 2015, p. 81).

O Ponto IV era o sistema de cooperação estabelecido entre Brasil e Estados Unidos visando ao desenvolvimento do País, por meio do intercâmbio de métodos, conhecimentos técnicos e atividades voltadas ao dinamizar a administração e a economia.

Superados os entraves iniciais, um dos resultados dos estudos do grupo foi a proposta da criação de um sistema nacional de arquivos, como será mostrado adiante.

Também publicado na coletânea de Jameson, o relatório⁷⁵ de Schellenberg, *Problemas arquivísticos do governo brasileiro* (1960), recomendava que antes da transferência das repartições governamentais para a nova Capital os arquivos deveriam ser revistos e feitos planos de destinação. Sugeriu que somente os documentos necessários às atividades das instituições deveriam ser transferidos, uma vez que levar arquivos não utilizáveis significaria desperdício de dinheiro público. Conforme o autor, dever-se-ia também atentar aos arquivos deixados no Rio de Janeiro (SCHELLENBERG, 2015, p. 291-292).

De regra, os documentos, em tais circunstâncias, ou são destruídos indiscriminadamente ou são completamente negligenciados, ou abandonados. A preservação física dos documentos, até que uma decisão possa ser tomada a respeito de seu valor, é o primeiro e mais importante problema com que se defronta o governo brasileiro no campo arquivístico (SCHELLENBERG, 2015, p. 292).

A importância da gestão de José Honório Rodrigues para o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil é imensa, pois foi a partir dos Cursos de Arquivo promovidos por ele, em parceria com o DASP, que mais tarde se consolidaria o curso de graduação⁷⁶ no campo nas universidades brasileiras.

Isso evidencia que enquanto não houve investimentos na ciência, na qualificação e no treinamento o campo arquivístico não se desenvolveu de forma eficiente. Claro que não se pode desconsiderar grandes articuladores, como José Pedro Esposel, e o próprio contexto, de frenética produção documental, situados em pleno governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

⁷⁴ O presidente Harry Truman elencou, em 1949, quatro pontos para “conter” o comunismo e estabelecer um “mundo livre” (BUZZATTI, 2015, p. 61). Ver também: ARAGÃO (2019); ALCADIPANI e BERTERO (2011) e FGV. CPDOC. PONTO IV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ponto-iv>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

⁷⁵ O relatório de Schellenberg foi republicado pelo arquivo Nacional na Revista Acervo em 2015.

⁷⁶ Para aprofundamento sobre a configuração da Arquivologia no Brasil, consultar MARQUES (2007, 2011).

2.1.2 Sistema Nacional de Arquivos

A partir do relatório de José Honório Rodrigues e dos estudos do grupo criado pelo decreto 48.936/1960, emergiu a proposição de projeto do primeiro Sistema Nacional de Arquivos, do qual o Arquivo Nacional, sob a nova estrutura regimental, seria o órgão central de orientação técnica e normativa. O Conselho Nacional de Arquivos⁷⁷ seria responsável por estabelecer a política do Sistema.

Em 1961, o ministro da Justiça e Negócios Interiores instituiu comissão presidida por José Honório Rodrigues para elaborar um anteprojeto para a criação do Sistema Nacional de Arquivos, apresentado em 1962. Embora não tenha sido consolidado legalmente nem suas ações executadas, o anteprojeto foi uma referência fundamental para as propostas das lideranças profissionais da área de Arquivologia (JARDIM, 1995, p. 80-81).

Sobre a proposição de sistema, José Pedro Esposel se manifestaria anos depois em edição da *Revista do Serviço Público*, confiante na expectativa de uma lei que implantasse um Sistema Nacional de Arquivos, instrumento de governo capaz de

[...] intervir na solução de problemas dos mais significativos dentre os quais a salvaguarda de um patrimônio histórico de valor incalculável e insubstituível, o incremento da pesquisa científica como condição para o progresso, a uniformização de orientação técnica em matéria de arquivos, o intercâmbio e a assistência para os arquivos estaduais e municipais, o esvaziamento de nossa documentação com a aquisição, por países estrangeiros, dos arquivos particulares de personalidades públicas, o preparo de pessoal especializado em níveis universitários como já ocorre em outras nações etc. (RSP, 1968, v.101, n.3-4, p. 145).

Após dezoito anos da proposta de José Honório, oficializou-se, em 1978, o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR)⁷⁸, nos moldes do decreto-lei 200/1967⁷⁹ e da Constituição de 1967, com a finalidade de assegurar a preservação de documentos do Poder Público.

A implementação do SINAR, no entanto, viu-se restrita aos arquivos intermediários e permanentes após a criação do Sistema de Serviços Gerais (SISG)⁸⁰, que, em 1975, organizou na forma de sistema as atividades de movimentação de expedientes, de

⁷⁷ Embora existisse o Conselho de Administração de Arquivos como parte da estrutura do Arquivo Nacional aprovado pelo Decreto 44.862/1958, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), nos moldes do sistema proposto por José Honório só seria criado por meio da lei 8.159/1991.

⁷⁸ O decreto 82.308, de 25 de setembro de 1978, instituiu o Sistema Nacional de Arquivo (SINAR).

⁷⁹ O artigo 30 do dispositivo legal afirmava: “Serão organizadas sob a forma de sistema as atividades de pessoal, orçamento, estatística, administração financeira, contabilidade e auditoria, e serviços gerais, além de outras atividades auxiliares comuns a todos os órgãos da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitem de coordenação central”.

⁸⁰ O SISG foi criado pelo decreto 75.657, de 24 de abril de 1975, que dispunha sobre o Sistema de Serviços Gerais dos órgãos civis da Administração Federal direta e das Autarquias federais e dava outras providências.

transmissão e recepção de mensagens (protocolo e arquivo) e de administração de edifícios públicos, imóveis residenciais, material e transporte.

Caberia, portando, ao DASP, órgão central do SISG, no que se refere a protocolo, as seguintes competências: expedir normas para disciplinar o registro de entrada, tramitação e expedição de processos e documentos; expedir normas para disciplinar uso, guarda, conservação, reprodução e incineração de processos e documentos; e expedir normas para disciplinar a transmissão e recepção de mensagens.

Por suas implicações com o SISG, o DASP continuou com a competência de ser o órgão central no que se referia aos arquivos correntes, cabendo ao Arquivo Nacional, órgão central do SINAR, a atuação sobre os arquivos intermediários e permanentes federais. Assim, apesar de autodenominar-se um sistema nacional, sua possibilidade de ação era a administração federal. Ainda que centrado neste universo, o Sistema viu-se limitado aos arquivos intermediários e permanentes (JARDIM, 1995, p. 89).

De acordo com Jardim (1995, p. 88-89), o fracionamento do ciclo vital dos documentos em dois sistemas inviabilizaria o desenvolvimento de uma política de gestão de documentos no Governo Federal. Embora em 1978 o DASP não estivesse mais no auge do poder e da atuação política alcançada nas fases anteriores, sua autoridade e inserção institucional na administração superavam em muito o Arquivo Nacional.

Sobre a demora na definição do papel do Arquivo Nacional por meio do SINAR, Franco e Bastos (1986) consideram que a modernização administrativa por que passou o País depois do decreto-lei 200/1967 exigia a especificação das áreas de competência ministerial, inclusive do Ministério da Justiça, ao qual o Arquivo Nacional estava subordinado. No entanto, ao retardar por mais de dez anos a formalização de seu espaço institucional no interior da Administração Pública federal, o Arquivo acabou enfrentando uma superposição de atribuições legais oficialmente assumidas pelo DASP enquanto órgão central do SISG (FRANCO; BASTOS, 1986, p. 10).

No âmbito do nascente campo epistemológico arquivístico brasileiro, o quinto Congresso Brasileiro de Arquivologia, ocorrido em 1979, recomendava ao Governo Federal a promoção e reformulação da legislação referente ao SINAR e ao SISG, no sentido de que os arquivos em suas três idades, integrassem um único sistema (BOTTINO, 2014, p. 81).

Embora definido legalmente, o SINAR não chegaria a ser implantado. Venancio (2015) pontua que a legislação que propôs o Sistema Nacional de Arquivos, tanto em 1978 quanto em 1991, deu margem a situações muito díspares em termos de legislações estaduais e aos sistemas de arquivos proposto nos estados. Logo, embora se discuta a efetiva implementação do sistema, a repercussão dos atos legais nas unidades federativas não pode ser desconsiderada.

O SISG, por sua vez, também não foi capaz de propor políticas de gestão de

documentos no País. Em 1991, a Lei de Arquivos recriaria o SINAR⁸¹, com a finalidade de implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos.

2.1.3 Modernização dos anos 1980

O regimento do Arquivo Nacional aprovado em 1975⁸² estabelecia a estrutura administrativa correspondente às seguintes divisões: Pré-Arquivo, Documentação Escrita, Documentação Audiovisual, Pesquisas e Atividades Técnicas, Publicações, Administração e Coordenadoria de Cursos de Arquivologia. A Divisão de Pré-Arquivo voltava-se aos documentos intermediários da Administração Pública, cabendo-lhe recolher e conservar a documentação ainda de interesse administrativo, selecionando o que seria eliminado ou preservado.

Com a aprovação em 1975 de um novo regimento deu-se um passo importante, ao ser incorporada, decididamente, a ideia de gestão de documentos, por meio da Divisão de Pré-Arquivo, que no ano seguinte se instala também em Brasília, demonstrando a preocupação do Arquivo com a sua atuação junto à administração pública na capital (HEYNEMANN, 2009, p. 212).

Conforme Jardim (1988), até 1981, quando se iniciou a modernização do Arquivo Nacional, a Divisão de Pré-Arquivo atuou de forma incipiente, tanto no arquivamento de documentos intermediários quanto na introdução de ações voltadas à adoção de padrões arquivísticos no Governo Federal.

[...]instalações físicas adequadas, distanciada geográfica e administrativamente da sede, desprovida quantitativa e qualitativamente de recursos humanos, a Divisão de Pré-Arquivo não se consolidou como área de trabalho dentro do Arquivo Nacional que, por sua vez, prosseguiu sua centenária trajetória ignorando sua função como órgão de apoio à administração pública (JARDIM, 1988, p. 34).

Ainda em 1975⁸³, o Arquivo Nacional era classificado na estrutura básica do Ministério da Justiça como *Órgão de Administração de Atividades Específicas*. No entanto, em 1983⁸⁴, a instituição se tornaria órgão autônomo do Ministério, com fundo orçamentário

⁸¹ Conforme o decreto 4.073, de 3 de janeiro de 2002 que regulamentava a Lei de Arquivos, o SINAR tinha como órgão central o CONARQ. Integravam o Sistema: Arquivo Nacional; arquivos do Poder Executivo Federal; arquivos do Poder Legislativo Federal; arquivos do Poder Judiciário Federal; arquivos estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; arquivos do Distrito Federal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; e os arquivos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo.

⁸² Este regimento foi aprovado pela portaria 600-b, de 15 de outubro de 1975.

⁸³ Decreto 76.387, de 2 de outubro de 1975. Dispunha sobre a Estrutura Básica do Ministério da Justiça e dá outras providências.

⁸⁴ Decreto 88.771, de 27 de setembro de 1983. Incluía o Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça, no regime de que trata o Decreto 86212, de 15 de julho de 1981, e dava outras providências.

próprio. Essa autonomia significava que o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos, por sua própria competência, poderia contratar especialistas e consultores técnicos e elaborar proposta orçamentária e movimentar seu orçamento, além de realizar licitações e tabelar preços sobre os seus serviços.

Em 1981, o Arquivo, sob a direção de Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco (1980-1990), neta de Getúlio Vargas, iniciou o Programa de Modernização Institucional Administrativa do Arquivo Nacional⁸⁵, por meio de convênio entre o Ministério da Justiça e a Fundação Getúlio Vargas (SILVA, 2010, p. 81). Em 1973, Celina havia criado o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), na FGV.

Ao passo de tais transformações, foi editado, em 1986, o primeiro número do periódico do Arquivo Nacional, a revista *Acervo*. Na década seguinte, a instituição atingiria parte de seus objetivos, por meio da promulgação da Lei de Arquivos. Esta atribuiria ao Arquivo Nacional as funções de preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda e de acompanhar e implementar a política arquivística no País. Para definir a política nacional de arquivos, a lei criaria o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

2.2 Formação em Arquivologia no Brasil

Marques (2011, p. 201-203) demonstra que desde 1873 o Arquivo Nacional, por meio de relatórios e regulamentos, já manifestava sua preocupação com a necessidade de formar pessoal e de criar cursos específicos que subsidiassem o conhecimento imprescindível à ocupação de seus cargos técnicos.

Em 1911, foi instituído no Arquivo o Curso de Diplomática, por meio do decreto 9.197, de 9 de dezembro de 1911⁸⁶. O dispositivo, que aprovava o regulamento do Arquivo Nacional, instituía o curso, no qual se ensinaria “paleographia com exercícios práticos, a chronologia e a crítica histórica, a technologia diplomática e regras de classificação”. Entretanto, a proposta pedagógica do Arquivo não foi adiante. A questão seria retomada somente na gestão de João Alcides Bezerra Cavalcanti (1922-1938), com a criação, em 1922, de curso técnico⁸⁷, seriado em dois anos. Este curso também não chegaria a funcionar,

⁸⁵ O artigo de Souza (2015) faz uma análise comparativa da modernização ocorrida no Arquivo Nacional quando empreendida por Honório Rodrigues e por Celina Moreira Franco.

⁸⁶ Em 1911, também foi criado o curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional, por meio do decreto 8.835, de 11 de julho de 1911, que aprovava o regulamento da Biblioteca Nacional.

⁸⁷ Os decretos 15.596, de 2 de agosto de 1922 que criava o Museu Histórico Nacional e aprovava seu regulamento e 15.670, de 6 de setembro de 1922, que aprovava o regulamento da Bibliotheca Nacional, instituíram o “curso tecnico”, destinado a habilitar os candidatos ao cargo de amanuense da Bibliotheca e do Archivo Nacional e ao de 3º official do Museu Histórico Nacional. O decreto

mesmo diante das reivindicações de Alcides Bezerra.

Marques (2011) identifica os seguintes avanços e os marcos do desenvolvimento da Arquivologia no Brasil na primeira metade do século XX: insistência do Arquivo Nacional na formação especializada e no aperfeiçoamento de seus funcionários, por meio da concepção de cursos⁸⁸; solicitação de inclusão do Curso de Arquivo na Universidade do Rio de Janeiro (1930)⁸⁹; concepção da carreira de arquivista em alguns quadros da Administração Pública, (1936)⁹⁰; atuação do DASP na gênese da documentação no Brasil; desdobramento da carreira de arquivista com a reforma dos quadros ministeriais (1941); início da cooperação arquivística internacional, com a vinda do historiador norte americano Charles Lyon Chandler ao Arquivo Nacional (1944); e primeiras participações de brasileiros em cargos e comitês de instituições internacionais, com destaque para o *International Council on Archives* (ICA) (MARQUES, 2011, p. 249).

Diante das transformações que ocorriam no início do século XX, Couture *et al.* (1999) pontuam que elas não ocorriam de forma isolada.

Ao longo da década de 1930, assistimos a muitas transformações econômicas, políticas, técnicas e científicas que mudaram o ambiente arquivístico: expansão da atividade governamental, resultando em uma produção massiva de documentos, aceleração dos desenvolvimentos tecnológicos, desenvolvimento da teoria arquivística e expansão das atividades dos serviços de arquivo (COUTURE *et al.*, 1999, p. 23).

No caso brasileiro, após a modernização administrativa promovida pelo DASP, ficou mais evidente a necessidade da formação de recursos humanos. Nessa mesma época, o País começou a desenvolver políticas educacionais voltadas à constituição de universidades⁹¹.

É pertinente observar que neste período prevalecia o princípio da configuração, não apenas da Arquivologia, mas também de inúmeros campos científicos, que buscavam se estabelecer. Isso porque até a década de 1930 não havia sido definida nenhuma política nacional voltada à ciência e tecnologia. Na perspectiva de Couture *et al.* (1999, p. 24), no Ocidente, a partir de 1940, a formação dos arquivistas mudou de situação, deixando os

16.036, de 14 de maio de 1923, que aprovava o regulamento do Arquivo Nacional, ratificou o curso dos decretos anteriores.

⁸⁸ Conforme a autora, estes cursos correspondem a: Curso de Diplomática, 1911; Curso Técnico, 1916; Curso Técnico de Arquivos, 1923; e Curso Técnico, 1931.

⁸⁹ Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁹⁰ Lei 284, de 28 de outubro de 1936, que reajustava os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União, e estabelecia diversas providências.

⁹¹ Em 1930, havia no Brasil apenas duas universidades constituídas: a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, e a Universidade de Minas Gerais, criada em 1927. Sobre este assunto, ver: CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. A universidade temporária: o ensino superior da colônia à era Vargas. Unesp, 2007.

departamentos de História, para se inscreverem, na maioria das instituições de ensino, nas escolas de Biblioteconomia e das Ciências da Informação.

De acordo com Smit (1986, p. 64), na falta de uma política científica oficial, os próprios cientistas organizaram a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)⁹².

De 1950 a 1967, pode-se dizer que existiu a preocupação com a formação de pessoal para o setor produtivo, embora a ciência nacional não tenha sido valorizada, sobressaindo, nesse período a dependência tecnológica.

Como já salientado por Marques (2007, p. 88) e Silva (2010), é necessário observar o papel relevante tanto do DASP quanto da FGV na formação em organização de arquivos no Brasil.

Nas décadas de 1940 e 1950, foram ministrados no DASP, em 1943, o Curso Avulso de Preparação de Pessoal para Organizações de Serviços; e, na FGV o Curso de Arquivologia e Administração de Documentos, em 1947, com carga horária de 120 horas/aula, sob a coordenação de Ignez B. C. d'Araujo, do Ministério das Relações Exteriores, e o Curso de Noções de Arquivo, em 1958, com carga horária de 20 horas/aula, sob a coordenação de Maria Luiza Dannemann, do qual foi aluna Marilena Leite Paes (SILVA, 2010, p. 74-75).

O mesmo aconteceria na década seguinte, na qual a Lei de Microfilmagem (5.433, /1968) fazia parte do aparato legal e tecnológico para a preservação de documentos, diante do aumento da produção documental.

No período entre 1968 e 1971, a FGV realizou três turmas do Curso O papel da arquivística na documentação, no Instituto de Documentação da FGV, onde as aulas eram ministradas por Marilena Leite Paes. O curso era prático, e disseminava as práticas arquivísticas aprendidas com Maria Luiza Dannemann, no DASP. No período entre 1974 e 1983, a FGV ofereceu o Curso de Técnicas de Informação, com módulos de noções de documentação, arquivo, microfilmagem e processamento de dados (SILVA, 2010, p. 75).

Conforme Marques (2011, p. 207), na ausência de curso regular, os funcionários do Arquivo Nacional valiam-se dos cursos promovidos eventualmente pelo DASP, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), pelo Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT) e pela FGV.

Santos (2008) identifica como marcos da institucionalização da Arquivologia no Brasil: atuação do DASP, gestão de José Honório Rodrigues e criação do Sistema de Arquivos da Fundação Getúlio Vargas. Essa relação é relativizada por Eliezer Silva (2013, p. 57), tendo em vista que, conforme o autor, movimentações anteriores à década de 1970 não apresentaram o delineamento claro de um corporativismo que desejasse instituir um status

⁹² A SBPC é uma entidade civil, sem fins lucrativos ou posição político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. Desde sua fundação, exerce um papel importante na expansão e no aperfeiçoamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, bem como na difusão e popularização da ciência no País. SBPC. Quem Somos. Disponível em: <<http://portal.sbpcnet.org.br/a-sbpc/quem-somos/>> Acesso em 2 fev. 2019.

acadêmico-universitário combinado com a reserva legal de seu mercado à Arquivologia.

Preocupação presente nos relatórios de Rodrigues, Branche e Schellenberg, a questão da formação tornar-se-ia mais robusta a partir do final dos anos 1950. José Honório Rodrigues (1959, p. 65), por exemplo, refere-se ao estabelecimento do curso permanente para a formação de arquivistas, exigindo curso secundário completo. Tanto Rodrigues (1959, p. 49) quanto Henri Boullier de Branche (1975, p. 10) dedicaram um tópico de seus relatórios para a “formação de pessoal”.

Branche pondera em suas conclusões:

O esforço essencial do Arquivo Nacional deverá ser exercido no sentido da formação do pessoal técnico e, sobretudo, dos quadros. Essa formação deverá conduzir a criação de uma escola ou de uma série de cursos regulares que assegurem, no futuro, a formação e o recrutamento regular do pessoal do Arquivo Nacional e eventualmente dos estados (BRANCHE, 1975, p. 30).

Schellenberg (2015, p. 299)⁹³, por seu turno, recomenda a capacitação dos funcionários técnicos, a continuação dos cursos e treinamentos instituídos e o envio de funcionários aos Estados Unidos para especialização em métodos de reparos e restauração e em técnicas fotográficas.

Após a reforma regimental do Arquivo Nacional de 1958, os cursos de especialização do Arquivo Nacional passaram a funcionar em caráter regular. Dessa forma, em 1959, apesar das dificuldades nascidas da falta de dotação específica no orçamento, o Arquivo Nacional, com a ajuda financeira e material concedida pelo DASP, realizou o primeiro curso específico voltado a arquivos. Porém, somente a partir de 1960, com as instruções baixadas pela portaria 5, de 19 de agosto, é que os cursos passaram a ser realizados regularmente (AAB, A&A, v. 1, n. 1, 1973, p. 13).

Assim, surgiu o Curso Permanente de Arquivos, com duração de dois anos e exigência de ensino médio para ingresso. Embora um grande avanço, o curso não conseguiu capacitar pessoal suficiente para as demandas.

José Pedro Esposel chama a atenção para o preparo dos arquivistas no País, que, para ele, se achava reduzido a um insignificante número de iniciativas,

[...] dentre as quais o curso ministrado pelo Arquivo Nacional, em caráter regular, com matérias de nível universitário, mas sem a expressão e o reconhecimento que lhe são devidos. Acrescente-se ainda as aulas de técnica de arquivos dos cursos promovidos pelo DASP. Por isso mesmo acham-se os arquivos brasileiros, de uma forma geral, entregues a um pessoal sacrificado, que compensa com boa vontade e muita improvisação a ausência das informações específicas e indispensáveis ao eficiente exercício de seus misteres (RSP, 1968, v.101, n.3-4, p. 145).

De 1967 em diante, a ciência passou a fazer parte do discurso político brasileiro,

⁹³ Republicação do texto *Archival problems of the federal government of Brazil*, de Schellenberg, publicado originalmente em 1960.

que demonstra oficialmente interesse quanto aos rumos da ciência e da tecnologia. Isso se expressaria por meio dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), que estabeleceram a cooperação técnica internacional, preconizada por meio de acordos com o *United States Agency for International Development (USAID)*⁹⁴ e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ambos com vistas a fortalecer as instituições nacionais (SMITH, 1986, p. 64-66).

No que se refere às universidades, a modernização conservadora⁹⁵ que ocorreu no Brasil após a instalação do governo militar acarretou: a racionalização de recursos; a busca de eficiência; a expansão de vagas; o investimento na iniciativa privada; a organização da carreira docente; a criação de departamentos, em substituição ao sistema de cátedras; e o fomento à pesquisa e à pós-graduação. Para viabilizar tal modernização, enfatizou-se a adoção de modelos universitários vindos de países desenvolvidos, em particular dos Estados Unidos (MOTTA, 2014, p.15).

Neste contexto de desenvolvimento educacional, em 1972, o Conselho Federal de Educação (CFE) autorizou a criação de cursos de Arquivologia em nível superior⁹⁶ no âmbito universitário e profissionalizante no ensino de nível médio⁹⁷ (MONTEIRO, 1988, p. 81). Cabe salientar, neste mesmo ano, a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 20 de outubro de 1972, durante o primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia, como um importante agente incentivador do estabelecimento do campo

Consoante à autorização do curso, um acordo é firmado entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)⁹⁸ e o Arquivo Nacional⁹⁹, concedendo mandato universitário ao Curso Permanente de Arquivos, nos seguintes termos:

A universidade Federal do Rio de Janeiro, reconhecendo o alto valor do

⁹⁴ Sobre a USAID, consultar: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A Usaid e a influência norte-americana. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁹⁵ O termo *modernização conservadora*, no Brasil também chamado de “modernização autoritária”, foi desenvolvido por Barrington Moore Jr., sob influência marxista, ao publicar, em 1966, o livro *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Conforme Motta (2014, p. 11) não é novidade usar o termo *modernização conservadora* para explicar o que houve no Brasil após 1964. Segundo o autor, ao introduzir o termo, Moore Jr. defendia o argumento de que os processos de modernização seguiram caminhos diferentes em alguns países, nos quais tendências modernizadoras se mesclavam a forças conservadoras.

⁹⁶ O parecer 212, de 7 de março de 1972, do Conselho Federal de Educação, que autorizou as universidades brasileiras a organizarem o Curso de Arquivo em nível superior, fixou a duração e o currículo mínimo.

⁹⁷ O parecer 249, de 8 de março de 1972, reconheceu a habilitação técnica em Arquivologia para profissionalização no ensino médio.

⁹⁸ Alguns autores confundem Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), antiga Universidade do Brasil, com Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sucessora da FEFIERJ, institucionalizada com o nome “Universidade do Rio de Janeiro” apenas em 1979.

⁹⁹ O ato foi publicado no *Diário Oficial* de 25 de outubro de 1973.

CURSO PERMANENTE DE ARQUIVOS, criado em decorrência do Decreto n.º 15.596, de 2 de agosto de 1922 e organizado conforme o Regimento aprovado pelo Decreto número 44.862, de 21 de novembro de 1958 confere mandato universitário para realização do referido curso, sem quaisquer responsabilidades financeiras para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (AAB, A&A, v. 2, n. 1, 1974, p. 17, grifo do autor).

No ano seguinte, a resolução CFE 28, de 13 de maio de 1974, fixava os mínimos de conteúdo e a duração a serem observados pelo Curso de Arquivo. Após ser reconhecido como curso universitário, o Curso Permanente de Arquivos continuou sendo ministrado nas dependências do Arquivo Nacional. Somente em 1977¹⁰⁰, é que passou para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com o nome de Curso de Arquivologia.

Em razão de todos estes avanços, a década de 1970 é considerada o grande eixo cronológico para a demarcação do quadro institucional da Arquivologia no Brasil. Além dos eventos mencionados, Silva (2013, p. 71) destaca que a regulamentação profissional dos cargos de Arquivista e Técnico de Arquivo, em 1978¹⁰¹, marcou de forma definitiva o vínculo do campo de conhecimento com as instituições de ensino e as associações profissionais.

Entre 1977 e 1978, surgiram três cursos de graduação em Arquivologia em universidades que haviam sido criadas na década anterior: UNIRIO, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal Fluminense (UFF). Neles, a presença de disciplinas curriculares nas grades dos cursos, como, Paleografia e Diplomática, Fundamentos de Heráldica e Conservação e Restauração de Documentos, ao lado de muitas disciplinas introdutórias, como sinalizado por Monteiro (1988), manifestava o predomínio de disciplinas voltadas aos problemas típicos dos documentos de guarda permanente.

Nesse sentido, contrapõe-se a percepção do clássico artigo de Monteiro (1988, p. 82-84) de que tanto o currículo mínimo do CFE quanto os componentes curriculares dos três cursos superiores em funcionamento na década de 1980 orientavam-se para “atender com predominância à formação de profissionais em arquivo corrente, demanda que por ocasião da criação do curso se fazia premente devido ao crescimento acelerado da burocracia” (1988, p. 82).

Ao tratar do currículo mínimo do Conselho Federal de Educação, Barros (2015) afirma que o conjunto de disciplinas da primeira proposta¹⁰², a qual não seria aprovada

¹⁰⁰ Decreto 79.329, de 2 de março de 1977. Transfere à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) o Curso Permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional, com a denominação de Curso de Arquivologia, e dá outras providências.

¹⁰¹ Lei 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.

¹⁰² A primeira proposta de currículo mínimo do CFE continha as disciplinas: Técnica e Ciência dos Arquivos; História do Brasil; Geografia Geral e Cartografia; História do Direito e das Instituições Brasileira e Portuguesa; Notariado; Organização Administrativa e Constitucional Brasileira;

naqueles moldes, se voltava à formação de profissionais ligados aos arquivos medievais, o que significava “uma abordagem profundamente anacrônica, levando-se em conta não só as necessidades, mas também a realidade dos arquivos brasileiros” (BARROS, p. 181).

As disciplinas com essa conotação não seriam inseridas no currículo mínimo aprovado em 1974, no entanto, foram levadas para as grades curriculares dos três primeiros cursos em Arquivologia no Brasil, como podemos constatar no Anexo 2 deste trabalho.

Os raros cursos e o currículo inadequado às mudanças provocadas pelo aumento da burocracia não possibilitaram o Arquivo Nacional nem as universidades de formar profissionais para atender às demandas arquivísticas da Administração Pública.

Outra constatação percebida na análise das grades curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia é a presença constante da disciplina Documentação. Embora o campo não tenha Paul Otlet entre seus referenciais teóricos privilegiados, a disciplina foi estabelecida como item obrigatório no currículo mínimo do CFE e, obviamente, se replicou nos programas pedagógicos das primeiras universidades a institucionalizarem a graduação em Arquivologia no Brasil. Assim, a UNIRIO manteve a disciplina no currículo até 1990; a UFSM, até 2004; e a UFF, até 2006, sem, no entanto, estabelecer um diálogo entre os campos Documentação ou da Ciência da Informação.

Referente à formação, um dado relevante prende-se a prolongada ausência do curso técnico em arquivos nas escolas. Se cursos superiores foram implantados a partir de 1977¹⁰³, os cursos técnicos de arquivistas não tiveram igual sorte. Conforme Monteiro (1988, p. 80), faltou interesse por parte das escolas tanto públicas quanto particulares, apesar de a lei¹⁰⁴ ter proposto a criação de cursos profissionalizantes em todo o ensino do segundo grau. Por essa razão, embora regulamentada e criada, a carreira no serviço público federal¹⁰⁵ praticamente não existe¹⁰⁶.

Segundo Lima e Flores (2016, p. 18), a inexistência de formação de técnicos de arquivo faz com que o arquivista desempenhe essa função, sobretudo na esfera pública, na

Bibliografia; Genealogia e Heráldica; Paleografia, Diplomática e Sigilografia; Noções de Estatística; Noções de Contabilidade Geral e Pública; Francês e Inglês; Conservação de Documentos; Reprodução de Documentos e Informática (BARROS, 2015, p. 181)

¹⁰³ Além do curso levado do Arquivo Nacional, à Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro, em 1976, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) aprovou a criação da Graduação em Arquivologia, implantada juntamente com o curso superior, em 1977.

¹⁰⁴ Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

¹⁰⁵ Lei 7.446, de 20 de dezembro de 1985. Fixa os valores de retribuição do Grupo-Arquivo, do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências.

¹⁰⁶ Apenas em 2018, quarenta anos após a regulamentação da profissão, por iniciativa do estado de São Paulo, um curso técnico começou a ser oferecido de forma gratuita, por meio da Escola Técnica Estadual Parque da Juventude.

qual o cargo de técnico em arquivo vem sendo ocupado pelo profissional de nível superior. Conforme os autores, este fator descaracteriza as atribuições do arquivista, que acaba assumindo demandas técnicas e operacionais de menor complexidade, ao invés das ações estratégicas de alto nível com as quais deveria se ocupar.

Ao tratar de ensino profissional, Freidson (1996, p.143) expressa que o modo como o treinamento é institucionalizado nas profissões tem se mostrado importante na criação e extensão do discurso, das disciplinas e dos campos. Segundo ele, o fato de o corpo docente nas escolas de profissões se aplicar tanto ao ensino quanto à pesquisa aumenta não só a capacidade de uma profissão para justificar, adaptar e expandir sua jurisdição diante da concorrência de outras ocupações, como também a sofisticação do olhar da população leiga sobre ela.

De acordo com Monteiro (1988, p. 88), contrariando a trajetória da criação das profissões no Brasil, a regulamentação da carreira de arquivista surgiu simultaneamente ao início ao curso superior de Arquivologia.

Com o número insignificante de três cursos superiores em funcionamento, aliado a uma formação profissional qualitativamente insuficiente para atender a todo o espectro da atividade arquivística, a regulamentação da profissão, nos moldes em que foi concebida, fechou as portas a outras alternativas de capacitação, que poderiam, a curto e médio prazos, dar uma nova perspectiva à consolidação da profissão de arquivista (MONTEIRO, 1988, p. 88).

Conforme Monteiro (1988, p. 88), faltou ao legislador visão macro da realidade, o que se manifestou na carência de pessoal capacitado para atender à demanda da administração pública, com a criação do quadro de arquivistas no serviço público federal.

Dada a criação das primeiras graduações nas universidades a partir da segunda metade dos anos 1970, Jardim (1995) compreende que houve um frágil desenvolvimento cognitivo da Arquivologia no Brasil, em que a introdução na universidade e a regulamentação da profissão de arquivista e técnico de arquivo foram precipitadas, gerando mecanismos de exclusão e de inclusão no exercício da profissão, que, para o autor, encontram-se as raízes dos problemas atuais de ensino e de pesquisa em Arquivologia nas universidades brasileiras (JARDIM, 1995, p. 77-78).

O surgimento de três graduação entre 1977 e 1978 só seria superado, considerando o tempo e a quantidade de cursos, trinta anos depois, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Embora outras graduações na área tenham surgido antes, o Programa do Governo Federal possibilitou a criação de cinco graduações em Arquivologia entre 2008 e 2010¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Conforme Souza (2011, p. 92), as graduações foram criadas na Universidade Federal de Minas Gerais (Parecer da Câmara de Graduação 304/2008), na Universidade Federal do Amazonas (Resolução Consuni 051/ 2008), Universidade Federal do Rio Grande (Deliberação COEPE

Para Arboit, Bufrem e Kobashi (2011, p. 154), a crescente quantidade de graduações em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia nas instituições públicas de ensino é uma resposta à necessidade desses profissionais para atender à demanda de órgãos públicos, já que a maioria dos arquivos, bibliotecas e museus é de iniciativa do Estado, muito embora instituições privadas também componham essa demanda.

Atualmente, há no Brasil dezesseis cursos de graduação em Arquivologia¹⁰⁸, distribuídos em treze estados da Federação. Entre estes, todos bacharelados presenciais, metade teve início a partir de 2006. Além do mencionado programa, Silva (2014, p. 204) ressalta que a criação progressiva dos cursos na área se deveu também à flexibilização curricular, estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996.

Embora presente em todas as regiões geográficas brasileiras, a graduação ainda representa uma lacuna em metade das unidades da Federação. Isso significa que, passados mais de quarenta anos da introdução da Arquivologia na universidade, ainda não se conseguiu atender à demanda nacional em termos de quantidade de cursos e de profissionais graduados.¹⁰⁹

Para articular o exposto, o próximo capítulo se ocupa da análise dos artigos selecionados da *Revista do Serviço Público*, tendo em vista o fato de neles constar temas afinados com a Arquivologia.

014/2008), Universidade Federal da Paraíba (Resolução CONSEPE 41/2008) e na Universidade Federal Santa Catarina (Resolução CEG 021/2009).

¹⁰⁸ 1. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 1977; 2. Universidade Federal de Santa Maria, 1977; 3. Universidade Federal Fluminense, 1978; 4. Universidade de Brasília, 1991; 5. Universidade Estadual de Londrina, 1998; 6. Universidade Federal da Bahia, 1998; 7. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000; 8. Universidade Federal do Espírito Santo, 2000; 9. Universidade Estadual Paulista, 2003; 10. Universidade Estadual da Paraíba, 2006; 11. Universidade Federal da Paraíba, 2008; 12. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008; 13. Universidade Federal do Amazonas, 2008; 14. Universidade Federal do Rio Grande, 2008; 15. Universidade Federal Santa Catarina, 2010; 16. Universidade Federal do Pará, 2011. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 out. 2018.

¹⁰⁹ Dados do VIII Congresso Nacional de Arquivologia apontam para o registro no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de 5.062 arquivistas e de 2.083 técnicos de arquivo.

3 ARQUIVOLOGIA NA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

Este capítulo tem por objetivo analisar a presença de temas referentes à Arquivologia na *Revista do Serviço Público*, com ênfase no período de 1960 a 1989. Apresentam-se os resultados alcançados, utilizando a análise de conteúdo enquanto procedimento metodológico adotado, sobretudo para a seleção dos textos.

Em decorrência dos avanços técnicos e tecnológicos alcançados na Modernidade, o conteúdo disseminado pelas comunicações adquiriu materialidade para converter-se em elemento de análise científica. Nesse sentido, a análise de conteúdo é um procedimento de pesquisa voltado à análise das comunicações, já bastante consolidada nos estudos qualitativos. Foi adotada neste trabalho tendo por referência a proposta de Laurence Bardin.

Sem excluir outros tipos de mensagens, a análise de conteúdo trata de modo especial dos documentos transformados em “textos” para serem lidos e interpretados.

[...] os textos, mais usualmente utilizados em pesquisa são documentos escritos que podem ter a forma de livro, jornal, revista, artigos, histórias de vida, cartazes de publicidade, ou transcrições de conferências ou relatos, de entrevistas ou questionários, de aulas, ou discussões em grupo dos quais se procura extrair e analisar o conteúdo patente ou latente que conservam (CHIZZOTTI, 2006, p. 114).

Bardin (2011, p. 34) pondera que, em última análise, qualquer comunicação, deveria poder ser escrita e decifrada com base nas técnicas de análise de conteúdo. A autora define assim a análise de conteúdo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 44).

Esse procedimento trata-se de um método empírico e bastante variável, dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que tem por objetivo. Não existe *prêt-à-porter* em análise de conteúdo, embora algumas regras básicas e modelos possam ajudar. Isso significa que a técnica adequada ao domínio e ao objetivo pretendido em cada pesquisa precisa ser reinventada a cada momento (BARDIN, 2011, p. 32).

De acordo com Franco (2007), o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, que pode ser verbal (oral ou escrita), gestual, figurativa, documental ou diretamente provocada. A autora pondera que um dado sobre o conteúdo de uma mensagem deve estar relacionado, no mínimo, a outro dado. Isto é, toda análise de conteúdo implica comparações contextuais que envolvem evolução histórica, situações econômicas e socioculturais e acesso aos códigos linguísticos, entre outros elementos que configuram as mensagens enquanto construções sociais (FRANCO, 2007, p. 19-20).

Este tipo de análise pressupõe, portanto, que um texto contém significados e sentidos, explícitos e ocultos, que podem ser apreendidos por meio da interpretação da mensagem nele contida, utilizando-se de técnicas sistemática apropriadas (CHIZZOTTI, 2011, p. 117).

Minayo afirma que, do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo parte de uma leitura preliminar para atingir um nível mais profundo, para além dos significados manifestos do material.

Para isso, geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e a articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processo de produção da mensagem (MINAYO, 2014, p. 308).

Minayo (2014) enumera várias modalidades de análise de conteúdo, dentre as quais cita as análises: lexical, temática, de expressão, de relações e de enunciação. Destas, serão focadas as duas primeiras, por melhor contemplarem nossa pesquisa.

Uma análise lexical inicia-se com a contagem das palavras, para a identificação e o dimensionamento do texto em estudo. Para operacionalizá-la, o pesquisador trata o conteúdo de um texto mediante a identificação do número total de ocorrências de uma ou mais palavras, podendo classificá-las de acordo com a ordem de produção de significados (verbos, substantivos e adjetivos e artigos e preposições). A partir de então, o analista reduz o número de vocábulos significativos, por meio de uma análise controlada, eliminando, por exemplo, os artigos e preposições ou as palavras que julgar sem importância para a execução do objetivo (MINAYO, 2014, p. 309-310).

A análise temática está ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto. Consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem algo para o objeto analítico da pesquisa. Tradicionalmente, era feita pela contagem da frequência das unidades de significação. Para uma análise de significados, a presença de determinados temas denota estruturas de relevância, valores de referência e modelos de comportamento presentes ou subjacentes ao discurso (MINAYO, 2014, p. 316). Logo, a análise lexical está inserida na análise temática.

Bardin (2011, p. 121) organiza a análise de conteúdo em três fases distintas: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira, organiza e sistematiza as ideias iniciais. Consiste de cinco etapas: leitura flutuante, na qual o pesquisador se permite tomar das primeiras impressões sobre o objeto; escolha dos documentos, que consiste na seleção e delimitação do material analisado; formulação das hipóteses e dos objetivos; referência dos índices e elaboração de indicadores, por exemplo, a frequência de um termo ou de um tema no material; e preparação do material, que pode ser uma padronização ou algum tipo de edição.

A segunda fase da análise de conteúdo trata da exploração do material. Consiste nas operações de codificação, decomposição ou enumeração, com base em regras previamente formuladas. Fundamenta-se na definição de categorias (codificação) e na identificação das unidades de registro e das unidades de contexto. A codificação corresponde a uma transformação sistemática dos dados brutos por recorte, enumeração ou agregação em unidades que permitem a representação do conteúdo ou de sua expressão. É suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto e pode servir de índice para a pesquisa (BARDIN, 2011, p. 129).

O critério fundamental da análise de conteúdo é o fragmento do texto: a palavra ou o termo, considerando-os como a menor unidade textual e, como tal, passível de análise da frequência com que aparecem, considerando, inclusive, as preferências, as ambiguidades e as omissões. As palavras são reunidas em torno de categorias, isto é, de um conceito ou atributo, com certo grau de generalidade, que confere unidade a um agrupamento de palavras ou campo de conhecimento, em função da qual o conteúdo é classificado, quantificado, ordenado ou qualificado. Por exemplo: saúde: física, mental e emocional; opinião: favorável ou desfavorável (CHIZZOTTI, 2011, p. 117).

A terceira fase, na concepção de Bardin, diz respeito ao tratamento dos resultados por meio da inferência e da interpretação. Os dados brutos são tratados de maneira a se tornarem significativos e válidos. Neste sentido, a inferência é o processo de dedução lógica que permite a passagem, explícita e controlada, da descrição para a interpretação.

Transpondo o procedimento metodológico proposto para a efetivação desta pesquisa, inicia-se o estudo por meio da leitura flutuante em todos os sumários da RSP do interstício estudado. Essa leitura inicial conduzirá à identificação de textos relacionados a temas de interesse da Arquivologia.

Outra forma de selecionar partes da revista que tratem dos documentos arquivísticos será pela análise léxica, operacionalizada por meio da sistematização da ocorrência no periódico do vocábulo *arquivo* e de suas variantes, tomando como ponto de partida a pesquisa do radical *arquiv*, para considerar o maior número de manifestações. A busca pelo radical foi realizada de forma eletrônica (Ctrl + Shift + F) nas edições da *Revista do Serviço Público* disponíveis em formato .pdf no website da Escola Nacional de Administração Pública¹¹⁰.

¹¹⁰ Embora não tenha sido preocupação formal do estudo averiguar a qualidade da digitalização do material pesquisado, a cópia de partes do periódico em editor de texto simples não demonstrou ilegitimidade de caracteres, mesmo que especiais. Isso nos fez pressupor que a tecnologia de reconhecimento ótico utilizada no processo pode ser considerada de boa qualidade.

O próximo passo constituiu na criação de categorias enquanto rubricas ou classes que reúnem grupos de elementos – conforme Bardin (2011, p. 145-146), unidades de registro –, sob um título genérico, agrupado em razão das características comuns destes elementos.

A eleição de categorias é fundamental, por condensar um significado a partir das unidades vocabulares. A definição das categorias depende da natureza da pesquisa e das particularidades dos dados, razão pela qual nem sempre é fácil definir as categorias de antemão (CHIZZOTTI, 2011, p. 117).

3.1 Arquivos na *Revista do Serviço Público*

O interstício explorado na revista contempla a existência do quantitativo de 73 edições, sendo 51 publicadas entre 1960 e 1974, ano em que foi interrompida pela primeira vez, e 22 após a retomada entre 1981 e 1989. Nos sumários de cada edição pesquisada, foram localizados 27 artigos cuja temática evidenciada nos títulos se refere de forma direta a documentação, sistemas de informação ou Arquivologia. No Anexo 3, estão condensados tais resultados. Neste caso, consideram-se, inclusive, 4 artigos relacionados diretamente a Biblioteconomia¹¹¹.

Quando se efetuou a leitura dos artigos selecionados dessa forma, verificou-se que poucos deles se referiam, de fato, à Arquivologia.

Seguindo a proposta de pesquisa, de forma mais direcionada, passou-se a considerar o teor dos artigos por meio da busca do radical *arquiv* nas edições, obtendo-se 821 resultados, considerando todo o período de análise.

Evidente que o uso do termo, às vezes, é meramente contextual, por exemplo: *informação extraída de arquivos*, *processo arquivado*, bem como termos ligados a informática, como, *memórias de arquivamento*, ou notas de rodapé. Dessa forma, por não se referirem diretamente à problemática estudada, foram desconsideradas, pois, tais expressões na reflexão de Bardin, são *palavras instrumento*, isto é, palavras funcionais de ligação. Deveu-se apenas na análise das *palavras plenas*, que se referem aos vocábulos portadores de sentido (BARDIN, 2011, p. 78-79).

A partir deste ponto, procedeu-se à eleição de textos em que o radical fosse citado de forma plena – no mínimo três vezes –, para elaborar o quadro do Anexo 1. Daqueles 27

¹¹¹ FONSECA, Edson Nery da. A importância da Biblioteca nos Programas de Alfabetização e Educação de Base. RSP, ano 1962, v.94, n.3, jul./set. 1962. p. 99-108; VICENTINI, Abner Lellis Correa. da Biblioteconomia à Informática. RSP, ano 1970, v.105, n.3, set./dez. 1970. p. 251-296; FONSECA, Edson Nery da. O Catálogo Coletivo como Instrumento de Coordenação entre Bibliotecas. RSP, ano 1972, v.107, n.1, jan./abr. 1972. p. 81-96; FONSECA, Edson Nery da. Sobre a (Inexistente) Rede Nacional de Bibliotecas Exigida pelo SNICT. RSP, ano 1974, v.109, n.2, abr./jun. 1974. p. 79-92.

textos identificados inicialmente nos sumários, apenas 8 permaneceram na seleção composta por 14 textos, em que, no processo de escolha, buscou-se respeitar as regras de homogeneidade e de pertinência de Bardin. A primeira significa que os documentos – no caso, os artigos –, devem obedecer a critérios precisos de escolha, não apresentando demasiada singularidade, para que permitam a comparação. Já a regra da pertinência indica que os documentos devem ser adequados enquanto fonte de informação, de modo a revelarem correlação com os objetivos da análise (BARDIN, 2011, p. 122-124).

A seleção de artigos ou partes da *Revista do Serviço Público*, constantes do Anexo 1, constituirá o *corpus* de documentos a serem submetidos ao procedimento de análise. Para corroborar a hipótese de que a Arquivologia enquanto campo científico em ascensão pode ser detectado nas páginas da *Revista do Serviço Público*, procurou-se sintetizar, a partir dos textos, as seguintes questões: 1^a) campo de estudo ou de atuação dos autores ou partícipes; 2^a) orientação do texto, se predominantemente técnico ou científico; e, 3^a) quanto aos temas de interesse da Arquivologia, o que o conteúdo aborda?

A partir da leitura atenta dos textos, buscou-se elaborar as inferências, tendo como ponto de partida o contexto da Administração Pública em que ocorreu a institucionalização da Arquivologia no Brasil.

3.1.1 Artigos selecionados

Os termos encontrados demonstraram diversas formas de preocupação com os serviços de arquivo. A seguir, adentra-se nos textos selecionados, cuja referência completa optou-se por deixar em nota de rodapé para não sobrecarregar a leitura do trabalho.

Documentação profissionalizada: formação, seleção, e aperfeiçoamento do documentarista. SILVA (1960)¹¹².

Artigo de Felon Silva, bacharel em Direito, assistente de administração e professor dos cursos de administração do DASP.

O texto selecionado define Documentologia como a ciência que estuda, organiza e administra o documento. Compõe-se de outras ciências, como: Arquivologia (a ciência dos arquivos), Iconografia, Bibliografia, Museologia, Paleografia, Epigrafia, Arqueologia, Numismática, Sigilografia e Relacionomia (RSP, 1959, v. 83, n. 2, p. 145-146).

Na mesma linha temática deste artigo e com argumentos semelhantes, Silva publicou na RSP, em 1959, “Metodologia da documentação” e “Nomenclatura e terminologia

¹¹² SILVA, Felon. Documentação profissionalizada: formação, seleção, e aperfeiçoamento do documentarista. *Revista do Serviço Público*, ano 1960, v. 86, n. 1. p. 55-59.

da documentação”.

Silva aborda o desenvolvimento da documentação nos contextos americano, europeu e brasileiro. Ele menciona a criação do curso de Biblioteconomia, em 1911, na Biblioteca Nacional¹¹³, e cita o decreto 15.670/1922, que criou "o curso tecnico, destinado a habilitar os candidatos ao cargo de amanuense da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional e ao de 3º oficial do Museu Histórico Nacional".

Ao mencionar tal legislação, o autor conduz à reflexão sobre a relação entre as três instituições que participariam do curso técnico. A Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional instituíam o curso em 1922, por meio de decreto¹¹⁴. O Arquivo Nacional faria o mesmo no ano seguinte¹¹⁵. No entanto, conforme Marques (2011, p. 151), o ensino técnico no campo dos arquivos nunca chegaria a funcionar.

Fenelon Silva complementa que os organismos de documentação começaram a se formar no Brasil em 1940, quando o DASP criou o Serviço de Documentação, sendo seguido por outras instituições públicas. O autor apresenta o DASP como o primeiro órgão a promover curso na área de Documentação e, também, concurso para documentarista.¹¹⁶

O artigo tem por principal objetivo tratar da qualificação e da especialização em documentação, na compreensão do autor, por meio da graduação em Documentologia.

Já é tempo de se estruturar, no Brasil, o Curso de Documentologia em nível universitário, que abranja cadeiras de **Arquivologia**, Iconografia, Museografia, Bibliologia, Filmografia e Relacionômica (relações públicas); e que, de início, êsse curso integre a Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil (RSP, 1960, v. 86, n. 1, p. 59, grifo nosso).

Documentologia e informatologia são, segundo Jean Meyriat¹¹⁷ (2016, p. 250), as duas grandes disciplinas da Ciência da Informação. O termo aplica-se, segundo a tradução deste autor, ao estudo do sistema técnico-social da produção e da difusão da informação, com ênfase no documento, suporte material que permite tal difusão.

Bibliotecário e documentalista: uma divergência e um problema. LASSO DE LA VEGA (1960)¹¹⁸.

¹¹³ Decreto 8.835, de 11 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Bibliotheca Nacional.

¹¹⁴ Decreto 15.596, de 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento; e decreto 8.835, de 11 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Bibliotheca Nacional.

¹¹⁵ Decreto 16.036, de 14 de maio de 1923. Aprova o regulamento para o Archivo Nacional.

¹¹⁶ Neste caso e em outros é registrada a grafia documentarista, no lugar de documentalista. Nos artigos em que isso ocorreu, optou-se por manter a transcrição original.

¹¹⁷ Na seleção de textos desta análise, há um artigo de Meyriat (texto 8), que é autor em evidência na *Revista do Serviço Público*, seja em publicações próprias ou pela citação dele.

¹¹⁸ LASSO DE LA VEGA, Javier. *Bibliotecário e documentalista: uma divergência e um problema.* Revista do Serviço Público, ano 1960, v. 86, n. 3. p. 137-155.

Tradução de texto do autor espanhol especialista em documentação Javier Lasso de Veja (1892-1990).

Trata da gênese da documentação, de forma paralela ao desenvolvimento da Biblioteconomia, da Idade Antiga até o século XX.

Identifica o documentalista como um novo profissional que, conforme De La Vega, se diferencia do bibliotecário em decorrência de dois fatores principais: abrangência das atividades, considerando a produção de documentos em diferentes suportes; e conhecimento especializado que deve possuir, pois “cumpre ao documentalista ordenar os documentos, resumi-los e seleccioná-los, para que possam servir ao público, sob formas especiais” (RSP, 1960, v. 86, n. 3, p. 151).

O autor evidencia o conflito profissional entre documentalistas, arquivistas, bibliotecários e museologistas, devido ao fato de estes profissionais interpretarem que a documentação adentra de forma inaceitável suas atividades profissionais.

A nova atividade [documentação] originou constante divergência entre documentalistas e bibliotecários, inclusive com **arquivistas** e museologistas, por haverem interpretado sua aplicação como uma intromissão inaceitável no campo próprio de suas atividades profissionais (RSP, 1960, v. 86, n. 3, p. 149, grifo nosso).

O texto esclarece aspectos relacionados ao surgimento da profissão de documentalista e à sobreposição de competências entre as categorias profissionais. Sugere, como forma de resolver o embate a abertura do campo de atuação biblioteconômico a profissionais portadores de diploma de qualquer curso de nível superior que se especializassem no campo, condicionando sua atuação em serviços de referência relacionados a seus títulos acadêmicos originários.

Projeto da Escola Interamericana de Administração. SILVA (1962)¹¹⁹.

De autoria de Benedicto Silva, que ocupou diversos cargos públicos, inclusive no Departamento Administrativo do Serviço Público. O autor foi diretor do Instituto de Documentação da FGV e um dos fundadores da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP/FGV).

O artigo apresenta o projeto da Escola Interamericana de Administração (EIAP), da FGV, em nível de pós-graduação, cujo projeto piloto seria implantado em 1962, sob a orientação de órgãos internacionais, inclusive do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A EIAP foi de fato instituída em 3 de agosto de 1964. Destinava-se a ser um centro de estudos, pesquisas e ensino de alto nível em Administração Pública para os países do continente americano. Foi extinta em 1988, em função das dificuldades de renovação do

¹¹⁹ SILVA, Benedicto. Projeto da Escola Interamericana de Administração. Revista do Serviço Público, ano 1962, v.94, n.3, jul./set. 1962. p. 7-30.

convênio entre a FGV e o BID, que, a princípio, deveria mantê-la financeiramente¹²⁰.

O texto selecionado relaciona-se à qualificação profissional. As ocorrências de temas referentes à Arquivologia se referem ao currículo da pós-graduação em Administração. Este deveria ser composto, entre outras disciplinas especializadas e suplementares, pela cadeira de Documentação Administrativa, que incluía as subdisciplinas Arquivologia e Teoria e Prática de Documentação.

Em rasa pesquisa procedida nos Relatórios de Atividades da Escola entre 1964 e 1986, disponíveis no repositório digital¹²¹ da FGV, não se constatou materialidade suficiente para afirmar que as disciplinas propostas foram implementadas.

*Comissão de Acumulação de Cargos: processo 2.635-65. PARECERES (1967)*¹²². Parecer técnico-jurídico publicado na seção Jurisprudência Administrativa da *Revista do Serviço Público*. Documentos dessa natureza eram divulgados na RSP em seções diversas, às vezes, denominadas “Documentário” ou “Legislação”.

No parecer, o DASP analisa o processo 2.635-65, de interesse do professor José Pedro Pinto Esposel, escriturário do Banco do Brasil, que exercia atribuições próprias de documentarista e era ocupante do cargo de professor assistente da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, da Universidade Federal Fluminense (UFF). No caso em questão, o professor requeria sanção do direito de lecionar, com base na possibilidade legal de acumulação de cargos.

No ato expedido, após um primeiro parecer do DASP, que reconhecia Esposel como atuante de função equivalente à de “arquivista/documentalista” no Banco do Brasil, o banco havia devolvido o processo para reanálise, contestando a existência daqueles cargos na instituição.

Para o questionamento provocado pelo banco, o DASP reafirmava no dispositivo em questão o entendimento de que as tarefas ou os encargos atribuídos ao requerente eram de relevância e complexidade, razão pela qual poderiam ser considerados de natureza técnica ou científica para efeito de acumulação de cargo.

E um Escriturário, letra F. de reconhecida qualificação, que trabalha na Seção de Arquivo na Agência Centro do Rio de Janeiro, pode ser ocupado com tarefas ou encargos próprios de Arquivista ou Documentarista, embora sem ocupar cargos êsses nomes ou assim ser necessariamente chamado (RSP,

¹²⁰ Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8870>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

¹²¹ Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8870>>. Acesso em: 01 mar. 2019. Ver também: MATTOS, Alexandre Morgado. A Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP), *Revista do Serviço Público*, ano 1965, v.97, n.2, p. 65-76.

¹²² PARECERES. Comissão de Acumulação de Cargos: processo 2.635-65. *Revista do Serviço Público*, ano 1967, v.99, n.1-2, jan./jun, 1967. p. 119-122.

1967, v.99, n.1-2, p.121).

O parecer concluía que as atividades exercidas por Esposel poderiam ser equiparadas às funções de arquivista ou de documentarista, reconhecidamente de natureza científica, independente de como o banco as denominasse.

Arquivologia e desenvolvimento. ESPOSEL (1968)¹²³.

O requerente do texto anterior, coincidentemente, é autor no quinto texto selecionado. Escrito pelo professor José Pedro Pinto Esposel (1931-2018), entusiasta da Arquivologia brasileira, formado pelo Curso Permanente de Arquivos, do Arquivo Nacional, graduou-se em História, Geografia e Direito. Entre outras instituições, atuou na chefia do Arquivo do Banco Central, no Rio de Janeiro. Entre as ações voltadas ao campo da Arquivologia, esteve à frente da fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (1971), da organização do primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia (1972), e do lançamento do primeiro periódico destinado ao campo da Arquivologia no Brasil, a revista *Arquivo & Administração* (1972).

Esposel fundou o curso de graduação em Arquivologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1978, e colaborou para a implantação da graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Ícone deste campo de conhecimento no País, foi militante da regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, alcançada em 1978. Publicou o livro *Arquivos: uma questão de ordem* (1994).

O artigo trata da institucionalização da Arquivologia, associando os serviços de arquivo e o acesso à informação estratégica ao desenvolvimento administrativo, social e científico brasileiro.

Embora cite Schelleberg, Esposel define Arquivologia com base no arquivista argentino de origem croata Aurélio Tanodi, compreendendo-a como disciplina auxiliar da Administração e da História, cujo conteúdo abrange diversos aspectos, como, teoria e conceitos gerais, conservação material e restauração de documentos, conjunto de técnicas utilizadas para organização e administração de documentos, história dos arquivos e o corpo de doutrinas legais e regulamentares que lhes dá fundamentação jurídica.

Hoje em dia não se pode conceber um Estado moderno sem uma rede organizada de arquivos que recolha a massa de papéis públicos e a organize para pôr a documentação assim reunida à disposição das autoridades e que ao mesmo tempo funcione como centros privilegiados de pesquisa histórica nacional (RSP, 1968, v.101, n.3-4, p. 144).

O autor identifica a ausência de ações voltadas à formação de arquivistas no Brasil, que se achava reduzida à iniciativa do Arquivo Nacional, em reconhecido momento de

¹²³ ESPOSEL, José Pedro. Arquivologia e desenvolvimento. RSP, ano 1968, v.101, n.3-4, jul./dez. 1968. p. 136-145.

excepcional aumento da produção documental. Mediante comparação de instituições nacionais com serviços de arquivos franceses e americanos, reconhece o despreparo das entidades brasileiras responsáveis pela custódia de documentos.

Esposel é otimista ao vislumbrar indícios de uma nova mentalidade para o trato dos arquivos no Brasil, o que para ele se confirmava por meio da estruturação do Conselho de Administração de Arquivos, subordinado ao Ministério da Justiça, da regulamentação da microfilmagem¹²⁴ de documentos oficiais, da expectativa de uma lei que implantaria o Sistema Nacional de Arquivos e do reconhecimento da necessidade de formação de pessoal em nível universitário para atender às demandas repressadas.

O Conselho de Administração de Arquivos fazia parte da estrutura organizacional do Arquivo Nacional desde o decreto 44.862/1958, de Honório Rodrigues. Sua competência estava voltada para a definição de normas para preservação, acesso, recolhimento, termos técnicos e vocabulário e assistência a outras instituições arquivísticas.

O artigo de Esposel é referenciado por muitos estudiosos do campo, como Jardim (1995) e Santos (2014). Ele é importante porque, embora muitos dos marcos institucionais da Arquivologia se situem ao longo dos anos 1970, o texto evidencia que a militância da causa arquivística está presente e é encaminhada desde a década anterior.

O Futuro “estatelante” da documentação administrativa. SILVA (1969)¹²⁵.

O texto do já mencionado autor Benedicto Silva é a transcrição de uma palestra apresentada em seminário do DASP. O documento aborda de forma filosófica e científica a importância que a tecnológica começou a desempenhar no processamento da documentação administrativa, possibilitando a automatização dos acervos, mediante o aumento da produção documental.

[...] o que se encontra nos estaleiros tecnológicos em matéria de documentação administrativa, já em fase operacional, ou ainda experimental, é tão avançado, ou tão nôvo, ou tão diferente, ou tão inusitado, que nenhuma outra expressão poderá descrever melhor do que esta: revolução documentalística (RSP, 1969, v.104, n.3, p. 117).

Ainda que não seja um texto especificamente voltado aos arquivos nem mencione o conceito de documentação de Paul Otlet, o artigo aborda arquivo, documentação e informação, sem se aprofundar em especificidades. No entanto, trabalha a ideia de ciclo de informação.

O ciclo da documentação abrange certo número de fases, ou etapas, das quais as mais importantes, salvo melhor juízo, são as seguintes: a reunião [aquisição, permuta, reprodução ou empréstimo], o processamento

¹²⁴ O autor refere-se à lei 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências.

¹²⁵ SILVA, Benedicto. O Futuro «estatelante» da documentação administrativa. RSP, ano 1969, v.104, n.3, mai./dez. 1969. p. 117-130.

[indexação], a armazenagem ou guarda, a recuperação [busca, localização, apresentação ou reprodução de determinado documento existente ou indexado, num centro de informações] e o uso (RSP, 1969, v.104, n.3, mai./dez. 1969. p. 120).

Embora não se possa fazer comparações, sob o risco de parecer anacrônico, a observação de Silva conduz a uma reflexão sobre as funções arquivísticas propostas por Rousseau e Couture (1998, p. 265): criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos arquivos.

No texto, as ocorrências da palavra *arquivo* se relacionam à informatização e à centralização dos procedimentos de sistemas de arquivos. Em certo grau, é impregnado de romantismo, ao supor que o computador substituiria com eficiência não apenas as ações objetivas, mas todas as ações e criações cognitivas e subjetivas humanas, como, a poesia e o cinema. Ao mesmo tempo, é imbuído da fobia da tecnologia, ao considerar que, por meio dos dispositivos eletrônicos, o cidadão seria vigiado, regulamentado e devassado de tal maneira que as próprias inclinações e pensamentos seriam objeto de inquisição do governo, das instituições ou de outros indivíduos, como a distopia presente em *1984*, de George Orwell.

O artigo é contemporâneo ao período mais contundente do regime militar. Por isso, é pertinente inferir que, ainda que de forma subjetiva e não intencional, o autor associa a *tecnofobia* ao controle governamental vigente à época, tanto no Brasil como em outros países da América Latina.

*Palavras de encerramento do diretor-geral do DASP (1969)*¹²⁶.

De autoria do belo-horizontino Glauco Antônio Lessa de Abreu e Silva (1914-2000), formado pela EBAP/FGV, que, entre os cargos que ocupou, foi diretor do DASP entre 1969 e 1974, e ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão pelo qual se aposentou.

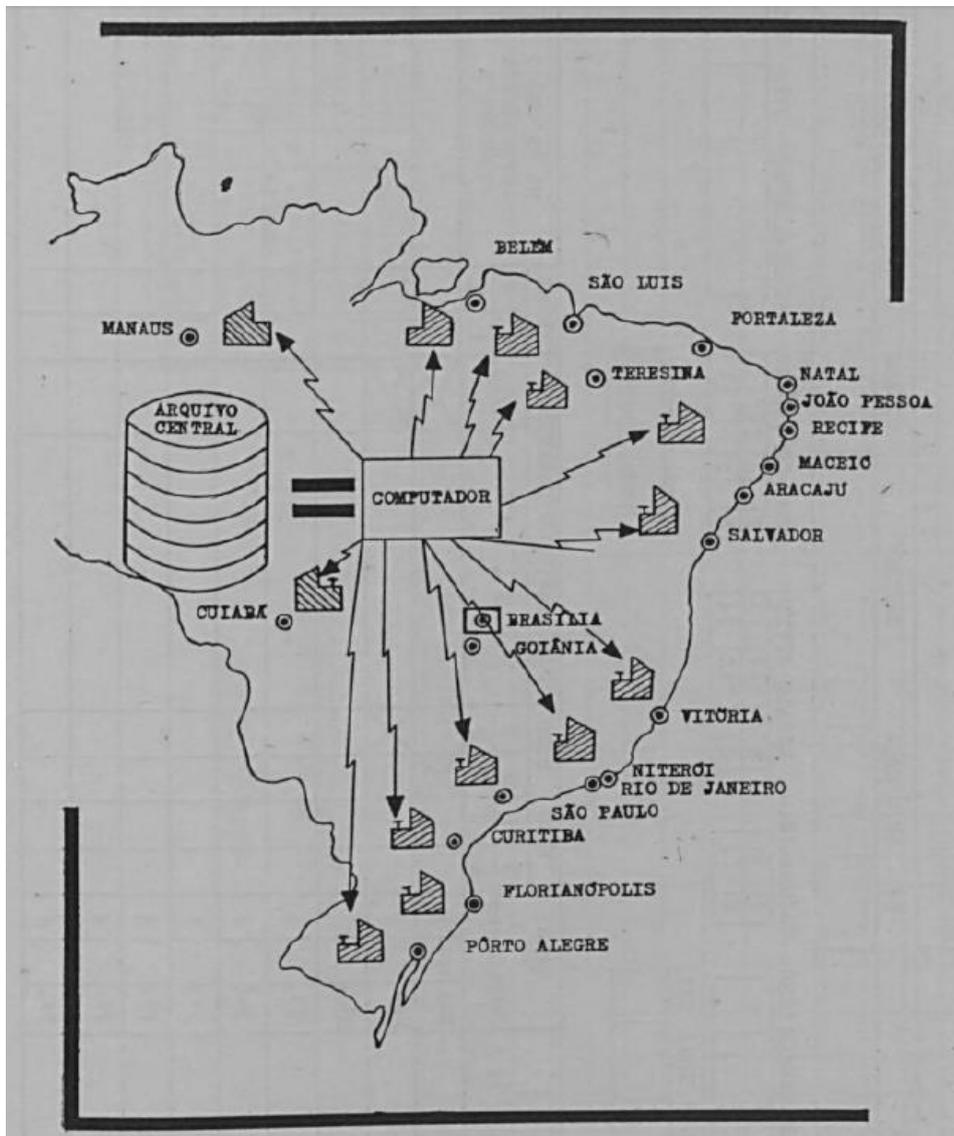
Trata-se de pronunciamento em uma reunião de diretores e chefes de pessoal promovida pelo DASP em outubro de 1969.

É um texto filosófico de um mundo idealizado, embora apresente diversas orientações e recomendações de caráter técnico, provenientes da reunião em questão.

Chama atenção a proposta para o estabelecimento de sistema de controle informatizado de cadastro de pessoal. Neste caso, o Arquivo Central é visualizado como um grande banco de dados, composto por registros magnéticos. Esta central de informação, materializada em um sistema computadorizado de arquivos, deveria ser capaz de reunir, processar e atualizar dados para serem transmitidos a longas distâncias, por meio de um sistema de comunicação eficiente.

¹²⁶ Palavras de encerramento proferidas pelo Prof. Glauco Lessa de Abreu e Silva, diretor-geral do DASP. RSP, ano 1969, v.104, n.3, mai./dez. 1969. p. 192-216.

Ilustração 3 – Representação da proposta de banco de dados centralizado de cadastro de pessoal



Fonte: RSP, 1969, v.104, n.3, mai./dez. 1969. p. 203.

Em meados dos anos 1960, a palavra *dado* ganha notoriedade na RSP. O processamento eletrônico de informações passa a ser visto como instrumento de trabalho para atender a Administração. Proposições de informatização de serviços, inclusive de arquivos, começam a ser apresentados nos artigos, tal como percebido neste e em outros textos contemporâneos.

Guia para o estabelecimento de centros nacionais de documentação de Ciências

Sociais nos países em via de desenvolvimento. MEYRIAT (1970)¹²⁷.

Tradução de texto do documentalista francês Jean Meyriat (1921-2010), um dos pioneiros das Ciências da Informação e da Comunicação. Autor em evidência na *Revista do Serviço Público* também enquanto referência para outros autores que abordam a temática documentação.

Apesar de a publicação tratar-se de extenso guia para o estabelecimento de centros de documentação, na introdução o autor explica que não se trata da coletânea de informações técnicas, mas de um direcionamento para a política geral a ser seguida no estabelecimento de centros de documentação.

Pondera-se, entretanto, que as diversas orientações práticas, tais “técnicas modernas de arquivo nos países tropicais”, e a indicação de materiais e meios de armazenamento a serem utilizados naqueles caracterizam orientações eminentemente pragmáticas. Todavia, o artigo referencia os arquivistas Yves Pérotin e Michel Duchein.

Os funcionários públicos no sistema neozelandês do ombudsman. WEEKS (1972)¹²⁸.

Tradução do artigo do professor norte-americano de Ciência Política Kent M. Weeks, apresentando o resultado de levantamento feito sobre os efeitos do ombudsman¹²⁹ na Nova Zelândia. O autor pesquisou os resultados da atuação do ouvidor sobre os chefes de departamento e funcionários públicos em geral, com base nos arquivos de reclamações e na aplicação de questionários e entrevistas aos funcionários.

O artigo reconhece que, a partir das auditorias instauradas, determinados departamentos empregavam mais tempo na manutenção dos documentos de arquivos, por preverem o exame destes pelos auditores. No entanto, na opinião da maioria dos entrevistados (chefes de departamentos e funcionários públicos) o sistema do ombudsman não resultou em um aumento de trabalho de arquivo para eles.

O serviço de arquivo é percebido como instrumento estratégico, que dá suporte às auditorias enquanto fonte de informação, e, ao mesmo tempo, é aperfeiçoado por essa demanda, tornando-se mais eficiente.

¹²⁷ MEYRIAT, Jean. Guia para o estabelecimento de centros nacionais de documentação de Ciências Sociais nos países em via de desenvolvimento. RSP, ano 1970, v.105, n.2, mai./ago. 1970. p. 207-291.

¹²⁸ WEEKS, Kent M. Os funcionários públicos no sistema neozelandês do ombudsman. RSP, ano 1972, v.107, n.2, mai./ago. 1972. p. 167-176.

¹²⁹ Conforme o Houaiss (2009), ombudsman, é a pessoa encarregada pelo Estado de defender os direitos dos cidadãos, recebendo e investigando queixas e denúncias de abuso de poder ou de mau serviço por parte de funcionários ou instituições públicas. Em empresas públicas ou privadas, é o indivíduo encarregado do estabelecimento de um canal de comunicação entre consumidores, empregados e diretores. Palavra sueca equivalente a “ouvidor”.

A função de ombudsman popularizou-se nos Estados Unidos nos anos 1960. Julga-se conveniente apresentar o texto tanto para indicar a sintonia entre a RSP e as proposições administrativas norte-americanas quanto para evidenciar o mesmo tipo de argumento, apontando o serviço de arquivo como sustentáculo do controle administrativo por meio de auditorias, em outros textos da RSP, como “O Ombudsman sueco, um vigilante dos assuntos do povo” (RSP, 1987, v.115, n.7, p. 50-53).

Origem, evolução e estado atual dos serviços de documentação. FONSECA (1973)¹³⁰.

Artigo de Edson Nery da Fonseca (1921-2014), importante autor e professor da biblioteconomia brasileira em nível de graduação e de pós-graduação. Na carreira de Fonseca, destacam-se a atuação como bibliotecário do DASP; a participação da fundação da Universidade de Brasília (UnB) e a organização, com outros partícipes, do Departamento de Bibliografia do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Dono de extensa bibliografia, o intelectual é considerado o maior especialista na obra do sociólogo Gilberto Freyre.

Edson Nery é um escritor tão importante no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil que serviu de referência para a abordagem no primeiro capítulo, quando se tratou de documentação. Durante a seleção dos artigos com base nos sumários da *Revista do Serviço Público*, apurou-se que dos 27 textos que se referiam ao campo da informação, 7 pertenciam a Fonseca¹³¹, que é o autor mais recorrente na pesquisa.

Esta publicação traça de forma mais amadurecida e sóbria o percurso da documentação no Brasil, a partir das influências de Paul Otlet até chegar ao desenvolvimento do IBBB, acompanhando a temática até o início dos anos 1970. Demarca claramente a distinção entre documentação e Biblioteconomia, embora não contemple plenamente Arquivologia em sua fala, pois compreende o campo como um serviço de documentação. No entanto, ao mencionar a falta de zelo com os arquivos, o autor referencia o historiador José Honório Rodrigues.

De acordo com Fonseca, um dos exemplos do despreço pela documentação no Brasil é o

¹³⁰ FONSECA, Edson Nery da. *Origem, evolução e estado atual dos serviços de documentação.* RSP, ano 1973, v.108, n.1, jan./abr. 1973. p. 37-52.

¹³¹ FONSECA, Edson Nery da. *A importância da biblioteca nos programas de alfabetização e educação de base.* RSP, 1962, v.94, n.3, p. 99-108; _____. *Documentação no campo das Ciências Sociais.* RSP, 1966, v.98, n.2, p. 89-103; _____. *Problemas de comunicação da informação científica.* RSP, 1971, v.106, n.1, p. 137-148; _____. *O catálogo coletivo como instrumento de coordenação entre bibliotecas.* RSP, 1972, v.107, n.1, p. 81-96; _____. *Documentação e segurança nacional.* RSP, 1974, v.109, n.1, p. 13-28; e _____. *Sobre a (Inexistente) Rede nacional de bibliotecas exigida pelo SNICT.* RSP, 1974, v.109, n.2, p. 79-92.

[...] deplorável estado em que se encontra a maior parte dos nossos arquivos públicos e privados, onde apodrecem e de onde desaparecem — com uma exceção ou outra, como, por exemplo, as do Arquivo Nacional e dos Estaduais de Pernambuco, da Bahia e de São Paulo — documentos importantíssimos [...] O exemplo máximo de desprezo pela documentação no Brasil e a queima dos arquivos da escravidão, ordenada por despacho de Rui Barbosa, quando Ministro da Fazenda, em 14 de dezembro de 1890. Alega-se em favor do grande brasileiro que mandando queimar os livros de matrícula geral dos escravos do Império, ele evitou as vultosas despesas de indenização que os escravocratas certamente pretenderiam, com base naqueles documentos; argumenta-se também que o seu gesto exprimiu um sentimento nacional, tanto que foi muito aplaudido abolicionistas (p. 38).

Fonseca aponta a tendência de os Serviços de Documentação se converterem em Centros de Documentação ou em Centros de Documentação e Informática, como ocorreu no próprio DASP, por meio do decreto 66.222/1970¹³². Com esse alinhamento, o autor identifica o surgimento do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da FGV, em 1973, cuja finalidade era reunir, organizar, preservar e disponibilizar o acervo de documentos de valor histórico.

Deve-se pontuar a interligação do texto de Fonseca com os documentos trabalhados de Lasso De La Vega (1960) e de Meyriat (1970), pois todos abordam centros de documentação. Meyriat faz uma distinção entre a natureza administrativa do Centro de Documentação e do Serviço de Documentação, entendendo o primeiro como instituição autônoma e o segundo como órgão ou uma parte de uma instituição.

*Seminário Nacional sobre a Reforma Administrativa. DEBATES (1985)*¹³³.

Nesta fase do periódico, são comuns textos nos quais não é atribuída autoria, elencados em seções intituladas: “Debates”, “Ideias” etc. Neste caso, trata-se de assuntos discutidos em seminário promovido pela FUNCEP sobre a reforma administrativa. No evento, entre outras matérias, defendiam-se a revisão das funções do Ministério da Desburocratização¹³⁴, a criação de critérios para gestão de documentos públicos e a implantação do Sistema Nacional de Protocolo Eletrônico.

O Ministério da Desburocratização foi o órgão do Executivo Federal atuante entre 1979 e 1986. Seu objetivo era diminuir a estrutura burocrática, que, de acordo com Lima Jr. (1998, p. 14), somente no período militar havia se expandido o número de agências públicas de 225 para 560. Além de diminuir este quantitativo, o Programa era orientado aos usuários

¹³² Decreto 66.222, de 17 de fevereiro de 1970. Reorganiza o Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP), e dá outras providências.

¹³³ DEBATES. O Seminário Nacional sobre a Reforma Administrativa reuniu, no auditório da FUNCEP, durante quatro dias, ministros de Estado e especialistas em Administração Pública de todo o País. RSP, ano 42, v.113, n.1, nov./dez. 1985. p. 65-74.

¹³⁴ Decreto 83.740, de 18 de julho de 1979. Institui o Programa Nacional de Desburocratização, e dá outras providências.

dos serviços públicos, ou seja, os cidadãos.

Em edições de 1986 e de anos posteriores, a RSP divulgou a criação do Serviço Nacional de Protocolo (SENAPRO), “destinado a agilizar a prestação de informações e o andamento dos processos no Serviço Público” (RSP, 1986, v.113, n.2, p. 14), como forma de promover o Ministério da Administração.

Ao apresentar o plano de trabalho da reforma administrativa definido pela SEDAP, a RSP afirma que o

SENAPRO tem como objetivo planejar, regulamentar, coordenar, supervisionar e controlar a elaboração de registro, a tramitação, a modernização, movimentação, a expedição e o arquivamento de processos e documentos. Utilizando-se uma sistemática de numeração única de processos, faz o registro e o acompanhamento de processos administrativos, fornecendo informações básicas para a sua localização tais como: nome do interessado, número do processo, data de cadastramento, órgão responsável, assunto, órgão em que se encontra no momento e responsável pelo órgão (RSP, 1987, v.114, n.5, p. 10).

No mesmo número, o SENAPRO é apresentado como um complexo de telefones e terminais computadorizados voltados a atender rapidamente os cidadãos, por meio do fornecimento de dados processuais constantes do Ministério Administração e do Ministério da Fazenda (RSP, 1987, v.114, n.5, p. 2).

Com base em tais discussões, no seminário formaram-se grupos de trabalho voltados a diferentes temáticas, como, Administração, Recursos humanos e Finanças. No tocante à administração de documentos, o artigo esclarecia que a memória administrativa do País ainda não contava com critérios objetivos de seleção e de avaliação de documentos, o que prejudicava a preservação destes.

Além de definir critérios de gestão de documentos, a reforma administrativa deveria preocupar-se com a democratização do acesso à informação, com a abertura dos arquivos aos cidadãos, que deveriam ser acessíveis por meio de sistemas de informações padronizados, capazes de permitir aos cidadãos o controle sobre os processos que lhe diziam respeito. Na sequência de tais ações, deveriam ser estabelecidos procedimentos técnicos de arquivamento e de identificação do fluxo documental em cada órgão, de modo a eliminar a morosidade na tramitação de processos.

Entre as sugestões e recomendações do grupo de trabalho, citam-se: a) que a Administração Pública, em suas diferentes esferas, resolva as decisões processuais pendentes; b) que sejam definidas unidades e estabelecidas competências para a permanente racionalização do fluxo de papéis; c) que seja estimulada a criação nos órgãos para preservação e divulgação da memória administrativa; d) que seja criado banco de dados, central e unificado, de informações sobre órgãos, convênios, ajustes etc., de fácil acesso ao cidadão; e e) que sejam estabelecidos mecanismos de controle democrático dos atos administrativos (RSP, 1985, v.113, n.1, p. 68-69).

O texto situa-se no processo de transição política entre o regime militar e o período democrático, que seria consolidado somente em 1988 por meio da publicação da Constituição Cidadã. Isso explica o destaque na discussão sobre a participação da sociedade no Estado e o acesso aos documentos de arquivo como meio de exercer a cidadania.

*Por uma política de informação documental. CÔRTE (1986)*¹³⁵.

Texto autoral. Embora situado na seção da revista "Idéias", o artigo é de Adelaide Côrte, autora do campo da Biblioteconomia brasileira, graduada e mestre em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília. Atuou, entre outras instituições, na FUNCEP, na ENAP e na Biblioteca da Presidência da República.

Trata de reivindicação da promoção de uma política informacional ampla e perene para o setor público. As ocorrências do termo *arquivo* aludem à padronização de procedimentos, por meio do estabelecimento de políticas públicas no campo da informação. A autora compreende *informação documental* como elemento de suporte às ações e decisões governamentais da administração, definindo-a como:

[...] informação técnica, científica [sic], cultural, educacional e administrativa, que, estando sob qualquer tipo de suporte (livro, revista, mapa, fita magnética, disco, disquete, microformas, etc), tem por objetivo transferir ou transmitir conhecimentos gerados ou produzidos por uma pessoa ou por uma instituição (RSP, ano 43, v.114, n.3, mar./abr. 1986. p.31).

De maneira bastante clara e dilatada, a autora classifica *informação documental* de forma a englobar arquivos, bibliotecas e museus em uma proposta de política cultural voltada às informações.

Depreende-se do artigo que a reforma administrativa é um espaço aberto à discussão e implantação de um programa de informação contínuo, e não mais baseado em decisões casuísticas de cada gestão governamental. Anseia que a modernização administrativa estabeleça uma política de informação na Administração Pública. Menciona que, para tanto, foi criada a Comissão Especial para Preservação do Acervo Documental (CEPAD), em 1985¹³⁶, integrada por múltiplos profissionais das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. A comissão, conforme a autora, buscava desenvolver estudos voltados à informação documental que resultassem em propostas concretas e de possível execução.

Por possibilitarem o aumento do grau de participação dos cidadãos na sociedade por meio do acesso à informação, da transmissão do conhecimento e da preservação da

¹³⁵ CÔRTE, Adelaide Ramos e. Por uma política de informação documental. RSP, ano 43, v.114, n.3, mar./abr. 1986. p. 31-32.

¹³⁶ Criada pela portaria 1.009, de 29 de outubro de 1985, a comissão foi institucionalizada como consultora da reforma administrativa (Portaria 2.235, publicada no DOU em 23.10.1987).

memória nacional, as instituições (arquivos, bibliotecas e museus), para a autora, eram parte fundamental para o atendimento aos preceitos democráticos.

Assim como o artigo anterior, o texto de Adelaide Côrte visualiza a democratização do acesso à informação enquanto instrumento de abertura política para a participação das pessoas na vida pública, por meio do exercício dos direitos civis e políticos garantidos pelo Estado.

Analisando o relatório *A importância da informação e do documento na administração pública brasileira* (1987), produzido pela comissão mencionada neste texto, é possível detectar importantes informações.

A comissão foi criada com a finalidade de analisar, diagnosticar e propor mudanças nos segmentos arquivo, biblioteca e museu, de modo a melhorar a qualidade de desempenho das suas atividades, produtos, serviços e recursos informacionais pertinentes à Administração Pública Federal (CEPAD, 1987, p. 17)

Constituída por profissionais das três categorias (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia), no campo dos arquivos, estes eram representados por Alda Mendes Gonçalves, Divina Aparecida da Silva, José Maria Jardim, José Sebastião Witter, Léa Tânia Albuquerque de Aquino, Maria Aparecida Silveira dos Santos, Nilza Teixeira Soares, Norma Goes Monteiro, Rosamaria Coimbra Leite Costa e Zilda Lopes do Rego (CEPAD, 1987)

O grupo apresentou diagnóstico que apontava a inexistência de políticas públicas para a área e formulava propostas de soluções para os problemas levantados. Tanto o diagnóstico quanto as recomendações subdividiam-se em dois itens: Estrutura organizacional e Acervos, que englobavam recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos.

Quanto à existência do SISG e do SINAR, o relatório apontava que a qualidade dos arquivos permanentes de um órgão dependerá da forma como se acumularam e se administraram desde o uso corrente. “Impõe-se pois a conveniência de uma orientação técnica única em um mesmo órgão para efeito ou integração das três idades e do fluxo documental” (CEPAD, 1987, p. 34).

Arquivos e documentos: Como organizar um sistema eficiente para arquivos e documentos. CASTRO (1987)¹³⁷.

De autoria de Andressa de Moraes e Castro, vinculada à equipe técnica de elaboração do *Código de classificação* e da *tabela de Temporalidade e destinação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio* (2001). Participou da Câmara Técnica de Avaliação de Documentos do Conselho Nacional de Arquivos. É coautora dos livros *Arquivística=Técnica Arquivologia=Ciência* (1988) e *Arquivos Físicos e Digitais*

¹³⁷ CASTRO, Andressa Moraes e. Arquivos e documentos: Como organizar um sistema eficiente para arquivos e documentos. RSP, ano 43, v.115, n.7, jul./ago. 1987. p. 23-28.

(2007).

O texto foi publicado na RSP enquanto Andressa coordenava o Sistema de Arquivos e Controle de Documentos (SIARq), órgão vinculado à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN), segundo órgão a suceder o DASP em algumas funções, como visto no primeiro capítulo.

Trata-se de uma publicação eminentemente técnica e exclusivamente voltada à gestão de documentos arquivísticos. Refere-se a proposta de implantação do SIARq, um sistema de gestão de documentos que visava à economicidade e à eficácia dos procedimentos do apoio à tomada de decisões. Tal sistema era um modelo adaptável às entidades públicas, que definia as ações para a administração de arquivos correntes dos órgãos da Administração Federal, fossem eles centralizados ou descentralizados.

Para implantar o Sistema de Arquivo e Controle de Documentos, o Administrador enfrentará certas dificuldades de operacionalização, principalmente, aquelas que implicam mudanças de hábitos e costumes das pessoas envolvidas, além da morosidade na aquisição de recursos materiais e falta de área física específica para a instalação dos Arquivos. No entanto, em virtude de sua concepção, o SIARq estará em constante processo de aperfeiçoamento, tanto em termos de instrumentos próprios quanto de utilização de novas tecnologias, o que o auxiliará a melhor desempenhar suas funções e a alcançar seus objetivos. RSP, ano 43, v.115, n.7, jul./ago. 1987. p. 28.

No artigo, destaca-se a temática “Padronização de procedimentos”, embora já evidencie a escassez de profissionais formados no campo da Arquivologia e reconheça a necessidade da formação de mais profissionais de nível superior nesta área.

A partir dos dados do texto é possível associar o SIARq tanto ao Sistema de Serviços Gerais (SISG) quanto ao Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e Arquivo Nacional. Conforme a autora, era atividade do órgão central do SIARq articular-se com a SEDAP e ao Arquivo Nacional, para efeito de orientação normativa e supervisão técnica nos termos dos decretos 75.657/1975¹³⁸ (SISG) e 82.308/1978 (SINAR).¹³⁹

O reflexo das propostas de Andressa de Moraes e Castro podem ser vislumbradas no plano de classificação da atividade-meio, do Arquivo Nacional. Instrumento técnico de classificação de documentos de arquivo, que direciona as atividades de avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso.

A publicação técnica traz na sua introdução o seguinte esclarecimento:

Com o objetivo de elaborar uma tabela de temporalidade para documentos da então Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação (SEPLAN), foi criado, em 1993, um grupo de trabalho composto por técnicos do Arquivo Nacional e daquela secretaria, cujos resultados, relativos às atividades-meio, serviriam de subsídio ao estabelecimento de prazos de guarda e destinação

¹³⁸ Decreto 75.657, de 24 de abril de 1975. Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais dos órgãos civis da Administração Federal direta e das Autarquias federais, e dá outras providências.

¹³⁹ Decreto 82.308, de 25 de setembro de 1978. Institui o sistema nacional de arquivo (SINAR).

para os documentos da administração pública federal. A tabela, elaborada com base nas experiências já desenvolvidas pelos dois órgãos, foi encaminhada, em 1994, à Direção Geral do Arquivo Nacional para aprovação (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p. 42).

A primeira tarefa da Câmara Técnica de Avaliação de Documentos foi analisar e discutir a tabela de temporalidade proposta pelo grupo de trabalho Arquivo Nacional/SEPLAN. Tinha por objetivo torná-la aplicável aos documentos produzidos pelos órgãos públicos em todas as esferas, servindo como orientação a todos os órgãos participantes do SINAR (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p. 42).

Entrevista com o ministro Aluizio Alves. ENTREVISTA (1988)¹⁴⁰.

Publicação de entrevista realizada com o advogado, jornalista e político Aluizio Alves, então ministro da Administração, durante o governo de José Sarney (1985-1989).

Na entrevista, o ministro anunciou a abertura do vestibular da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) em todo o País e afirmou que, ao contrário do que pensava o senso comum, a reforma administrativa não significava, necessariamente, a redução de pessoal ou a extinção de órgãos, podendo inclusive ocorrer o contrário.

Entre as questões abordadas pelo entrevistador, permeava a discussão sobre a mudança no plano de carreira dos servidores públicos. Tal alteração poderia oportunizar aos funcionários de nível médio o ingresso em cargos de nível superior, mediante processo seletivo. Isso conduziu o entrevistador a seguinte questão: “Ministro, o que aconteceu com os arquivistas”?

Aluizio respondeu:

Em 1979 foi votada uma lei reconhecendo a profissão de arquivista como de nível superior. O que eu acho uma precipitação, porque no Brasil só existem três cursos de arquivista. Portanto, esses três cursos não tinham condição de formar arquivistas de nível superior. Em 1982, no governo Figueiredo, foi feita a regulamentação daquela lei que foi ao Congresso e que foi sancionada pelo Presidente no serviço público. E aí abriu-se uma brecha: a lei falava só em quem tivesse nível superior - a brecha na regulamentação: “ou que tenha mais de cinco anos de serviço em arquivo” (RSP, 1988, v.116, n.1, p. 6).

Na declaração, o ministro explicou que, feito o levantamento na Administração Federal, constatou-se a existência de 4.100 funcionários trabalhando em arquivos. No entanto, após o decreto de enquadramento, que garantia aumento de 80% de gratificação, requereram o enquadramento 49.300 funcionários, por meio de apresentação, na delegacia do Ministério do Trabalho, de atestado de que atuavam em serviços de arquivo.

Segundo o entrevistado, esses requerimentos eram de motoristas, contínuos e outros profissionais que não exerciam funções próprias de arquivistas e tampouco tinham

¹⁴⁰ ENTREVISTA. Entrevista com o ministro Aluizio Alves: O ministro Aluizio Alves conta como surgiu a reforma administrativa. RSP, ano 43, v.116, n.1, jan./fev. 1988. p. 4-7.

competência para o exercício da função de nível superior. Esclareceu que, quando o funcionário possuía graduação em Arquivologia ou os conhecimentos próprios exigidos pelo decreto, ele era enquadrado. No entanto, o Ministério da Administração vinha enfrentando certa resistência na matéria, inclusive judicial.

Há algumas imprecisões na fala do entrevistado, como o ano de reconhecimento da profissão, por meio da lei 6.546/1978¹⁴¹, assim como da regulamentação desta pelo decreto 82.590/1978, ambos ocorridos formalmente no governo de Ernesto Geisel (1974-1979).

Neste e em outros artigos, é mencionado o Grupo Arquivo¹⁴², classificação de cargos do serviço público civil que abrange atividades de nível superior e médio referentes a planejamento, estudos, projetos e execução de trabalhos em arquivos correntes, intermediários e permanentes.

Outros projetos fixam valores de retribuição dos fonoaudiólogos, dos fisioterapeutas, do **grupoarquivo**, de técnicos de estrada, dos biomédicos, das categorias de zootecnistas e terapeuta ocupacional e de agente de vigilância; e pretendem alterar estruturas das categorias de nutricionista, tradutor e intérprete, geólogo, engenheiro de operações” (RSP, 1985, v.113, n.1, p. 77, grifo nosso).

Conforme o decreto 90.740/1984 o Grupo Arquivo era constituído de empregos regidos pela legislação trabalhista integrantes da categoria funcional de arquivista, para cujo exercício exigia-se conclusão da graduação em Arquivologia ou habilitação legal equivalente; e de técnico de arquivo, sendo para o cargo exigido certificado de conclusão do curso de técnico de arquivo ou equivalente.

3.1.2 Resultados

Nos textos supramencionados, registrou-se a ocorrência do radical *arquiv* 401 vezes. Considerando a frequência em cada publicação, há uma grande variação de um artigo para outro. Aparece, no mínimo, três vezes, devido ao critério de seleção adotado, e, no

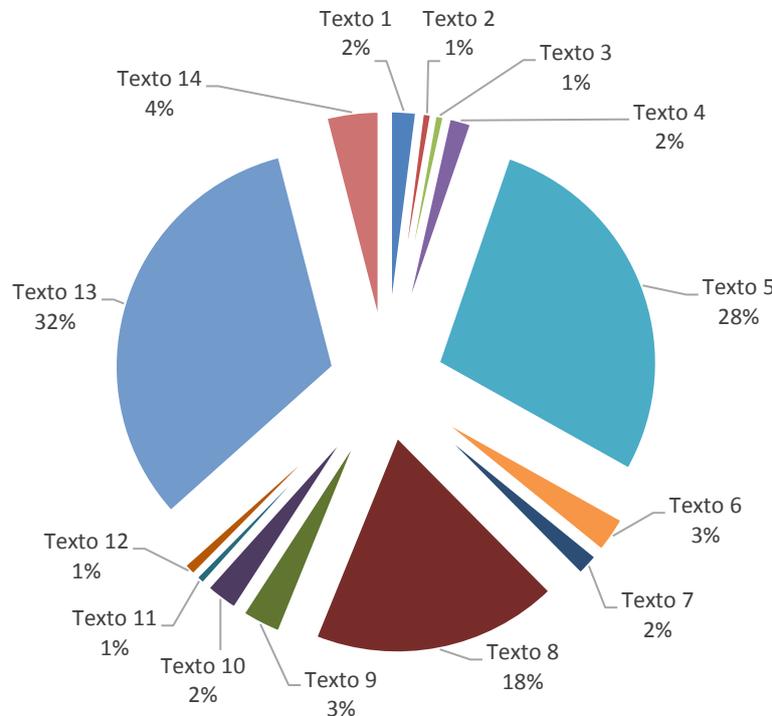
¹⁴¹ Lei 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.

¹⁴² O Grupo Arquivo foi criado por meio do decreto 90.740, de 20 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Grupo Arquivo do Serviço Civil da União, e dá outras providências, com base na lei 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências.

Sobre o assunto, ver também a lei 7.446, de 20 de dezembro de 1985, que fixa os valores de retribuição do Grupo Arquivo, do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências; e o decreto 93.480, de 29 de outubro de 1986, que exige registro profissional para reclassificação e ingresso nas categorias funcionais do Grupo-Arquivo do Serviço Civil do Poder Executivo.

máximo, 131¹⁴³ vezes no mesmo artigo.

Ilustração 4 – Gráfico de ocorrências do radical *arquiv* nos textos selecionados



Fonte: Elaboração própria.

É importante frisar que a simples frequência da ocorrência do termo, se analisada de forma isolada, não é um dado significativo. Por exemplo, na última edição da RSP de 1982 a pesquisa por arquivo retornou 167 resultados em um único texto¹⁴⁴. No entanto, estes se referiam a notas de rodapé nas quais o autor explica em quais instituições arquivísticas sua pesquisa foi realizada.

Cabe observar que a seleção inicial contemplou 26 textos nos quais o termo *arquivo* recorria, pelo menos, três vezes. No entanto, quando se partiu para a exploração do material por meio da leitura, da releitura e do fichamento, verificou-se que, em parte deles, as palavras não eram plenamente dotadas de sentido, razão pela qual não se justificava a seleção para análise¹⁴⁵.

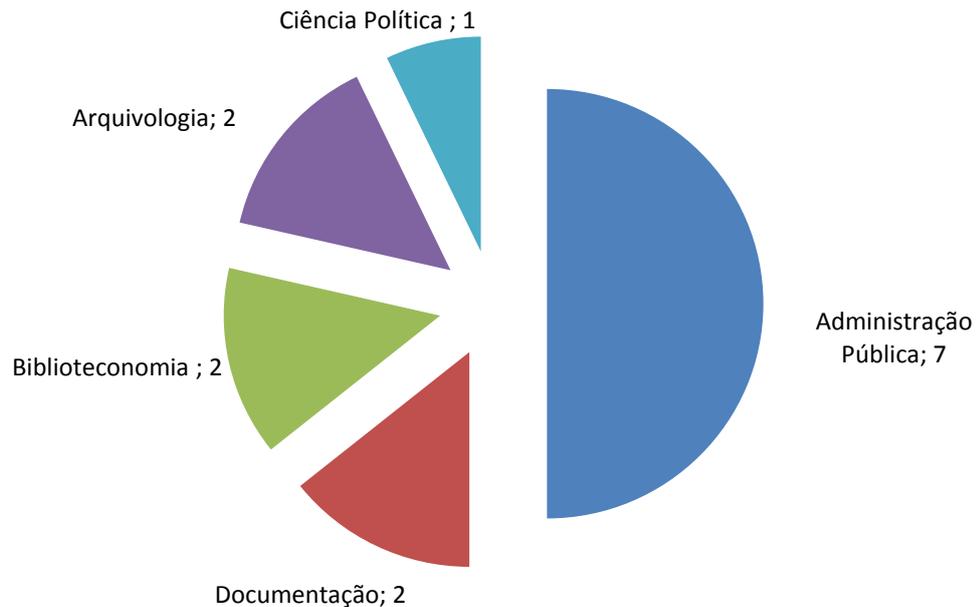
¹⁴³ CASTRO, Andressa Moraes e. Serviço. Arquivos e Documentos: Como organizar um sistema eficiente para arquivos e documentos. RSP, ano 43, v.115, n.7, jul./ago. 1987. p. 23-28.

¹⁴⁴ HILTON, Stanley E. Os Estados Unidos, o Brasil e a Guerra Fria, 1945-1960: fim do relacionamento, RSP, ano 39, v.110, n.4, out./dez. 1982.

¹⁴⁵ Foram desconsiderados os seguintes textos, conforme cronologia de publicação: BARUCH, Ismar. Especificações de classe. RSP, ano 1962, v.94, n.3, jul./set. 1962, p. 49-71; COSTA, Cássio. O estabelecimento dos Correios no Brasil. RSP, ano 1963, v.95, n.4, out./dez. 1963, p. 151-238; WAHRLICH, Beatriz M. S.O papel da EBAP no ensino da Administração Pública. RSP, ano 1965,

Considerando-se a área de atuação dos 14 autores ou partícipes dos textos detalhados, detectou-se que a maioria deles, independentemente se brasileiros ou estrangeiros, atuava na Administração Pública ou fazia parte deste campo de conhecimento. Em menor número estão os autores dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação, nos quais há dois estudiosos em cada caso, e apenas um da Ciência Política.

Ilustração 5 – Gráfico da área de atuação do autor



Fonte: Elaboração própria.

No tocante aos pesquisadores da documentação, trata-se de duas traduções, uma do espanhol De La Veja e outra do francês Meyriat. Matérias sem autoria foram classificadas como provenientes da Administração Pública, tendo em vista os objetivos do texto e o campo de atuação da *Revista do Serviço Público*.

v.97, n.1, jan./mar. 1965, p. 68-80; SILVA, Fenelon. Das bases para um novo plano de classificação de cargos no Brasil. RSP, ano 1968, v.100, n.1-2, jan./jun. 1968. p. 64-100; VIEIRA, Humberto Leal. Um estudo de organização hospitalar. RSP, ano 1969, v.102, n.1, jan./fev. 1969, p. 54-64; MENEZES, Raimundo Xavier de. Pressupostos da classificação de cargos. RSP, ano 1969, v.104, n.3, mai./dez. 1969, p. 7-63; PETER, Laurence J.; HULL, Raymond. A Lei de Peter: explicação da incompetência ocupacional. RSP, ano 1970, v.105, n.3, set./dez. 1970, p. 367-376; MENEZES, Raimundo Xavier de. Considerações sobre o cadastro de pessoal com vista ao plano de salário e com base na experiência norte-americana. p. 179-187, RSP, ano 1970, v.105, n.3, set./dez. 1970; LIRA, José Pereira. O direito sumular. RSP, ano 1971, v.106, n.2, mai./ago. 1971, p. 79-89; CUNHA, João Jorge da. Análise de sistemas. RSP, ano 1971, v.106, n.3, set./dez. 1971, p. 135-168; MACHADO, Imaculada. Um programa para desenvolvimento de pessoal. RSP, ano 1973, v.108, n.2, mai./ago. 1973, p. 213-252; e, IDÉIAS. O ombudsman sueco, um vigilante dos assuntos do povo. RSP, ano 43, v.115, n.7, jul./ago. 1987, p. 50-53.

Outro fator observado é que algumas vezes se destacam aspectos técnicos e pragmáticos e em outras, argumentos científicos, ainda que sejam para subsidiar e orientar os servidores do Estado em questões objetivas. Nesse sentido, pode-se afirmar que os textos selecionados, ainda que se abordassem orientações técnicas, na forma de projeto, proposta, manual ou apenas dotado de escrita objetiva voltada a instrumentalizar as ações do serviço público, foram escritos com base em fundamentos teóricos da administração científica e do campo das Ciências da Informação.

Paul Otlet é acionado algumas vezes quando abordada a temática “Documentação administrativa”. Na década de 1980, embora Otlet não fosse mais a referência utilizada, o texto de Adelaide Côrte compreende o serviço de arquivo de forma ampliada, considerando a interação dos conhecimentos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. De outro lado, alguns artigos apontam, sem hesitação, a Arquivologia como campo científico distinto dos demais.

A referência principal a que o radical *arquiv* se relaciona não é muito diversificada. Subdivide-se na abordagem de cinco questões principais, que podem ocorrer de modo simultâneo em um mesmo artigo. São elas: 1) percepção dos documentos de arquivo e dos serviços como incontestável fonte de informação estratégica que subsidia as ações da administração; 2) qualificação profissional, seja a necessidade desta ou propostas para o aperfeiçoamento profissional; 3) abordagem sobre competência profissional e cargos públicos ocupados por arquivistas, documentalistas e outros profissionais, seja na discussão do conflitos existentes entre as classes ou da classificação, da acumulação ou do enquadramento de cargos; 4) padronização e modernização dos procedimentos, inclusive com propostas de introdução de sistemas de arquivo, informatizados ou não; e 5) democratização do acesso à informação cerrada nos arquivos, como forma do exercício da cidadania.

A categoria “documentos e serviços de arquivos como fonte de informação estratégica” é representada por assertivas como: “Com acesso aos arquivos das repartições públicas, ele [o auditor] tem o poder de dirigir-lhes críticas e recomendações (WEEKS, 1970). Do mesmo modo Esposel (1968) afirma que “os arquivos, mesmo os mais antigos, sempre são necessários nas tarefas de um governo”. O guia elaborado por Jean Meyriat também pode ser elencado neste segmento.

Exemplos da categoria “qualificação profissional” estão presentes na proposição da criação de uma graduação em documentologia (SILVA, 1960) e na proposta da introdução de um curso de pós-graduação, na Fundação Getúlio Vargas, que contemplasse cadeiras arquivísticas entre suas disciplinas (SILVA, 1962).

A preocupação com “competências profissionais” manifesta-se no texto de Lasso de La Vega (1960), que identifica o conflito existente entre profissionais. O mesmo acontece

no parecer jurídico (1967) que defende a aptidão do profissional para ocupar cargo considerado de natureza técnico científica. A questão é representada no texto de Fonseca (1973), embora este ocupe-se, principalmente, de definir o desenvolvimento do campo da documentação e dos profissionais a ela vinculados. A temática é novamente contemplada na entrevista realizada com o ministro Aluizio Alves (1988).

A categorização “aperfeiçoamento de técnicas” envolvendo padronização dos procedimentos e introdução de sistemas informatizados pode ser identificada no artigo de Silva (1969), que buscava demonstrar o papel que o progresso tecnológico começava a desempenhar no processamento da documentação administrativa.

Glauco Lessa (1969) faz a mesma defesa, embora volte-se ao estabelecimento de sistema de controle informatizado voltado para o cadastro de pessoal. Castro (1987), por seu turno, apresenta proposição de implantação de sistema voltado a gestão de documentos.

O fragmento do texto abaixo também ilustra tal categoria.

Deverão ser estabelecidos procedimentos técnicos de arquivamento e o fluxo de documentos dentro de cada órgão, de modo a eliminar a morosidade na tramitação de processos e documentos, padronizando os sistemas de arquivo e permitindo ao cidadão o controle sobre os processos que lhe dizem respeito (DEBATES, 1985).

Por fim a “democratização do acesso” é ilustrada pelos textos Debates (1985) e Côrte (1986). O primeiro considerava que o acesso à informação deveria ser concedido aos cidadãos por meio da possibilidade de consulta aos documentos de arquivos, assim como pela eliminação das dificuldades e entraves burocráticos de acesso aos serviços públicos.

Côrte (1986) ponderava que era preciso a adoção de uma política de informação para o setor público, tornando-a um bem social e um direito do cidadão tão importante e necessário quanto a educação, o trabalho e a saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo detectar a presença da institucionalização da Arquivologia na *Revista do Serviço Público*. Para concretizar a proposta, abordou-se no primeiro capítulo o surgimento do periódico enquanto elemento de suporte à modernização burocrática daspeana, inspirada no modelo norte-americano de administração científica do início do século XX.

Na Arquivologia, tal influência é percebida por meio de instrumentos técnicos, como, planos de classificação e tabelas de temporalidade e destinação de documentos, que seguem a divisão feita por Willoughby (1929) entre atividades-meio e atividades-fim.

O DASP e seu antecessor, o CFSPC, assinalaram a perspectiva weberiana também no âmbito da produção documental. Ele representou a primeira iniciativa formal e abrangente de profissionalizar a gestão de documentos do Poder Executivo. Além disso, formalizou os cargos de arquivista e de arquivologista nas carreiras do serviço público. Mais que isso, Santos (2018) destaca que o programa de cooperação internacional estabelecido pelo DASP favoreceu a qualificação profissional e a formação de uma elite técnica também no campo dos arquivos.

A modernização administrativa brasileira se espelhou no modelo norte-americano, que, no âmbito dos arquivos, rompia com a tradição europeia de valorização dos documentos permanentes. No entanto, o DASP, ao se espelhar nos autores da administração científica internacional, não trouxe o *records management* ao País, mas a proposta de documentação europeia de Paul Otlet.

Introduzido no Brasil a partir do Serviço de Documentação e presente nas grades curriculares das primeiras graduações em Arquivologia, o conceito de documentação se transmutaria em Ciência da Informação (ORTEGA, 2009).

Dados do *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior* (e-MEC) apontam que em 2019 três universidades ofereciam cursos denominados “Biblioteconomia e Documentação”: Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal Fluminense (UFF), e Universidade Federal da Bahia (UFBA). Entretanto, ao logo do tempo diversas graduações assim chamadas passaram a denominar-se “Biblioteconomia e Ciência da Informação”.

A presença destes cursos, todavia, não significou a sobreposição da Arquivologia, tendo em vista que tanto na UFF quanto na UFBA os cursos citados conviveram mutuamente com graduações em Arquivologia, as quais, por sua vez, não incorporaram a perspectiva de Otlet ou de outras metodologias de tratamento documental abrangentes, além da própria epistemologia arquivística.

O campo de conhecimento trilhou seu próprio caminho, para constituir-se

cientificamente e profissionalmente, desconsiderando, em parte, a referência de documentação feita pelo autor belga.

A partir de estudos desenvolvidos pela autora desta dissertação, identificou-se que as estruturas subsequentes ao DASP, na configuração, por exemplo, da SEPLAN e do Ministério do Planejamento, continuaram responsáveis por atuar na administração de recursos e de sistemas informacionais, este último por meio da introdução de políticas e de infraestrutura inerente ao Processo Eletrônico Nacional (PEN).

O segundo capítulo, estudou a constituição do Arquivo Nacional e sua contribuição para o desenvolvimento da graduação em Arquivologia no Brasil. Buscou-se refletir acerca da interação entre o órgão e o representante máximo da Administração Pública e identificar em que medida houve diálogo entre estas instituições.

Ao considerar a trajetória do Arquivo Nacional, chama a atenção a presença do cargo de *arquivista* e de *subarquivista* nos dispositivos regulamentares da instituição, de 1893 até 1958. Será que a permanência do cargo nos regulamentos posteriores a 1958 impactaria o desenvolvimento científico da Arquivologia e dos arquivistas no País?

Aqui, há um indício de que o DASP e o Arquivo não se integraram, tendo em vista que o primeiro formalizava a carreira em 1936 e passaria a selecionar arquivistas (e arquivologistas) para os quadros da Administração Pública, desconsiderando a participação do Arquivo Nacional no processo (SANTOS, 2014), apesar da tradição deste em contar com tais profissionais.

No tópico, constatou-se a vulnerabilidade da instituição desde sua gênese (COSTA, 1997), que se refletiu na ausência, até a década 1990, de norma, almejada por José Honório Rodrigues (1959), que regulamentasse a política de recolhimento de documentos. A título comparativo, se a Biblioteca Nacional (atualmente, uma fundação) é a depositária do acervo bibliográfico do País, com amparo legal desde 1907¹⁴⁶; somente em 1991¹⁴⁷ por meio da lei 8.159 (Lei de Arquivos), é que o Brasil definiria, em ato legal de abrangência nacional, a competência do Arquivo Nacional para a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo federal.

Neste sentido, acredita-se que o conflito de competências entre o Arquivo Nacional e o DASP, evidenciado tanto por Santos (2014, 2018) quanto pela existência de dois sistemas de arquivo na mesma esfera de poder, ainda aviva o debate até os dias atuais,

¹⁴⁶ Decreto 1.825, de 20 de dezembro de 1907, dispõe sobre a remessa de obras impressas à Bibliotheca Nacional.

¹⁴⁷ O recolhimento constante na Lei 8.159 foi regulamentado por meio do decreto 2.182, de 20 de março de 1997, que estabelece normas para a transferência e o recolhimento de acervos arquivísticos públicos federais para o Arquivo Nacional. Este dispositivo foi revogado pelo decreto 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

porque a suposta autoridade máxima em gestão de documentos arquivísticos no Brasil, responsável por seu recolhimento, preservação e acesso e por acompanhar e implementar a política nacional de arquivos, ainda não conseguiu impor-se, técnica e politicamente.

Principalmente na esfera da produção documental, o Arquivo Nacional limitou-se a coadjuvar o Ministério do Planejamento nesta competência. Desse modo, os sistemas continuaram dicotômicos. Instâncias do Poder Executivo e do Poder Judiciário se anteciparam na inserção de políticas públicas voltadas à gestão de documentos.

Sobre tais ações, ainda que de forma acanhada, começa-se a observar alguma reação do Arquivo Nacional, na medida em que, entre outras ações, este começou a discutir e a orientar tecnicamente a produção, o uso e a manutenção dos documentos na implantação do Processo Eletrônico Nacional nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Diante do crescente número de órgãos e entidades que aderiram ou estão aderindo ao SEI e do decorrente aumento da massa documental digital produzida, justificam-se as orientações para que não haja risco de perda da confiabilidade, da autenticidade e dos próprios documentos. É importante ressaltar que essas orientações esclarecem sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo, de modo que estejam contemplados os requisitos da gestão arquivística de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2018).

Cabe aqui uma defesa da instituição, que surgiu e permaneceu vinculada à Administração Direta, historicamente desfavorecida de poder político e de atenção do governo (TORRES (2004); REZENDE (2004), tanto que, além das sedes no Rio de Janeiro e em Brasília, não teve autonomia ou representatividade para criar unidades regionais e, assim, exercer plenamente suas funções.

No momento da instituição dos cursos de Arquivologia nas universidades, não houve diálogo com o DASP, pelo menos, na configuração das discussões estabelecidas pela *Revista do Serviço Público*. Isto é, quando se criaram os cursos, não se discutiu neles o que era discutido na revista. Isso poderia explicar a não incorporação recíproca entre a Arquivologia e o Estado. Este não incentivou o desenvolvimento do campo e, tampouco os escassos cursos criados foram capazes de atender às demandas do Estado, embora grande parte dos egressos do curso superior em Arquivologia tivesse, e ainda tenha o serviço público como horizonte profissional.

O terceiro capítulo apresentou 14 textos selecionados da *Revista do Serviço Público*, para analisar a presença no periódico de temas referentes à Arquivologia, com ênfase no período entre 1960 e 1989. Neste, as limitações técnicas e metodológicas se apresentam mais claramente.

Inicialmente, a proposta aqui defendida consistia em analisar a ocorrência não apenas do radical *arquiv*, mas também de *document*, tendo em vista dois argumentos principais: a larga utilização da expressão *documentação administrativa* pela *Revista do*

Serviço Público; e por entender que até os anos 1970 não havia uma demarcação clara ou definitiva entre ambos os vocábulos para referir-se a documentos arquivísticos ou a ações características da Arquivologia. No entanto, a execução da pesquisa nestes termos se tornou inviável, tendo em vista a quantidade de edições a ser analisada e, nestas, a vultosa ocorrência do termo *documento* e de suas variantes (chegando facilmente a 300 em alguns artigos). Daí tratar estes dados e separá-los elegendo *palavras plenas* ou *palavras instrumento* se tornou inexecutável.

Após realizada a pesquisa combinada dos sumários com termos chaves no corpo do texto da revista, avaliou-se que somente a pesquisa no corpo do texto nos traria os mesmos resultados. A chamada nos sumários trouxe textos que pareciam abordar a temática, mas, após uma primeira leitura, tal julgamento não se confirmava. No entanto, foi importante, por deixar o processo de escolha menos mecanizado.

Outra limitação metodológica foi quanto à restrição do número de ocorrências, ao eleger três manifestações ou mais da palavra *arquivo*. De um lado, isso tornou a pesquisa mais objetiva e viável; de outro, pode ter deixado escapar algumas nuances. Por exemplo, a percebida em texto que evidencia a preocupação com o sigilo nos arquivos em edição do primeiro ano após a introdução do regime militar, de forma intencional ou não¹⁴⁸.

Como afirmou Urwick, “os arquivos de uma firma de organização e assessoria, não importa qual, possuidora de documentação substancial, são uma mina de informações quanto a situações concretas e resultados decorrentes da aplicação de técnicas modernas de direção. Mas, **os imperativos do segredo profissional** que os dirigentes observam, como é o dever, imobilizam um grande número de tais **informações e as tornam inacessíveis aos pesquisadores** (RSP, 1965, v. 97, n. 2, p. 115, grifo nosso).

O mesmo ocorre em extenso artigo de Silva (1968)¹⁴⁹, que discute a filosofia do Plano de Classificação de Cargos no Brasil, comparando-o aos exemplos internacionais. Neste caso, o autor admite classificar o cargo de arquivista tanto na Administração Superior, mediante apresentação de diploma de curso universitário, quanto em instâncias inferiores.

Embora a seleção de 14 textos possa parecer pequena, filtrar o conteúdo para chegar a este número teve seu grau de dificuldade. Do total das 73 edições da *Revista do Serviço Público* lançadas entre 1960 e 1989, em 58 exemplares o termo *arquivo* ou derivações se apresentava.

Dentre os textos selecionados, Esposel (1968), Côrte (1986) e Castro (1987) deixaram certa ansiedade de não os ter investigado mais minuciosamente. No entanto, o

¹⁴⁸ Trata-se de: HENDERSON, K. M. Introdução ao conceito americano de Administração Pública. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 97, n. 2, p. 82 - 120, 1965.

¹⁴⁹ Refere-se aqui a SILVA, Fenelon. Das bases para um novo plano de classificação de cargos no Brasil. RSP, ano 1968, v.100, n.1-2, jan./jun. 1968. p. 64-100.

tempo não foi aliado da autora. Se, ao iniciar o trabalho, tivesse a perspectiva que possui no momento destas considerações finais, elegeria, no máximo, quatro artigos para a análise.

O texto de Andressa Castro (1987), por exemplo, traz ao debate na *Revista do Serviço Público* a interlocução entre Arquivo e Nacional e os órgãos subsequentes ao DASP, isto é, a SEDAP e a SAF, no sentido de estabelecer conexão entre os sistemas arquivísticos do Governo Federal. Este mereceria análise mais detalhada.

Este trabalho foi importante por diversos motivos. Primeiro, por elucidar como se deu o desenvolvimento do serviço público brasileiro a partir dos anos 1930, o que nos impacta positivamente, tendo em vista a atuação no Estado. Segundo, por permitir constatar que os documentos arquivísticos são onipresentes com as atividades do Estado, institucionalizam as ações das pessoas e das entidades. É por meio deles que os indivíduos se relacionam com as instituições. Por essa razão, são tão evidentes na *Revista do Serviço Público*, embora ela não seja um periódico voltado ao campo arquivístico. Nela manifestam-se não apenas o papel estratégico e o valor probatório e informativo dos documentos de arquivo para a sociedade; mas também a militância pela introdução de políticas públicas de gestão documental e pela busca da institucionalização acadêmica e profissional da Arquivologia desde a década de 1960.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando L., PEDROTI, Paula e PÓ, Marcos Vinicius. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. In: LOUREIRO, Maria Rita, ABRUCIO, Fernando e PACHECO, Regina (eds.). **Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, p. 27-71.

ADÃO, Sheila Margareth Teixeira. **1ª CNARQ: a Conferência Nacional de Arquivos e a construção de uma política nacional para os arquivos brasileiros**. 2017. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ALCADIPANI, Rafael; BERTERO, Carlos Osmar. A Guerra Fria e o Ensino do Management no Brasil: o Ponto IV e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). **III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**. João Pessoa, 2011. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ162.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

ARAGÃO, João Guilherme de. Resultados e perspectivas do sistema de cooperação bilateral do ponto IV. **Revista do Serviço Público**, Brasília, 2019, v. 84, n. 1, p. 34-46.

ARAUJO, Rodrigo Oliveira. **Nas engrenagens do Estado Novo: a centralidade do DASP na reforma administrativa e na criação de redes organizacionais de produção (1938-1945)**. 2017. 368 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

ARBOIT, Aline Elis; BUFREM, Leilah Santiago; KOBASHI, Nair Yumiko. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil sob a ótica da evolução quantitativa dos cursos de graduação na área. **Informação & sociedade**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 145-158, jan. /abr. 2011.

ARQUIVO NACIONAL. (BRASIL). **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 152 p.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Orientações sobre o uso do SEI nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. 2018. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/OT_implantacao_SEI_APF_2018_06_01_vf.pdf> . Acesso em: 02 abr. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL); HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. **Arquivo Nacional: 1838 - 2012**. 2. ed. Atual. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 2012. 64 p.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, 15/20 out. 1972. (1º Congresso Brasileiro de Arquivologia).

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, abr., 1973.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, abr., 1974.

BARBOSA, Livia. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil? **Revista do**

Serviço Público, v. 47, n. 3, p. 58-102, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Uma trajetória da arquivística a partir da análise do discurso**: inflexões histórico-conceituais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. (Coleção PROPG Digital - UNESP). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/138613>>. Acesso em 12 mar. 2019.

BOTTINO, Mariza. **O legado dos congressos brasileiros de arquivologia (1972-2000)**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. 303 p.

BOURDIEU, Pierre. Da casa do rei à razão de Estado: um modelo da gênese do campo burocrático. In: WACQUANT, Loic J. D. **O mistério do ministério**: Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro: Revan, 2005. 230p.

BRANCHE, Henri Boullier de. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975. 39 p.

BRASIL. **Constituição (1824)**. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 2.206, de 24 de dezembro de 1937**. Corrige falhas encontradas na classificação de funcionários dos Quadros I, III, V e VIII, do Ministério da Fazenda. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-2206-24-dezembro-1937-345897-retificacao-73430-pe.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 6.164, de 24 de março de 1876**. Reorganiza o Arquivo Publico do Imperio. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6164-24-marco-1876-549128-publicacaooriginal-64478-pe.html>>. Acesso em: 02 set. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 9.197, de 9 de dezembro de 1911**. Approva o regulamento do Archivo Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9197-9-dezembro-1911-516281-norma-pe.html>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 9.262, de 9 de janeiro de 2018**. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9262.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 11.101, de 12 de dezembro de 1942**. Aprova o Regimento do Departamento Administrativo do Serviço Público. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-11101-12-dezembro-1942-467206-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 15.596, de 2 de agosto de 1922**. Crêa o Museu Historico Nacional e approva o seu regulamento. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-norma-pe.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 16.036, de 14 de maio de 1923.** Aprova o regulamento para o Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16036-14-maio-1923-517753-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 set. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 44.862, de 21 de novembro de 1958.** Aprova o Regimento do Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44862-21-novembro-1958-383895-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 48.936, de 14 de setembro de 1960.** Cria um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar os problemas de arquivo no Brasil e sua Transferência para Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48936-14-setembro-1960-388357-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 75.657, de 24 de abril de 1975.** Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais dos órgãos civis da Administração Federal direta e das Autarquias federais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D75657.htm>. Acesso em: 22 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 76.387, de 2 de outubro de 1975.** Dispõe sobre a Estrutura Básica do Ministério da Justiça e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76387-2-outubro-1975-424988-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 79.329, de 2 de março de 1977.** Transfere à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ, o curso permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, com a denominação de Curso de Arquivologia e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79329-2-marco-1977-428242-norma-pe.html>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 82.308, de 25 de setembro de 1978.** Institui o Sistema Nacional de Arquivo (SINAR). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82308.htm>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 82.590, de 6 de novembro de 1978.** Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82590.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 88.771, de 27 de setembro de 1983.** Inclui o Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça, no regime de que trata o Decreto n. 86212, de 15 de julho de 1981, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88771-27-setembro-1983-438553-norma-pe.html>>. Acesso em: 01 set. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 94.159, de 31 de março de 1987.** Altera a denominação, a estrutura básica e a competência da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e dá outras Providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-94159-31-marco-1987-444625-norma-pe.html>>. Acesso em: 01 set. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: < >. Acesso em: 30 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 258, de 9 de fevereiro de 1938.** Corrige falhas encontradas na classificação de cargos do Quadro I do Ministério da Fazenda. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-258-9-fevereiro-1938-350677-republicacao-73526-pe.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 1.870 de 14 de dezembro de 1939**. Reconhece a Revista do Serviço Público como órgão de interesse da Administração e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1870-14-dezembro-1939-411836-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 284, de 28 de outubro de 1936**. Reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União e estabelece diversas providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L284.htm>. Acesso em: 02 mai. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 21 ser. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 7.446 de 20 de dezembro de 1985**. Fixa os valores de retribuição do Grupo-Arquivo, do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7446.htm>. Acesso em: 01 fev. 2019.

BRASIL. **Regulamento n.º 2 de 02 de janeiro de 1838**. Dá instruções sobre o Arquivo Público provisoriamente estabelecido na Secretaria d'Estado dos Negócios do Império. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/872-em-2-de-janeiro-de-1838-era-criado-o-arquivo-publico-do-imperio-hoje-arquivo-nacional.html>>. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução n.º 28, de 13 de maio de 1974. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 27 mai. 1974. Seção 1, p. 27.

BRASIL. **Diretrizes da documentação**. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público/Serviço de Documentação, 1964. 358 p.

BRASIL. Fundação Escola Nacional de Administração Pública. **Portaria n.º 214, de 20 de julho de 2016**. Disponível em: <<https://www.bsgestaopublica.com.br/portariaenap214>>. Acesso em 20 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Câmara de Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: Presidência da República; Câmara de Reforma do Estado, 1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**, v. 50, n. 4, p. 5-29, out./dez.1999.

BROOKS, Philip Coolidge. Current aspects of records administration: the archivist's concern in records administration. **American Archivist**, v. 6, n. 3, p. 158-164, jul. 1943. Disponível em: <<http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.6.3.m22613816894k064>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. Seleção de documentos para guarda permanente. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, Ano 48, p.147-157, jan./dez. 2012.

_____. The Selection of Records for Preservation. **American Archivist**, v. 5, n. 4, p.221-234, oct., 1940. Disponível em: <<https://doi.org/10.17723/aarc.3.4.u77415458gu22n65>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

BUZZATTI, João Vicente Teixeira. **Da máquina erudita à instituição arquivística**: rupturas e continuidades nas relações entre pesquisa histórica e técnicas de arquivo; o caso da reforma

administrativa do Arquivo Nacional (1958-1964). 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à história**. 5a ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 144 p.

COMISSÃO ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL – CEPAD. **A importância da informação e do documento na administração pública brasileira**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público - FUNCEP, 1987. 133 p.

COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival science**, v. 1, n. 1, p. 3-24, 2001.

CORUJEIRA, Lindaura Alban. Congressos brasileiros de biblioteconomia e documentação: bibliografia. **Revista de Biblioteconomia**. Brasília, v. 5 (1), 1977, p. 317-365.

COSTA, Célia Maria Leite. **Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado Brasileiro**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1997. 242 p. (Tese de doutorado).

_____. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, dez. 2000.

COSTA FILHO, Cássio Murilo Alves; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O ciclo vital dos documentos no âmbito da Arquivologia: surgimento, disseminação e interpretações. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 187-202, 2016.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: Finatec, 1999, 190 p.

CRESPO, Cláudio Dutra. **O campo da arquivística e os arquivos setoriais: conhecimentos e práticas**. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação) – IACS, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquias, terceirização, parceria público-privada e outras formas**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012, 465 p.

DOLLAR, Charles M. Archivists and Records Managers in the Information Age. **Archivaria**, [S.l.], jan. 1993. ISSN 1923-6409. Disponível em: <<https://archivaria.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11933>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jul. 1994. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

EASTWOOD, Terry. Reflections on the Goal of Archival Appraisal in Democratic Societies. **Archivaria**, [S.l.], p. 59-71, jan. 2002. ISSN 1923-6409. Disponível em: <<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12855>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1977. 170p. (Coleção Estudos; 85).

ENAP. Um pouco de história. In: **ENAP 20 anos**; caminhos de uma escola de governo. Brasília: ENAP, 2006, 104 p. (Cadernos ENAP - Edição Especial). Disponível em: <<http://repositorio.ena.gov.br/handle/1/719>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, no 1, p. 81-108, jan/jun 2010.

EVANS, Frank B. Archivists and Records Managers: Variations on a Theme. **The American Archivist**, v. 30, n. 1 (1967): 45-58.

EXTRACTO DOS ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, tomo 1, p. 18-20, 1989. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsNnh2dFVNTkxclU/view>. Acesso em 27 nov. 2018.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976. 397p.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. 378 p.

FONSECA, Edson Nery da. Origem, evolução e estado atual dos serviços de documentação no Brasil. **Revista do Serviço Público**, n. 1, p. 37-52, 1973.

_____. A classificação Decimal Universal no Brasil. In: BRADFORD, S. C. **Documentação**. Tradução M. E. de Mello e Cunha. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 269-278.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da; BEZERRA, Darlene Alves. Arquivos e administração pública: a temática arquivística na Revista do Serviço Público, 1938-1945. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; SILVA, Welder Antônio; NASCIMENTO, Adalson (Org.). **Ensino e pesquisa em Arquivologia**: cenários prospectivos. 1 ed. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018, p. 430-449.

FRANCO, Celina do A. P. M.; BASTOS, Aurélio W. Os arquivos nacionais: estrutura e legislação. **Acervo**. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, vol. 1, n. 1, jan./jun. 1986, p. 7-28.

FRANCO, Maria Laura. P. B. **Análise de conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2007. 79 p.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n.31, p.141-145, 1996.

FUNDAÇÃO CENTRO DE FORMAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO (BRASIL); ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (BRASIL). **Revista do Serviço Público**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1937.

FURTADO, Celso. Teoria do Departamento de Administração Geral. **Revista do Serviço Público**, Ano IX, v. II, n. 2, p-25-32, 1946.

GOMES, Hagar Espanha. Os arquivistas e suas relações com a documentação e a biblioteconomia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 19-22, abr. 1973.

GOMES, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história**. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

GRAHAM, Lawrence S. **Civil service reform in Brazil: principles and practice**. Austin: University of Texas Press for the Institute of Latin American Studies, 1968. 233 p.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HARRIS, Verne. The archival sliver: power, memory, and archives in South Africa. **Archival Science**, v. 2, n. 1-2, p. 63-86, 2002. Disponível em: <<http://www.nyu.edu/pages/classes/bkg/methods/harris.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

HEDSTROM, Margaret. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, 255 p.

HENDERSON, K. M. Introdução ao conceito americano de Administração Pública. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. 97, n. 2, p. 82 – 120, 1965.

HEYNEMANN, Cláudia. B. Arquivo Nacional: 170 anos. **Acervo** - Revista do Arquivo Nacional, v. 22, n. 1, p. 209-216, jan/jun. 2009.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. 155 p.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro.; FRANCO, Francisco Manoel de Mello; INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva: Instituto Antonio Houaiss, 2009. 1 CD-ROM.

IACOVINO, Livia. Os arquivos como arsenais de responsabilidade. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, 255 p.

INDOLFO, Ana Celeste. **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**. 2013. 312 f. (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

JAMESON, Samuel Haig. **Administração de arquivos e documentação**. Rio de Janeiro: Aliança para o Progresso, 1964. 319 p.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995, 196 p.

_____. **Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: Eduff, 1999. 239 p.

JIMERSON, Randall C. Arquivos para todos: A importância dos arquivos na sociedade. **Arquivo & Administração**, v. 7, n. 2, p. A03, 2008. Disponível em: <<http://www.brappci.inf.br/v/a/29437>>. Acesso em: 28 set. 2018.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A documentação no Brasil: primórdios de sua inserção no país (1895-1920). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 271-284, nov. 2015. ISSN 1983-5213. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/ojs248/index.php/RICI/article/view/16958>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. **Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. 223 p.

_____; VAZ, José Carlos. Histórico da RSP: a Revista do Serviço Público no pensamento administrativo brasileiro (1937-1989). **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, ano 45, v. 118, n. 1, p. 9-41, jan. /jul. 1994a.

_____; _____. A Revista do Serviço Público a partir da Análise de seus Editoriais. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, ano 45, v. 118, n. 2, p. 9-34, ago. /set.1994b.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003, 311 p.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; SIMAN, Lana Mara de Castro. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999. 340p.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. 541 p.

LIMA, Eliseu dos Santos; FLORES, Daniel. O cargo de técnico em arquivo nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da região sul do Brasil: uma reflexão necessária. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 49-89, jan. /jun. 2016.

LIMA JR., Olavo Brasil de. **As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos**. Revista do Serviço Público, Brasília, DF, v. 49, n. 2, p. 5-32, abr./jun. 1998.

LOPES, Luis Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 3. ed. Brasília: Annabel Lee, 2013. 398 p.

LOPES, Luiz Simões. Documentação administrativa. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. 3. n. 3, p. 5-7, set. 1943.

LOURENÇO, Mariana Simões. **Do acervo ao livro: as publicações do Arquivo Nacional (1886- 1922)**. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2014.

MAIA, Augusto Moreno. **A construção do Curso de Arquivologia da UNIRIO: dos primeiros passos à maturidade universitária**. 2006. Dissertação (Mestrado em Pedagogia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARIZ, Anna Carla Almeida; PAIVA, Marília de Abreu Martins de; NEGREIROS, Leandro Ribeiro; SILVA, Welder Antônio. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Móbile, 2012. 514 p.

_____; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. **Interloquções entre a Arquivologia nacional e internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

_____; RODRIGUES, Georgete Medleg. Um intelectual no arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a arquivologia no Brasil. **Acervo** - Revista do Arquivo Nacional, v. 30, n. 2, p. 176-191, 2017.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, Apr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 mar. 2018.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. O Estado Novo e os arquivos públicos: fontes, reflexões e um pouco de história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 144-156, jul./dez. 2017.

MATIAS-PEREIRA, José. **Governança no setor público**. São Paulo: Atlas, 2010.

MEYRIAT, Jean et al. Documento, documentação, documentologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, p. 240-253, set. 2016. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2891/1788>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 407 p.

MONTEIRO, Norma de Góes. Reflexões sobre o ensino arquivístico no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.79-89, jul./dez. 1988. Disponível em <<http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.3,n.2,jun-dez,1988.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 429 p.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan Adriaan; FRUIN, Robert. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 145p.

NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático**. 4.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 195 p.

ODDONE, Nanci. **A Documentação no Brasil e seu impacto durante o Estado Novo**. XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 25-28 out. 2010.

_____. **Ciência da informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970)**. 2004. 157 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, IBICT, Rio de Janeiro, 2004.

OLIVEIRA, Carolina; FLORES, Daniel. Um estudo de caso sobre os datasets do Ministério da Justiça: dados brutos ou documento arquivístico?. 2016. In: ORRICO, Evelyn; AMORIM, Wellington; PORTO, Fernando (Org.). **Ensaio de Pós-Graduação – II Jornada de Pós-Graduação da UNIRIO**, 19 e 20 de outubro de 2016, Rio de Janeiro: UNIRIO, PROPG, 2016 p. 262-265. Disponível em: <<http://www.unirio.br/propg/jornadapg/anos-anteriores/2016/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. Special Issue, p. 59-79, 2009.

OTLET, Paul. **Traité de documentacion: le livre surle livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em <

https://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2018. 700 p.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção. A burocracia no Brasil: as bases da administração pública nacional em perspectiva histórica (1920-1945). **História**, Franca, v. 28, n. 2, p. 775-796, 2009.

PARRELA, Ivana Denise. **Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional**: Arquivo Público Mineiro 1895-1937. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG (Coleção Olhares); Fapemig; 2012. 294 p.

PAZOS, Juliana de Mesquita. **O Ensino da Classificação Arquivística nos Currículos Interdisciplinares da UFF e UNESP**. Niterói: UFF, 2016. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

PIFFNER, John Mc Donald; PRESTHUS, Robert Vance. **Public administration**. 3rd. ed. New York: Ronald Press, 1953.

PINTO, Roger. Reorganização do executivo nos Estados Unidos da América do Norte. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 29-67, jan. 1953.

POSNER, Ernst. **Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. (Publicações Técnicas, 4).

PUNZALAN, Ricardo L.; CASWELL, Michelle. Critical directions for archival approaches to social justice. **The Library Quarterly**, v. 86, n. 1, p. 25-42, 2016.

RABELO, Fernanda Lima. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Paulo v. 3, n. 6, p. 132-142, dez. 2011.

_____. De *experts* a “bodes expiatórios”: a elite técnica do DASP e a reforma no funcionalismo público federal no Estado Novo (1938-1945). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 78-91, jul. /dez. 2012.

_____. A “campanha contra o desperdício” nas páginas da Revista do Serviço Público: trabalhadores e administração pública no Estado Novo (1937-1945). **Revista Trilhas da História**, v. 7, n. 14, p. 26-46, 2018.

RAMOS, Guerreiro. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2009. 132 p.

RAYWARD, W. Boyd. Organização do conhecimento e um novo sistema político mundial: ascensão e queda e ascensão das ideias de Paul Otlet. In: OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2018. p. 11-27.

REGIMENTO DO ARQUIVO NACIONAL. Portaria 600-b, de 15 de outubro de 1975. In: FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS. **Revista brasileira de biblioteconomia e documentação**, São Paulo, 1977. Disponível em: <<http://www.brappci.inf.br/index.php/res/download/44388>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

REZENDE, Flávio da Cunha. **Por que falham as reformas administrativas?**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 131 p.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. Rio de Janeiro. Departamento de Imprensa Nacional, 1952. 286 p.

_____. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

_____. Os estudos brasileiros e os "brazilianists". **Revista de História**, v. 54, n. 107, p. 189-219, 1976.

_____. Acessibilidade do público aos documentos. Sigilo e reserva. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 4/5, n.2/1, p. 9-18, 1989/1990.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, 356 p.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. 2008. 261 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. In: MARQUES, Angelica Alves da C.; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.) **História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Faperj, 2014.

_____. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). **Revista Brasileira de História**, Ago 2018, vol.38, n.78, p.121-146.

_____; LIMA, Ana Luce Soares de. 'Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração': notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 11, p. 483-502, 2016.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos**. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 386 p.

_____. **Problemas arquivísticos do governo brasileiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

_____. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. **Acervo**, v. 28, n. 2 jul-dez, p. 287-300, nov. 2015.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982. 163 p.

_____. A política brasileira de publicações científicas e técnicas: reflexões. **Revista Brasileira de Tecnologia**, Brasília, DF, v. 15, n. 3, p. 25-32, maio/jun.1984.

_____. A abertura política e a dignificação da função pública. **Estado e Administração pública: Reflexões**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público - FUNCEP, 1987.

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margareth E. Exame do estudo atual da documentação. In: BRADFORD, S. C. **Documentação**. Tradução M. E. de Mello e Cunha. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, 292 p.

SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Afrontamento, 2002. 174 p.

_____; _____.; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1999. 254 p.

SILVA, Eliezer Pires da. **Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. 2013. 130 f. Tese (Doutorado em Memória Social) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Maria Leonilda Reis da. **História e memória do Arquivo Central da FGV**. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

SMIT, Johanna. **O que é documentação**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 83 p. (Primeiros passos;174).

SOUSA, Louise Gabler de. **Entre a Administração e a História: o lugar do Arquivo Público do Império nos projetos de modernização do Estado na década de 1870**. 2015. 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2015.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivos ativos e massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: busca de novas soluções para velhos problemas**. 1995. 190 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) - Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

SOUZA, Helena de Miranda Rosa e. Rio de Janeiro: transferência da capital federal e seus impactos na esfera da informação/documentação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, n. 2, v. 1, 1995.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília, D.F.: Starprint, 2011. 252 p.

SOUZA, Rosale de Mattos. A modernização do Arquivo Nacional: uma análise comparativa de 1958-1963 e 1980-1986. **Revista Acesso Livre**, v. 3, n. 3, p. 17-33, 2015.

TÁCITO, Caio. Presença norte-americana no direito administrativo brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, v. 129, p. 21-33, 1977.

TESSITORE, Viviane. Arquivos e centros de documentação: um perfil. In: ALMEIDA, J. R.; ROVAI, M. G. (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.161-175.

_____. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2003. (Projeto Como Fazer, 9).

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. São Paulo: Editora FGV, 2004. 224 p.

VENANCIO, Renato Pinto. A legislação arquivística brasileira: análise da legislação estadual a partir das funções arquivísticas. **Seminário Latinoamericano de Legislación Archivística**, 2, Santiago, Universidade de los Lagos, Santiago, Chile, 2015.

_____. Antes da gestão de documentos: prospecção na legislação brasileira. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 12., 2011, Brasília, Anais... Brasília: UnB, 2011.

_____. Ser e não ser: as relações históricas entre arquivologia e ciência da informação. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, v. 11, n. 4, 2017.

_____. Uma trajetória interrompida: o Arquivo Nacional na legislação republicana, 1889-1937. **Acervo**, v. 26, p. 59-76, 2013.

WAHRLICH, Beatriz. **A reforma administrativa na era de Vargas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1983. 908 p.

_____. A reforma administrativa no Brasil: experiência anterior, situação atual e perspectivas - uma apreciação geral. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 49 a 59, ago. 1984.

_____. Evolução das ciências administrativas na América Latina. **Revista de Administração Pública**, v. 13, n. 1, p. 31-68, jan./mar. 1979.

_____. Notas sobre o "Bureau do Orçamento" do Governo Federal Norte-Americano. **Revista do Serviço Público**, 1957. Disponível em: <<https://www.cra-rj.adm.br/notas-sobre-o-bureau-do-orcamento-do-governo-federal-norte-americano/>>. Acesso em 05 nov. 2018.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982. 530p.

WILLOUGHBY, William F. B. 1867. **The National Budget System**. Baltimore, Md.: Johns Hopkins Press, 1927.

FONTES

CASTRO, Andressa Moraes e. Arquivos e documentos: como organizar um sistema eficiente para arquivos e documentos. **Revista do Serviço Público**, ano 43, v.115, n.7, jul./ago. 1987. p.23-28.

CÔRTE, Adelaide Ramos e. Por uma política de informação documental. **Revista do Serviço Público**, ano 43, v.114, n.3, mar./abr. 1986. p. 31-32.

DEBATES. O Seminário Nacional sobre a Reforma Administrativa reuniu, no auditório da FUNCEP, durante quatro dias, ministros de Estado e especialistas em Administração Pública de todo o País. **Revista do Serviço Público**, ano 42, v.113, n.1, nov./dez. 1985. p. 65-74.

DE LA VEGA, Lasso. Bibliotecário e documentalista: uma divergência e um problema. **Revista do Serviço Público**, ano 1960, v. 86, n. 3. p. 137-155.

ESPOSEL, José Pedro. Arquivologia e desenvolvimento. **Revista do Serviço Público**, ano 1968, v.101, n.3-4, jul./dez. 1968. p. 136-145.

FONSECA, Edson Nery da. Origem, evolução e estado atual dos serviços de documentação. **Revista do Serviço Público**, ano 1973, v.108, n.1, jan./abr. 1973. p. 37-52.

MEYRIAT, Jean. Guia para o estabelecimento de centros nacionais de documentação de Ciências Sociais nos países em via de desenvolvimento. **Revista do Serviço Público**, ano 1970, v.105, n.2, mai./ago. 1970. p. 207-291.

PARECERES. Comissão de acumulação de cargos: processo 2.635-65. **Revista do Serviço Público**, ano 1967, v.99, n.1-2, jan./jun, 1967. p. 119-122.

SILVA, Benedicto. O Futuro «estatelante» da documentação administrativa. **Revista do Serviço Público**, ano 1969, v.104, n.3, mai./dez. 1969. p. 117-130.

_____. Projeto da Escola Interamericana de Administração. **Revista do Serviço Público**, ano 1962, v.94, n.3, jul./set. 1962. p. 7-30.

SILVA, Fenelon. Documentação profissionalizada: formação, seleção, e aperfeiçoamento do documentarista. **Revista do Serviço Público**, ano 1960, v. 86, n. 1. p. 55-59.

SILVA, Glauco Lessa de Abreu e. Palavras de encerramento proferidas pelo prof. Glauco Lessa de Abreu e Silva, diretor-geral do DASP. **Revista do Serviço Público**, ano 1969, v.104, n.3, mai./dez. 1969. p. 192-216.

WEEKS, Kent M. Os funcionários públicos no sistema neozelandês do ombudsman. **Revista do Serviço Público**, ano 1972, v.107, n.2, mai./ago. 1972. p. 167-176.

ANEXO 1

Artigos ou partes da *Revista do Serviço Público* selecionados para análise.

ANO	EDIÇÃO	ARTIGO	OCORRÊNCIAS DO TERMO ARQUIVO E DERIVAÇÕES
1960	RSP, ano 1960, v. 86, n. 1	SILVA, Fenelon. Documentação profissionalizada: formação, seleção, e aperfeiçoamento do documentarista. p. 55-59.	8
	RSP, ano 1960, v. 86, n. 3	DE LA VEGA, Lasso. Bibliotecário e documentalista: Uma divergência e um problema. p. 137-155.	3
1962	RSP, ano 1962, v.94, n.3, jul./set. 1962	SILVA, Benedicto. Projeto da Escola Interamericana de Administração. p. 7-30.	3
1967	RSP, ano 1967, v.99, n.1-2, jan./jun, 1967	PARECERES. Comissão de Acumulação de Cargos: Processo 2.635-65. p. 119-122.	7
1968	RSP, ano 1968, v.101, n.3-4, jul./dez. 1968	ESPOSEL, José Pedro. Arquivologia e desenvolvimento. p. 136-145.	112
1969	RSP, ano 1969, v.104, n.3, mai./dez. 1969	SILVA, Benedicto. O Futuro «estatelante» da documentação administrativa. p. 117-130.	11
		Palavras de encerramento proferidas pelo Prof. Glauco Lessa de Abreu e Silva, diretor-geral do DASP. p. 192-216.	7
1970	RSP, ano 1970, v.105, n.2, mai./ago. 1970	MEYRIAT, Jean. Guia para o estabelecimento de centros nacionais de documentação de Ciências Sociais nos países em via de desenvolvimento. p. 207-291.	74
1972	RSP, ano 1972, v.107, n.2, mai./ago. 1972	WEEKS, Kent M. Os Funcionários públicos no sistema neozelandês do ombudsman. p. 167-176.	12
1973	RSP, ano 1973, v.108, n.1, jan./abr. 1973	FONSECA, Edson Nery da. Origem, evolução e estado atual dos serviços de documentação. p. 37-52.	10
1985	RSP, ano 42, v.113, n.1, nov./dez. 1985	DEBATES. O Seminário Nacional sobre a Reforma Administrativa reuniu, no auditório da FUNCEP, durante quatro dias, ministros de Estado e especialistas em Administração Pública de todo o País. p. 65-74.	3
1986	RSP, ano 43, v.114, n.3, mar./abr. 1986	CÔRTE, Adelaide Ramos e. Por uma política de informação documental. p.31-32.	4
1987	RSP, ano 43, v.115, n.7, jul./ago. 1987	CASTRO, Andressa Moraes e. Arquivos e documentos: como organizar um sistema eficiente para arquivos e documentos. p.23-28.	131
1988	RSP, ano 43, v.116, n.1, jan./fev. 1988	ENTREVISTA. Entrevista com o ministro Aluísio Alves: O ministro Aluísio Alves conta como surgiu a reforma administrativa. p. 4-7.	16

ANEXO 2

Currículos propostos no campo da Arquivologia entre 1922-1977. Disciplinas ordenadas alfabeticamente.

Currículo do Curso Technico proposto em 1922

- Archeologia
- Bibliographia
- Chronologia e Diplomatica
- História da Arte
- História Litteraria
- História Política e Administrativa do Brasil
- Iconographia e Cartographia
- Numismatica e Sigillographia
- Paleographia e Epigraphia

(BRASIL, 1922)

Currículo do Curso Permanente de Arquivos (1960)

- Arquivos Correntes e Arquivos de Custódia
- Documentação Moderna
- Heráldica e Genealogia
- História da Organização Administrativa do Brasil
- História do Brasil I - II
- Historiografia do Brasil
- Noções de Diplomática e Notariado
- Noções de Paleografia
- Organização da Administração Brasileira
- Organização e Administração de Arquivos
- Técnica de Arquivo

(AAB, 1973, p. 13)

Currículo do Curso Permanente de Arquivos (2º Ciclo)

- Diplomática
- Genealogia
- Heráldica
- História do Brasil I - II
- Notariado
- Organização da Administração Brasileira
- Organização e Administração de Arquivo
- Paleografia
- Técnica de Arquivo

(AAB, 1973, p. 15)

Currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação (1974)

- Arquivo I - IV
- Documentação
- Educação Física
- Estudo dos Problemas Brasileiros
- História Administrativa, Econômica e Social do Brasil
- Introdução à Administração
- Introdução à Contabilidade
- Introdução ao Estudo da História
- Introdução ao Estudo do Direito
- Língua Estrangeira Moderna
- Noções de Contabilidade
- Noções de Estatística
- Notariado
- Paleografia e Diplomática

(BRASIL, 1974)

Currículo da Graduação em Arquivologia FEFIERJ/UNIRIO (1974-1979)

- Administração
- Arquivo I - VI
- Documentação
- Educação Física I - II
- Estágio supervisionado I - II
- Estudo de Problemas Brasileiros I - II
- Heráldica e Genealogia
- História da Historiografia Brasileira I - II
- História do Brasil I - II
- Inglês I e II
- Introdução à Administração
- Introdução à Comunicação
- Introdução à Metodologia Científica I - II
- Introdução ao Estudo da História I - II
- Introdução ao Estudo do Direito
- Noções de Contabilidade
- Noções de Estatística
- Notariado I - II
- Paleografia e Diplomática I - III
- Reprografia

(MARIZ, 2014, p. 171)

Currículo da Graduação em Arquivologia na UFSM (1977-1979)

(continua)

- Administração I - II
- Arquivo I - V
- Clube de Esportes (Andebol; Atletismo; Basquetebol; Esgrima; Esportes Terrestres; Ginástica)
- Clube de Judô
- Clube de Natação
- Clube de Voleibol
- Direito de Empresas Documentação
- Documentação I - III
- Educação Física

(continuação)

- Estágio Supervisionado
- Estatística "b"
- Estudo de Problemas Brasileiros "a" - "b"
- Fotografia "a"
- Fundamento Científico da Comunicação
- Fundamentos de Heráldica
- Fundamentos de Numismática e Filatelia
- Fundamentos de Paleografia e Diplomática
- História Administrativa Econômica e Social do Brasil
- História da Cultura
- História do Livro e dos Arquivos
- História Literária do Brasil
- Introdução a Contabilidade
- Introdução a História
- Introdução ao Estudo do Direito I - II
- Introdução as Relações Públicas
- Língua Alemã I - II
- Língua Espanhola I - II
- Língua Francesa I - II
- Língua Inglesa I - II
- Língua Inglesa Instrumental I
- Língua Portuguesa I - II
- Língua Portuguesa Instrumental I - II
- Metodologia da Pesquisa
- Notariado I - II
- Princípios de Programação FORTRAN
- Psicologia das Relações Humanas
- Reprografia
- Teoria da Informação

(UFSM, 2019)¹⁵⁰

¹⁵⁰ UFSM. Portal do Ementário 1977. Copyright 2019. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/ementario/curso.html?idCurso=732>>. Acesso em: 01 abr. 2019. A UFSM disponibiliza dois *websites* com ementas. O citado, e outro no qual apresenta menos disciplinas. Disponível em <<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/arquivologia/informacoes-do-curriculo>>, que apresenta um quadro com menos disciplinas na grade.

Currículo da Graduação em Arquivologia na UFF (1978-1993)

(continua)

- Arquivos Correntes e Intermediários
- Arquivos de Estabelecimentos Escolares
- Arquivos Especiais
- Arquivos Médicos
- Arquivos Permanentes
- Conservação e Restauração de Documentos
- Dinâmica de Grupo e Relações Humanas
- Diplomática
- Direito Notarial
- Documentação
- Estágio em Arquivos Médicos
- Estágio Supervisionado II
- Estatística I
- Estudos de Problemas Brasileiros
- História do Brasil I - III
- História Regional do Brasil I
- Introdução à Administração
- Introdução à Arquivologia
- Introdução à Classificação
- Introdução à Comunicação
- Introdução à Documentação
- Introdução à Filosofia
- Introdução à Fotografia
- Introdução à Sociologia
- Introdução ao Computador II
- Introdução ao Estudo da História I - II
- Introdução ao Estudo do Direito
- Língua Francesa
- Língua Inglesa I - II
- Língua Portuguesa XVII
- Língua Portuguesa XVIII
- Meios de Reprodução de Documentos
- Metodologia da Pesquisa Documentária II

(continuação)

- Metodologia e Técnica de Pesquisa
- Microfilmagem Aplicada aos Arquivos
- Noções de Contabilidade
- Organização e Métodos
- Paleografia
- Prática Desportiva
- Recursos Humanos e Materiais

(PAZOS, 2016, p. 77).

ANEXO 3

Tabela de artigos cuja temática evidenciada nos títulos dos sumários se refere à Documentação, documentos, informação, documentação administrativa, serviço de documentação, sistemas de informação, Biblioteconomia e Arquivologia.

(continua)

ANO	EDIÇÃO	QUANT.	ARTIGO
1960	RSP, ano 1960, v. 86, n. 1	1	SILVA, Fenelon. Documentação profissionalizada. formação, seleção, e aperfeiçoamento do documentarista. p. 55-59
	RSP, ano 1960, v. 86, n. 3	2	DE LA VEGA, Lasso. Bibliotecário e documentalista: uma divergência e um problema. p. 137-155.
	RSP, ano 1960, v. 87, n. 1	3	EDITORIAL. O Serviço de Documentação. p. 3-4
1962	RSP, ano 1962, v.94, n.3, jul./set. 1962	4	FONSECA, Edson Nery da. A importância da biblioteca nos programas de alfabetização e educação de base. p. 99-108
1963	RSP, ano 1963, v.95, n.1, jan./mar. 1963	5	REGISTRO ADMINISTRATIVO. Realizações do Serviço de Documentação em 1962. p. 88-94
	RSP, ano 1963, v.95, n.2, abr./jun. 1963.	6	ARGONS, Josias. Doutrina da informação. p. 7-19
		7	ADMINISTRAÇÃO DOCUMENTAL. Serviço de Documentação do D. A. S. P. p. 65-80
1965	RSP, ano 1965, v.97, n.1, jan./mar. 1965	8	REGISTRO ADMINISTRATIVO. Mudança nos quadros do DASP posse da professora stella de souza pessanha no cargo de diretor do serviço de documentação do DASP. Discurso. p. 96-97
1966	RSP, ano 1966, v.98, n.2, abr./jun. 1966	9	FONSECA, Edson Nery da. Documentação no campo das Ciências Sociais. p. 89-103
1968	RSP, ano 1968, v.101, n.3-4, jul./dez. 1968	10	ESPOSEL, José Pedro. Arquivologia e desenvolvimento. p. 136-145
1969	RSP, ano 1969, v.103, n.2, mar./abr; 1969	11	CARTER, Launor F. Sistemas nacionais de documentação em ciência e tecnologia. p. 75-89

	RSP, ano 1969, v.104, n.3, mai./dez. 1969	12	SILVA, Benedicto. O futuro «estatelante» da documentação administrativa. p. 117-130
		13	MEDEIROS, Vera da Silva. Papel da documentação na implantação de uma nova política de pessoal. p. 168-175
1970	RSP, ano 1970, v.105, n.1, jan./abr. 1970	14	SILVA, Benedicto. A Informação como apoio da ação administrativa. p. 57-70
	RSP, ano 1970, v.105, n.2, mai./ago. 1970	15	MEYRIAT, Jean. Guia para o estabelecimento de centros nacionais de documentação de ciências sociais nos países em via de desenvolvimento. p. 207-291
	RSP, ano 1970, v.105, n.3, set./dez. 1970	16	GRIFFIN, John F. Sistemas de informação administrativa. p. 363-366
		17	VICENTINI, Abner Lellis Correa. Da Biblioteconomia à informática. p. 251-296
1971	RSP, ano 1971, v.106, n.1, jan./abr. 1971	18	FONSECA, Edson Nery da. Problemas de comunicação da informação científica. p. 137-148
	RSP, ano 1971, v.106, n.3, set./dez. 1971	19	RENAULT, Abgar. Processamento eletrônico de dados e outros auxílios técnicos. p. 23-42
1972	RSP, ano 1972, v.107, n.1, jan./abr. 1972	20	FONSECA, Edson Nery da. O catálogo coletivo como instrumento de coordenação entre bibliotecas. p. 81-96
1973	RSP, ano 1973, v.108, n.1, jan./abr. 1973	21	SILVA, Alcides de Albuquerque Reis e. Teoria e prática da análise documental. p. 13-23
		22	FONSECA, Edson Nery da. Origem, evolução e estado atual dos serviços de documentação. p. 37-52
1974	RSP, ano 1974, v.109, n.1, jan./mar. 1974	23	FONSECA, Edson Nery da. Documentação e segurança nacional. p. 13-28
	RSP, ano 1974, v.109, n.2, abr./jun. 1974	24	FONSECA, Edson Nery da. Sobre a (inexistente) rede nacional de bibliotecas exigida pelo SNICT. p. 79-92
1986	RSP, ano 43, v.114, n.3, mar./abr. 1986	25	CÔRTE, Adelaide Ramos e. Por uma política de informação documental. p.31-32
1987	RSP, ano 43, v.115, n.7, jul./ago. 1987	26	CASTRO, Andressa Moraes e. Serviço. Arquivos e Documentos: Como organizar um sistema eficiente para arquivos e documentos. p.23-28
		27	SERVIÇO. Mala Oficial: A eficiente central de entrega de documentos. p. 29-31

(continuação)